



Anais da Assembléia

N. 35

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 28.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1.988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Amélia Hruschka e Lindolfo Júnior.

A hora é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de Discussão e Votação, para o Projeto de Lei n° 74/88, de autoria

do Poder Executivo, que dispõe sobre a competência do Poder Executivo, através da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e das Secretarias da Administração e da Fazenda, o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado do Paraná, de acordo com o disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 05.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a prorrogação da presente sessão, pelo prazo de seis horas, de acordo com o disposto pelo Art. 76 e parágrafos, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 05.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 820

Senhor Presidente.

O Deputado Valderi Mendes Vilela e os Deputados que abaixo subscrevem, REQUEREM que a votação no Projeto de Lei n° 74/88, de autoria do Poder Executivo, seja de forma nominal, conforme prevê o parágrafo II do Art. 159, do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 05.05.88.

(aa) VALDERI MENDES VILELA, RAFAEL GRECA, BASÍLIO ZANUSSO, ALGACI TÚLIO, JOÃO ARRUDA, DAVID CHERIEGATE, EZEQUIAS LOSSO, PEDRO TONELLI, LINDOLFO JÚNIOR e ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO N° 789

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com fundamento no art. 159, § 2.^o, que, após ouvido o Plenário, seja adotado o sistema de votação nominal quando da votação do Projeto de Lei n° 74/88.

Sala das Sessões, em 05.05.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 118/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. HAYAO WASHIDA.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.88.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

Quando o navio *Hawai Maru* chegou ao porto de Santos, em 29 de maio de 1925, trazendo imigrantes japoneses que vinham ao Brasil em busca de um futuro melhor, entre tantos estava Hayao Washida. Com pouco mais de 22 anos, muita coragem e determinação, veio disposto a contribuir com o seu trabalho para o desenvolvimento da terra que o acolhia.

Passados cerca de 63 anos, Hayao Washida, sempre no Paraná, tem uma trajetória de trabalho para o nosso Estado, participando de inúmeras atividades econômicas, fundando empresas, associações comunitárias, enfim, presença obrigatória na história paranaense neste século.

A medida que estamos propondo é o mais do que justo reconhecimento, que ele e tantos outros imigrantes, japoneses ou não, mereçam pela contribuição que ofereceram, e ainda oferecem, para o nosso desenvolvimento. Portanto, confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 119/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CRISTA LAR DONA NENÊ, com sede e foro em Curitiba-PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.88.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã Lar Dona Nenê, tem como objetivo dar assistência competente, em relação às crianças que estarão sendo atendidas pela Associação junto ao Juizado de Menores, isto em relação ao aspecto jurídico das crianças; dar cobertura judicial à Associação em processos, eventualmente impetrados contra a Associação em caráter permanente; defender o "status quo" das crianças que estão sendo atendidas e cuidadas pela Associação, incluindo as crianças que estarão (sendo cuidadas e atendidas) sob regime de atendimento diário, semanal ou mensal.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 120/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade

Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM DOM BOSCO, com sede e foro em Curitiba-PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.88.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Dom Bosco, tem por finalidade congregar os moradores e amigos da referida Vila e outras que venham a integrar a referida, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos; estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores e amigos, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida, representando perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, os interesses gerais dos moradores da Associação; manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos; manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 121/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Ficam proibidos, no Estado do Paraná, a caça e pesca predatória, assim como os esportes, espetáculos e atos públicos ou privados que envolvam maus-tratos ou morte de animais, independente de sua espécie, raça, de sua origem exótica ou nativa, silvestre ou doméstica e de sua qualidade.

Parágrafo Único. Ficam ressalvados os casos de abate sob condições próprias humanitárias e legais, para consumo alimentar.

Art. 2.º - Fica a autoridade competente autorizada a efetuar multas e sanções penais cabíveis às entidades, empresas ou associações que participem, patrocinem ou apoiem cerimônias, espetáculos ou acontecimentos prejudiciais aos animais.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.88.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A legislação ambiental brasileira apresenta uma falha ao permitir a existência de parques de caça e clubes de tiro e caça (Lei nº 5177, de 03.01.67 - Proteção à Fauna), o que aliado ao argumento do

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), de que esta lei só protege os animais silvestres e nativos do Brasil, possibilita espetáculos bárbaros e cruentíssimos como os campeonatos de tiro ao pombo. Temos, ainda, os exemplos das rinhadas de galo, rinhadas de canários, a farrada-boi, os rodeios e vaquejadas, que são espetáculos ou "pseudo-esportes", que infringem sofrimento físico e geralmente morte aos animais envolvidos.

Em países mais desenvolvidos social e moralmente, estas práticas são proibidas e severamente punidas as suas transgressões. Ao contrário, no Brasil existem leis dúbidas e válvulas para se escapar do cumprimento da lei. Assim, urge que se aprove este projeto como reforço à legislação protetora da fauna.

Em 13.09.86, findou-se o campeonato paranaense de tiro ao pombo, realizada em Curitiba, organizado pelo Clube Paranaense de Caça e Tiro, com 300 pombos sendo mortos.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 122/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, com sede e foro em Curitiba-PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.05.88.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores da Secretaria de Estado do Planejamento, tem por finalidade representar e defender os interesses gerais dos associados perante a Secretaria de Estado do Planejamento e demais entidades e órgãos públicos ou privados; representar os funcionários quanto as questões salariais e funcionais; firmar convênios com terceiros no sentido de dotar assistência médica, odontológica, jurídica e outros serviços que venham a proporcionar benefícios aos associados; promover atividades que visem o aperfeiçoamento profissional dos associados; promover atividades culturais, sociais, recreativas e esportivas que visem um melhor bem-estar social dos associados, bem como uma melhor integração junto ao quadro geral dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pa-

res com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)
Não havendo Pequeno Expediente, nem Grande Expediente nas sessões de quinta-feira, pela ordem concedo a palavra ao Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Vossa Excelência tem sido um Presidente liberal, democrata, já deu grande demonstração por ocasião da homenagem que esta Casa prestou a Leonel Brizola, um título que estava há mais de vinte anos parado, por razão da próxima visita de Leonel Brizola a Curitiba, domingo, Vossa Excelência já, antecipadamente, deu outra demonstração de liberalidade.

O motivo, Senhor Presidente, da nossa questão de ordem é que, antes das portas das galerias serem abertas, nós presenciamos quando chegaram até esta Casa, oito agentes de polícia, e que foram deslocados para sentarem juntos aos estudantes que viajaram a noite toda, em frio até de zero grau, e que estão sem dormir.

Então, indago a Vossa Excelência, um Presidente liberal, se esse dispositivo de segurança foi requerido pela Assembléia porque entendemos, Senhor Presidente, que esta é Casa do povo. Os estudantes, professores e funcionários vieram aqui num gesto democrático para acompanhar o projeto do Governo, e eu tenho certeza que eles terão aqui um comportamento exemplar como da outra vez.

Nós registramos, Senhor Presidente, a nossa estranheza, o nosso descontentamento, a nossa crítica, se esse dispositivo de 8 agentes de polícia foi efetivamente solicitado pela Assembléia Legislativa para ficar nas galerias.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)
Respondo a Vossa Excelência, agradecendo a generosidade das palavras que Vossa Excelência contempla a esta Presidência, e replico da mesma maneira, que esta presidência, com espírito democrático, jamais identificou uma das pessoas que nos honram nas galerias. Por isso eu desconheço que tenha apenas 8 policiais, pode ter policiais, civis, professores, estudantes, libertadores democráticos, comunistas, empregados, patrões. Com a liberdade que norteia esta Presidência, eu não aceito a questão de ordem de Vossa Excelência, porque esta Presidência não identificou ninguém.

No Horário das Lideranças, consulto o Partido Liberal se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Deputado Ezequias

Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Assisto sem surpresa a campanha que, através da imprensa, desemboca na sociedade paranaense com o fim de preparar devidamente o espírito público para um ato que se pretende praticar através da Assembléia Legislativa. Sinto a necessidade de posicionar-me, nesta oportunidade, a fim de que não pairessem dúvidas, principalmente a comunidade universitária paranaense sobre o comportamento desta Casa e de seus representantes. Com todo o respeito, ao voto de cada um dos dignos membros desta Casa, cuja democracia garante a condição de livre expressão de idéias, quero colocar-me ao lado da comunidade universitária paranaense por uma série de razões que pretendo no transcorrer deste breve pronunciamento identificar aos meus prezados colegas Deputados.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, repercutiu como era natural a fala do Governador Álvaro Dias em torno de irregularidades, principalmente de ordem financeira, em relação a Universidade Estadual de Londrina. Tal fato levado a público nesta hora em que se discute a autonomia das universidades estaduais, objetiva, e é natural, garantir uma imagem que se pretende generalizar como culpada da ação, que tenciona o Governo com o Projeto enviado a esta Casa. Mascara-se com o escândalo isolado da Universidade de Londrina, a ação que as próprias universidades vêm desenvolvendo para evitar tal objetivo. Choca-se a intenção das universidades com o escândalo explodindo na imprensa, cria para o público a falsa impressão que brigam essas instituições para continuar um estado de coisas que todos nós condenamos. Isto é, da corrupção e dos desmandos administrativos. Porém é preciso que se analise mais profundamente a matéria para tirarmos uma conclusão. Mecanismos existem, e o Governo através de auditorias, CPIs, ou do próprio Tribunal de Contas, tem, a qualquer momento, condições de mostrar à opinião pública o que acontece com as universidades na sua prestação de contas.

Estranho portanto, que ao contrário de fazer uso destes instrumentos que podem coibir abusos e desmandos, vem o Governo um ano e pouco após sua posse criar na comunidade um clima que não pode ser generalizado. Ademais...

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Concederei logo a seguir nobre Deputado. Ademais deixou, o Secretário de Ensino

Superior Ascêncio Garcia Lopes, de explicar, em seu devido tempo, as razões políticas embutidas num projeto, no mínimo, suspeito. Pois o ilustre Secretário sequer se dispõe a debater com a comunidade universitária as suas razões.

O Reitor desta mesma Universidade de Londrina, hoje denunciada escandalosamente, nunca ouviu anteriormente o atual Secretário defender com tanta ênfase a necessidade de um projeto de tal natureza. E vou mais longe, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o escândalo da Universidade de Londrina não demonstra idêntico procedimento nas Universidades de Ponta Grossa e Maringá, as quais por sua correção administrativa sempre souberam gerir os negócios universitários dentro dos parâmetros exigidos pelos organismos controladores. Logo observa-se à Universidade de Londrina como uma exceção a regra do comportamento, generalizar seus problemas na tentativa de criar um clima favorável a aprovação de um projeto de tal natureza é mascarar a real intenção da matéria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero repetir que não compactuo com atos de corrupção como os denunciados em relação a Universidade de Londrina. Porém identificá-los como razão de um projeto em tramitação nesta Casa, exige maiores explicações, principalmente quando o comportamento de outras instituições idênticas não foram arroladas no mesmo processo denunciado. É preciso distinguir que devemos julgar os homens e seus atos, nunca a instituição universitária que é sagrada e soberana, que tanto ao longo de sua existência vem enfrentando problemas inúmeros que a educação neste País oferece, onde investimentos tantos humanos e tecnológicos são vistos como despesas, mas que inúmeros benefícios já foram conquistados.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero reafirmar o meu pensamento e minha posição, a posição do Partido Liberal nesta Casa. Estou com a comunidade universitária nesta causa, luto para que se preserve a sua autonomia mantendo-se mecanismos controladores de atos, como os denunciados, em relação à Universidade de Londrina.

Não serão os fatos isolados de uma instituição, que me farão prejudicar as demais, e a causa universitária. Se assim não fosse, como eu, não estariam nesta luta, também professores e jovens universitários.

A educação é política por excelência, mas, exercida com respeito, sem autonomia duvido que se consiga manter o grau de qualidade, que até aqui norteou o ensino nas universidades estaduais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que não pairessem dúvidas volto a repe-

tir, não partilho dos que aplaudem atos de corrupção ou administração inepta; quero as reparações tanto quanto, o Governo, tanto quanto a comunidade.

Mas, quero que se distingam atos isolados de homens, e não de instituições universitárias, como se pretende agora.

Não se generalizem conceitos, sob pena de sepultarmos a própria esperança da nossa juventude universitária, que ainda acredita nos seus administradores.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem mais 30 segundos.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela ordem) Senhor Presidente.

Nós estamos no Horário das Lideranças, e o nobre Deputado usou apenas, 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência, Deputado Edmar Luiz Costa, é que se confunde no horário. Passou, há mais de 5 minutos, extrapolou o relógio, e Vossa Excelência está vendo acima, foi marcado com 4 minutos de atraso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Apenas para concluir Senhor Presidente.

A suspeita generalizada cria reflexos defíceis de serem contidos, principalmente, quando envolvidas em interesses políticos, que a nada conduzem. Vamos analisar convenientemente o Projeto, em nossas mãos, sobre a autonomia universitária. Ouvir e debater com reitores, com o Secretário do Ensino Superior, se for possível, já que o mesmo não foi acessível ao diálogo, anteriormente para que, então, possamos aceitar uma decisão, que ao meu modo de ver, venha a ser a mais adequada, aquela que corresponda aos interesses da coletividade universitária paranaense.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra, no Horário do PT, ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares; demais presentes que embelezam, prestigiam e que conferem, de perto, a função que nos foi dada nessa instância de poder, que é o Parlamento, aonde se criam as leis, que garantem direitos, e deveres para com a população paranaense.

Certamente, este final de semana, a nossa preocupação principal será a tão discutida e tão propalada autonomia, a liberdade das universidades paranaenses.

Neste horário do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, não vou analisar o mérito da mensagem, pois, pretendemos discu-

ti-lo no momento oportuno, no horário da discussão da Mensagem, onde debatemos os aspectos que regem a sua primeira discussão, que é a constitucionalidade desta Mensagem.

Neste horário queremos levar à consideração do Senhor Presidente, dos Senhores Parlamentares e dos demais presentes, alguns aspectos políticos que nos preocupam e, certamente, preocupam todos os paranaenses. Aspectos políticos que dizem respeito a este Poder que, repetidas vezes, tem lavado as mãos, deixando o barco passar a mando do Executivo, a mando do Governador Álvaro Dias.

Temos diante de nós, nos últimos dias, o desacato do Palácio Iguazu, sob o argumento moralizante do Governo Álvaro Dias, que procura intimidar e convencer este Parlamento com todas as formas, inclusive, denunciando picuinhas possíveis ou não, pequenas irregularidades da Universidade de Londrina e com isto se quer interferir no mérito de todas as universidades estaduais do Paraná.

Álvaro Dias investe contra a autonomia universitária alegando que pretende desbaratar focos de corrupção e para respaldar tais argumentos, forjados, lança acusações genéricas e levianas.

Vamos olhar o passado, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Quem não se lembra ainda das acusações lançadas contra os funcionários da ACARPA, que foram demitidos e, até hoje, não se teve nenhuma prova pública das acusações do Senhor Governador e do seu irmão, Senhor Osmar Dias. Foram demitidos, as acusações foram para o esquecimento e até agora nada foi comprovado.

Já conhecemos muito bem a essência deste Governo. Já não nos deixamos, mais iludir com aparências. Este é um Governo que está repleto de artificialismos, implantes e poses fingidas! Isto já é um carnaval de séries que temos para comprovar. Qual o perigo, afinal, que Álvaro Dias, avistou no seio universitário? Certamente não tem sido uma escola de corruptos pois, a escola de corruptos prolifera nas periferias e no centro do Poder, bem próxima aos ambientes palacianos. Isto é uma verdade.

Álvaro Dias...

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ... Eu não lhe concedo porque eu não permito que minhas notas taquigráficas sejam estragadas por um pronunciamento de um Parlamentar que quando um jornalista...

(vozes paralelas).

O Sr. Nestor Baptista- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ... o agride fisicamente. Não permito.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Pela Ordem.

O SR. PEDRO TONELLI - ... Álvaro Dias...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Concedo, Pela Ordem, a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, eu não tenho o intuito algum de tumultuar a sessão, mas, eu exijo por parte do Deputado que ocupa a tribuna neste instante, em primeiro lugar respeito à autoridade constituída do Senhor Governador do Estado, e quando se referir ao Governador, o faça referindo-se ao Governador Álvaro Dias. E quando fala em corrupção no Poder, ele está desafiado a comprovar e não ficar apenas tergiversando, usando palavras escritas por outros que ele nem conhece. Está desafiado a comprovar a corrupção no âmbito do Governo no Paraná.
Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência acolhe a Questão de Ordem de Vossa Excelência, e faz um apelo ao orador que se encontra na tribuna, que se referir ao Governador Álvaro Dias o faça mencionando seu título de Governador e o respeito que o Governador merece desta, como nós dispensamos a todos os Parlamentares o tratamento Excelência.
Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu não aceito de quem bate em jornalista, exigir respeito dos outros, dos demais, dos que sempre usaram do bom senso...
(Tumulto no Plenário).

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Eu estou decepcionado, Senhor Presidente, e parece-me que tenho direito de resposta.
Houve um fato, lamentável, porque não, entre eu e o jornalista que faz cobertura nesta Casa e eu também sou, mas nunca usei o carro da Liderança do Governo, da Liderança do PMDB, para andar como o Senhor Pedro Tonelli em Santa Catarina, acidentando-se inclusive com o carro da Liderança do PT, acompanhado de pessoa de vida não airosa e eu gostaria de deixar regis-

trado então, para sujar o discurso de Vossa Excelência.

O SR. VALDERI MENDES VILELA -(Pela Ordem) Senhor Presidente.

A maneira democrática como Vossa Excelência conduz os trabalhos, e que exige sempre a questão de ordem que se indica, com o ferimento, onde é atingido o Regimento Interno.

Eu vejo as acusações contra o Deputado Pedro Tonelli, como um insulto a um Parlamentar que foi eleito pelo seu povo e ao decoro desta Casa, Senhor Presidente, Vossa Excelência não pode permitir fatos dessa natureza, quando for o horário do PMDB, que o Deputado Nestor Baptista, Líder do Governo, vá à tribuna, e a utilize da forma que lhe convier, mas não atrapalhando o pensamento do Deputado Pedro Tonelli. Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Eu respondo ao Deputado Valderi Mendes Vilela, que o orador negou-se a conceder o aparte democrático no Horário das Lideranças, ofendendo a pessoa do nobre Deputado, que tem o direito de responder no horário imediato.

O Sr. Algaci Túlio- (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu quero solicitar aos demais Parlamentares que a sessão de hoje, transcorra numa discussão de alto nível, a respeito do processo que está em debate, o povo que aqui veio, não veio para ouvir um Parlamentar ou outro lavar a roupa suja, aqui na Assembléia.

Eu quero fazer também, Senhor Presidente, quero pedir ao Deputado Pedro Tonelli, a quem eu admiro pelas suas posições, que respeite ao Parlamentar Nestor Baptista e que este também o respeite, para que todos nós possamos sair engrandecidos dos debates, hoje, a respeito do processo das Universidades.

Não podemos permitir que esta Casa seja motivo de comentários de que os Deputados vêm aqui, apenas, para ofender um ao outro e esquecem do essencial que é o debate a respeito do assunto importante que teremos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Agradeço ao Deputado Algaci Túlio, pelas suas palavras e eu peço que a educação entre os Parlamentares paire nesta Sessão, mas que também por parte das galerias e que retirem a faixa que chama o Governo do PMDB do Paraná de "cachorrão", se não o fizerem esta Presidência determinará a segurança que assim o faça, para que o respeito parta também das galerias, não só do Plenário.

Sr. Artagão Mattos Leão- (Pela Ordem)-
Senhor Presidente.

Realmente, há necessidade de os Parlamentares manterem o nível nesta sessão. Agora, é preciso também, que o Deputado Pedro Tonelli, que já costumeiramente vem atacando Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, o respeite, porque o Deputado Pedro Tonelli não tem autoridade moral para vir a este Parlamento, criticar Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias, um Governador probo, honesto, que tem demonstrado a todo o Paraná que veio realmente para mudar.

Se o Deputado Pedro Tonelli, pode vir a este Parlamento, criticar Sua Excelência, o Senhor Governador Álvaro Dias, porque não pode o Deputado Nestor Baptista criticar o Deputado Pedro Tonelli?

Precisamos manter sim o respeito mas que primeiro o Deputado Pedro Tonelli mantenha o respeito a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em homenagem às galerias que se encontram de costas, eu dou mais 2 minutos ao Deputado Pedro Tonelli, em virtude das intervenções feitas em Plenário.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, Pela Ordem.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu também pedi a palavra Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Pela ordem eu concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, embora regimentalmente não seja uma questão de ordem, mas para que esta sessão termine bem, com educação de ambas as partes, eu faço um apelo a toda comunidade universitária; retirem todas as faixas que aí estão e vamos dar uma demonstração ao Parlamento, de que nós da comunidade universitária somos inteligentes e temos argumentos suficientes e assim ninguém ficará constrangido neste Plenário.

Eu faço este apelo à comunidade universitária: retirem todas as faixas.

O que importa é que a comunidade universitária fique sabendo quem pensa e como pensa aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pe-

la Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Sr. Presidente, como Parlamentar do Governo do PMDB, gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela atitude corajosa, pela atitude imparcial, pedindo que estas faixas que atacam o Sr. Governador do Paraná, sejam retiradas do Plenário.

Isto é ofensa ao nosso digno Governador que tem proporcionado ao Estado do Paraná dias melhores, e Vossa Excelência sabe muito bem que o Sr. Governador instituiu o ensino gratuito, ajudando, e muito, os estudantes do Estado do Paraná.

Vossa Excelência tem os meus cumprimentos e a minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência faz um apelo aos Srs. Parlamentares e principalmente ao Deputado Pedro Tonelli que Vossa Excelência tem o direito de criticar e que o faça, mas usando palavras dignas de um Parlamento.

Por isso eu solicito a Vossa Excelência que todos procuremos manter a calma e a educação para que a sessão se desenrole respeitando as galerias que aceitaram o pedido desta Presidência escondendo aquela faixa que ofendia o nosso Governo.

Vossa Excelência terá mais dois minutos que já decorrem 12 minutos, e Vossa Excelência terá mais dois, para cumprir o seu horário de oito minutos e trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu peço a compreensão, Sr. Presidente, porque tivemos seis minutos de Questões de Ordem. Então eu peço a compreensão.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência terá dois minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu continuarei naquilo que nós fizemos desde o primeiro dia, avaliando o Governo Álvaro Dias como ele é, e não maquiando o Governo Álvaro Dias, tornando-o bonito, coisa que não é.

Se houvesse sinceridade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nas intenções do Governo do Estado do Paraná, com relação a corrupção e com relação aos desmandos, certamente ele usaria os mecanismos que nós já temos: CPI's, Comissões de Sindicância, isto já temos para punir as universidades.

O controle financeiro das universidades, isto nós já temos.

Portanto, o motivo apresentado para difamar todas as universidades com base num mal preenchimento de uma nota, na compra de um perfume para o Laboratório de Londrina, isto não justifica, Sr. Presi-

dente, Srs. Deputados.

Portanto, teremos que analisar profundamente esta matéria que está na Ordem do Dia de hoje e não seremos nós, mais uma vez, aqueles que iremos esconder, tapear, como este governo está impondo, o que ele impôs com a extinção da URP e o que procura manter com este projeto.

Não vamos mascarar a ditadura e o autoritarismo do Governo do Executivo do Estado do Paraná.

Vamos assumir a nossa condição de Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

No horário do PDS, consulto o Deputado Luiz Alberto Oliveira. - Declina.

Havendo declinado, consulto o Partido da Frente Liberal.

Concedo a palavra ao Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (L2):

"Vivemos tempos de ineditismos magistrados no Governo do Paraná. Naturalmente, com prejuízos iminentes e de imprevisíveis consequências ao poder Público e ao próprio povo do Paraná. Às vezes não temos Governo, como se verifica na área de Segurança Pública, onde a Polícia Civil "pinta e borda" contra o povo e a própria instituição; às vezes, temos Governo de exceção.

É o caso, por exemplo, que acabamos de verificar na questão do reajuste salarial do funcionalismo público estadual, constante dos Diários Oficiais do Estado.

No dia 22 de abril de 1988, o Sr. Governador procedeu os reajustes salariais pelo Decreto nº 2740, que lhe seria autorizado pela Lei nº 8756, de 27 de abril de 1988, sem que essa tivesse sido sancionada e promulgada. Donde se depreende que o Poder Executivo, tão empenhado com a imprensa, tenha lido nos jornais a notícia sobre o que o Poder Legislativo iria deliberar, e sentiu-se autorizado a "decretar".

Nesta situação, o Poder Executivo colocou o Governo sob a égide de duas eventualidades: uma, a de mandados de segurança coletivos por parte dos funcionários públicos que foram prejudicados pelo decreto; a outra, a de uma ação popular de parte de qualquer cidadão, contra o Sr. Governador e os funcionários públicos que receberam reajustes salariais provenientes desse decreto.

Ora, seria temeridade contra a própria ordem institucional, se nós os legisladores viéssemos a permitir tais atropelos governamentais. Porque é justamente isso que caracteriza os Governos de exceção, a

tão pouco tempo combatidos com veemência pelo Sr. Governador e os chamados "históricos" da bancada governista neste Poder. Mudaram os tempos? Mudaram os homens, ou apenas a ganância do locupletamento de Governo trocou seus efetivos?

Nós, legisladores, até depois que a genialidade de exceção do Poder Executivo rompa com a integridade jurídica do Poder do Estado, temos que nos manter fiéis às leis, sustentando que essas só adquirem força executória depois de promulgadas, porque é este ato que homologa a respectiva sanção e acaba a tarefa legiferante, para a aplicação pelas instituições. Fora disto, o que se exterioriza é a vocação incontestável do "estado anárquico", administrado pela lei do mais forte, somente." Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Concedo a palavra ao líder, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Magníficos Reitores, jovens do Paraná, rosto da esperança que temos visto e prometemos não esquecer.

De repente no debate do universo (porque a universidade vem do latim, diz o velho dicionário da língua portuguesa que universidade vem de "universitas" da palavra "universus").

Caímos nós, nas menores questões, nas mais sórdidas, nas mais pungentes, nas mais funestas. De repente, no debate sobre o universo e o futuro, esta Assembléia, pelos Deputados do PMDB, tentando mascarar os interesses atrelados ao interesse palaciano - que é mesquinho - vem falar da miséria humana e vem colocar a nu, aqui, questões de humana miséria envolvendo os Srs. Deputados.

Sejam pois, primeiras, as nossas palavras de protesto. Porque onde se debate o universo, onde se debate o futuro, aonde se debate a autonomia das universidades, não cabe, a medida menor da menor cabeça. Não cabe a medida menor dos que só sabem servir aos que têm poder.

Há que se estabelecer o serviço maior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é o serviço do futuro. O paranismo não há de ser apenas um cromo demagógico, por exemplo, o do BANESTADO colocar na capa dos talões de cheque de todo o Paraná das primeiras universidades brasileiras neste mês funesto para as universidades do Paraná. A pioneira universidade de Curitiba, que esta Assembléia criou contra todas as leis,

contra todos os príncipes, contra os senhores da velhíssima República. São também as minhas palavras de apelo: em nome dos Deputados do PDT, do Partido de Leonel Brizola, do Partido de Jayme Lerner, do Partido de Algaci Túlio, de Antônio Belinatti, de Valderi Mendes Vilela, são também as palavras desta Liderança, palavras de apelo e de advertência.

Deputados Cândido Bastos e Artagão de Mattos Leão. Nós temos um orçamento de propaganda para o Governo do Estado, sete e meia vezes maior que o orçamento da Faculdade Estadual de Guarapuava. Deputado Antônio Setti, a Faculdade de Jacarezinho recebe 31 vezes menos do que gasta o Governo com a sua propaganda. Deputado Nestor Baptista, o universo que deveis - vós que citais Platão, Platão e os diálogos da República, o universo que deveis, além do cais do Porto de Paranaguá e além da perspectiva bonita mas mesquinha, do Rio Itiberê, aos jovens de Paranaguá ele custa 15 vezes menos do que o que gasta o Governo com a propaganda pessoal do governante. Do governante que respeitamos, porque ele encarna o Paraná, mas que temos obrigação de criticar porque ele gasta 52 vezes mais com a sua própria propaganda, do que gasta com a Faculdade de Direito do Norte Pioneiro. Ora, Deputado José Afonso Júnior, venha somar com o universo, venha somar com a universidade.

Eis aí, Srs. Deputados, nobilíssima Deputada Amélia Hruschka, a sua cidade tem, por certeza, uma instituição de ensino superior que é uma gotinha d'água no vasto oceano de gastos deste orçamento de um poder que existe só para ser mais poder, não existe para mudar, para transformar, para construir o rosto da esperança.

Eis aqui o dia em que o Palácio propõe um conselho para reger o Conselho Universitário. Um tutor em cima de cada Reitor e, ainda mais, um Secretário acima do Conselho. Teremos, então, Governador, Secretário, Conselho, depois Reitor. E onde fica o Conselho Universitário?

Calem-se de Pizza, de Paris, ou de Bologna, a memória dos conselhos que fizeram o progresso daquelas cidades. Silencie toda a inteligência a respeito do dia em que o Partido Majoritário da Alemanha, os nazistas de Adolf Hitler, invadiram a universidade de Berlim e jogaram os livros de platão pela janela e mexeram com a moral dos professores ditos de esquerda, e os chamaram de imorais, de corruptos, de réus de condenação.

Cale-se, de repente, a inteligência toda, o Paraná inteiro! Apaguem-se as luzes da imprensa! Não filmem! Não nos focalizem! Nós atrapalhamos o Poder. Não olhem o rosto da esperança! Não filmem nem focalizem os jovens! Preocupe-se a Presidência

da Assembléia com o miserável espaço de um cartaz onde os moços perguntam do futuro, que não é seu, é o de sua cidade, é o dos que vão nascer. Preocupe-se a Presidência da Assembléia com o cartaz, escrito com a tinta de sangue pelo estudante! Preocupe-se, sim, com o insignificante e a Assembléia toda, interesse maior do Paraná inteiro. Porque, o universo, certamente é maior que o PMDB.

Viva, pois, o PMDB!

Viva por pouco tempo! Porque logo desaparecerá, como desapareceram todos, todos os partidos da História, que debocharam da inteligência do povo.

Vale aqui, mais que Platão que é muito antigo, mas cuja luz universal também vem da noite dos tempos, a lição de Lincoln "pode-se enganar uma parte do povo por uma parte do tempo", pode-se enganar todo o povo por uma parte de tempo, e foi o tempo do Cruzado, e foi o tempo desta popularidade de Hitler ou de Mussolini, só é menor do que a popularidade de Deus, Nosso Senhor, porque Deus Nosso Senhor tem sempre 192% de popularidade. O Presidente Sarney chegou a ter 97% de popularidade no tempo do Plano Cruzado - disseram as agências de propaganda. Deus Nosso Senhor tem contra si 8% inconvenientes agnósticos. Mas, os governantes do PMDB, os doutos, os populares, os nascidos do Plano Cruzado, estes são os eternamente populares. Será? Até Quando?

Pode-se enganar uma parte do povo por uma parte do tempo. Pode-se enganar todo o povo por uma parte do tempo, mas não se pode enganar todo o povo por todo o tempo.

Em nome da luz, do universo, do futuro do Paraná eu vos suplico, Deputados do PMDB, barrem o vosso Príncipe no seu anseio de garrotear a inteligência e as Universidades do nosso Paraná.

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se fará uso do seu tempo. (Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Com a palavra o Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Reitores e estudantes.

Parabenizo aos estudantes pela sua organização em fazer se representar nesta Casa, e fico feliz com a galeria da Assembléia Legislativa lotada de pessoas defendendo os seus interesses. Quiçá pudessem todas as sessões estarem lotadas como esta.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, como não tive o privilégio como o Deputado Rafael Greca de nascer em berço de ouro, de família tradicional, dono de várias empresas, de empreiteiras, de frequentar uma universidade, este Deputado como Técnico de Enfermagem, foi obrigado, ainda como Primeira Classe da Marinha, a parar de estudar porque não tinha condições financeiras para fazê-lo.

Falando isto, quero lembrar ao Deputado Rafael Greca que se referiu à extinção de partidos, de que ele dando sustentação ainda na oportunidade que fechava as universidades e as universidades federais podiam ser frequentadas só por ricos, porque tinham o dia livre para poder ir à faculdade, trabalhador como eu tinha que pagar a terceiros e tirar serviços para tentar conseguir frequentar até o terceiro ano. Quero lembrar também que quando ele fala no orçamento da propaganda do Governo, de que o Governo do Estado gasta 45%, apenas relativamente ao que gastava o senhor Jaime Lerner, promovendo a sua figura pessoal para que depois que saísse da política permitisse a outros países financiar o seu trabalho através da divulgação feita pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.
(L2):

"A democracia está sendo exercida nas ruas, nas praças, nas instituições em geral.

O exercício da democracia é que irá consolidá-la: quem a pratica aprende a exercê-la; quem a aceita, aprende a respeitá-la.

Mas o que é a democracia senão a assunção de direitos e a exação de deveres - o cumprimento de deveres sociais?

Estamos vivendo nestes dias um desafio à prática democrática. Em todos os níveis da sociedade, em todas as instâncias de poder.

Entre esses desafios aparece com destaque no Paraná o problema da autonomia universitária. A autonomia das Universidades paranaenses.

Nosso partido, o PMDB, tem lutado ao longo dos anos pela liberdade. E a liberdade significa a autonomia para o cumprimento de funções técnicas e científicas, e muito especialmente do ensino.

Porém, a autonomia das universidades financiadas pelo povo do Paraná, através do governo, não pode ser um cheque em branco, uma ausência de prestação de contas, de controles, já que o próprio governo também as presta à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas.

Senhores Deputados:

Louvo o espírito e a iniciativa ousados de estudantes e professores que lutam pela democracia; ontem como hoje.

Estou perfeitamente identificado com a luta pela liberdade.

Porém, no caso das universidades paranaenses, aparece um outro problema: se todos estamos de acordo com a liberdade do ensino, com a autonomia da educação universitária existem divergências sobre a relação existente entre autonomia universitária e autarquia financeira das universidades.

O Governador Alvaro Dias está imbuído do propósito de libertar a educação de controles políticos que costumam deformá-la. Defende a autonomia universitária, no ensino na pesquisa, no funcionamento das instituições superiores do Estado. Gostaria de lembrar aos presentes nesta galeria a falta de educação para um que não pode frequentar uma universidade como vocês que nenhum de vocês hoje paga a universidade porque o Governo Alvaro Dias a tornou gratuita desde março de 87, hoje estaria entre 15 a 22 mil cruzados para cada um dos senhores. Estão de costas para mim, mas terão que ouvir, mas o Governador tem uma delegação dos paranaenses, e uma responsabilidade de prestar contas das aplicações orçamentárias. E tem um dever, intransferível, de zelar pela correta aplicação dos recursos em todos os setores, em todas as áreas em que o Estado aplica seus recursos.

Para o Governo, autonomia universitária e autarquia financeira caminham juntas. E como as universidades estaduais não têm recursos próprios, a não ser aqueles orçamentários transferidos pelo Tesouro estadual, é inevitável o acompanhamento das aplicações feitas pelos institutos estaduais de ensino superior.

Seria essa atenção do Governo sobre as verbas universitárias uma atitude descabida? Uma intervenção contra a autonomia universitária? E se esse acompanhamento, essa atenção se faz através de um conselho superior onde estão presentes as próprias universidades?

Por autarquia financeira não podemos entender mais do que a subordinação do gerenciamento financeiro aos programas de ensino e pesquisa e a administração universitária.

Volto a dizer, a autarquia financeira não é um cheque em branco. Uma autorização prévia a todos os gastos que, se abusivos, seriam corrigidos talvez complacentemente em exercícios financeiros futuros.

Parto do princípio, Senhores Deputados, de que todos estamos procurando compreender a democracia, a partir de sua aplicação. Porém, não podemos nos dar ao luxo da extrema tolerância com os avanços, com as licenças que dilapidam o erário público e sacrificam as prioridades que estamos escolhendo a duras penas.

Está em cena uma idéia da democracia que não é mais do que um liberalismo com o patrimônio público, com as verbas públicas. É a democracia que invoca direitos mas ignora deveres, principalmente deveres sociais.

Para alguns, é como se todo o povo deva arcar com o ônus, das experiências de grupos, com os exageros das liberdades de alguns na malversação dos recursos universitários.

Vejamos um caso em que este pedido se apresenta para nós: a apreciação de contas da Universidade de Londrina. Aqui está, através do Tribunal de Contas, os desmandos, o desrespeito. Ou será que o Deputado Rafael Greca, a quem eu gostaria ainda de poder ver participando numa bela peça de teatro, porque é um grande encenador. E eu gosto de ver as suas encenações. Ou será que o Deputado Pedro Tonelli, Deputado este que tem como lei de si próprio mais funcionários do que a Bancada do PMDB nesta Casa, será que o Deputado Pedro Tonelli, Deputado este que vai para Florianópolis com carro de chapa da Assembléia Legislativa, e lá bate e capota, e vem aqui para que esta Casa possa pagar, também defende os erros, os desmandos. Será que Vossa Excelência também defende?

Para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a juventude que cursa a universidade é a esperança maior do nosso País. O jovem se caracteriza pelo idealismo. No momento em que estudantes se mobilizam para dar cobertura ao trambique, só nos resta, Senhores, chorar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 74/88, constante da Ordem do Dia, da presente Sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 74/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 52/88), dispõe que compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e das Secretarias da Administração e da Fazenda, o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior- I.E.S., mantidas pelo Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.P. e C.E., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 74/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, das Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda e da Casa Civil, e controle administrativo-financeiro das instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado do Paraná.

Art. 2º- Face ao disposto nesta Lei, ficam conferidas aos titulares dos órgãos referidos no artigo anterior, atribuições para:

I- Aprovação prévia à implantação de reformas que, no âmbito das IES:

a- criem novos cursos e macroatividades;

b- instituem ou modifiquem planos de carreira, quadro de pessoal e tabela de salários e de vantagens;

c- impliquem em expansão física e financeira.

II- realização de auditoria de periodicidade variável sobre as contas e atos de gestão de receitas, despesas, patrimônio, material e pessoal das IES.

Art. 3º- As matérias já apreciadas nas IES e ainda não implantadas dependerão da aprovação prevista no inciso I, do art. 2º, caso se enquadrem entre aquelas constantes de suas alíneas.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.88.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 074/88
Autor: Poder Executivo.

I- Através de Mensagem do Senhor Governador sob nº 52/88, de 05.04.88. esta Assembléia Legislativa do Estado é chamada a opinar "visando superar quaisquer divi-

das em relação ao conceito de autonomia universitária, que por suas variadas interpretações tem criado problemas ao relacionamento do Governo com as instituições de Ensino Superior"- Conclui a mensagem governamental afirmando "que a presente proposição, guardando inteira harmonia com o preceito constitucional citado (art. 138, inc. XIII da C.E.), estará apenas criando mecanismos orientados para a melhor distribuição e controle dos recursos financeiros que o Governo do Estado criteriosamente libera a tais instituições.

Ao par da justificativa o projeto atribui ao Executivo através de várias Secretarias o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior (IES), mantidas pelo Estado e confere às Secretarias citadas no art. 1º do Projeto atribuições para aprovação prévia à implantação de reformas que criem novos cursos e macroatividades, instituem ou modifiquem planos de carreira, quadro de pessoal e tabela de salários e vantagens ou que impliquem em expansão física e financeira. Além disso autoriza a realização de auditorias e submete ainda à aprovação prévia matérias já apreciadas nas IES e ainda não implantadas e que se enquadrem nos princípios mencionados no inc. do art. 2º do citado projeto de lei.

II- Com efeito, a mensagem provocou volumoso e estridente debate em torno da autonomia universitária. De um lado aqueles que vêem no projeto o fim da autonomia e que esta "direito inalienável preconizado e disposto na Lei 5540, na Constituição Estadual e na nova Constituição, no artigo 246... seja mantida com a retirada de todos os decretos ou projetos de lei que possam ameaçá-la ou possibilitar o mínimo de dúvidas sobre sua manutenção" (cf. carta de Ponta Grossa, 14.4.88- Ass. Comunidade Universitária de Ponta Grossa).

Por outro lado, o próprio Senhor Secretário Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Dr. Ascêncio Garcia Lopes, reconhece que "o Poder Executivo Estadual necessita manter controle administrativo-financeiro" nas suas Instituições de Ensino Superior à vista dos volumosos recursos financeiros transferidos as mesmas". (cf. of. n° 015/88/C/GAB, de 06.04.1988).

No mesmo documento o Senhor Secretário define qual é o real interesse do Governo "a necessidade do Estado de melhor acompanhar a aplicação dos recursos públicos transferidos às universidades e faculdades mantidas pelo Estado que levou a estudos que decidiram pelo envio de uma mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, propondo a edição de Lei que estabeleça competências precisas, regulamentando a regra constitucional (art. 138 inc.

XIII). Essa regulamentação visa a estabelecer como as Universidades e Faculdades Estaduais exercerão sua autonomia, criando mecanismos para que o governo fiscalize a aplicação dos recursos oriundos do Tesouro do Estado. (Grifamos).

O Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, pondera que o projeto ora em exame aguarde o "término do processo de discussão e análise de Ensino Superior do Paraná, deflagrado pela Secretaria Especial e que visa chegar a uma proposta de Política de Ensino Superior, para o nosso Estado". Pondera ainda, que se "inicie um processo formal de discussão e debates na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sobre a realidade do Ensino Superior para que o final de um processo racional, sistemático imparcial de análise por parte dos Senhores Deputados, subsidiados e com a participação da comunidade, se, possa chegar a um anteprojeto de lei que regulamente adequadamente as relações entre as IES e o Governo do Paraná (cf. Ofício Circular 130/88 do Gabinete do Reitor de 06.04.88).

III- Frente a todos estes problemas, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná não ficou ausente dos debates e abriu-se ao diálogo como as comunidades universitárias, destacando-se o encontro realizado pela Comissão de Educação com as entidades representativas das Instituições de Ensino superior do Estado do Paraná. Posteriormente, o Senhor Secretário do Ensino Superior, o Secretário do Planejamento e, ainda, os representantes do Governo do Estado junto às universidades tiveram oportunidade de se reunir com a Bancada do PMDB e lá, em amplo debate, ouvir as posições do Governo e as ponderações dos Senhores Deputados. Não está excluído o debate já aprovado e solicitado através da Comissão de Educação com os Senhores Reitores e Diretores, Dirigentes de Entidades, Governo e Deputados em data a ser oportunamente designada. Vê-se, pois, que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tem sido sensível às reações ou objeções e não faz desta Casa um clube fechado, isento ao debate.

Do mesmo modo a atitude do Governo Estadual, que ao propor a mensagem abriu mão da possibilidade de, por decreto, implantar as normas disciplinadoras que deseja, sob o aspecto administrativo-financeiro. Neste ambiente de diálogo, configura-se a essência do processo democrático a que estamos todos comprometidos, neste momento. Outro não foi o comportamento da Comissão de Constituição e Justiça, que, através do relator, procurou uma forma conciliatória em que se mantivessem explícitos os interesses do Governo de um lado, mantida a autonomia universitária de outro. Aliás, é

bem frisar que em nenhum momento, o governo posicionou-se contrário à autonomia universitária. Na verdade o que se buscou, e busca, é regulamentar, ou melhor, criar mecanismos orientados para a distribuição dos recursos financeiros "liberados às Instituições de ensino Superior, conforme vem salientando na mensagem do Senhor Governador do Estado".

IV - A Lei 8485 de 03.06.87, também denominada Lei da Reforma Administrativa, consignou em seu art. 116, aquilo que já está constitucionalmente consagrado, no artigo 138 incisos XIII e XIV da C.E., verbis:

O Estado organizará o seu sistema de ensino, observando os princípios da Constituição Federal, e mais:

XIII - estabelecimento às Instituições de ensino superior, mantidas pelo Estado, de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da lei e de seus estatutos.

XIV - promovendo a democratização do ensino através do reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito a livre organização e à participação na gestão das instituições, nos termos de Lei".

Posto isto, tanto o inc. XIII, bem como o seguinte fazem referência de que o exercício da autonomia, bem como o reconhecimento e garantia aos professores etc., do direito à livre organização e à participação na gestão das instituições serão exercidas na forma de lei.

Outro não é o dispositivo da Lei nº 5540, art. 3º, que dispõe que "as universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos".

Toda esta discussão se prende de fato em saber se há autonomia financeira absoluta e a definição da auto-gestão do orçamento que é encaminhado pelo Poder Executivo e aprovado pela A.L.E.P.

Face a todos estes questionamentos, propusemos em forma de substitutivo a atual emenda, que tem caráter geral, e que, além de reformular o projeto original, lhe dá amplitude, assegurando às IES os recursos necessários à sua manutenção na lei orçamentária do exercício.

Este princípio consigna a garantia orçamentária para que as IES tenham o seu desempenho normalizado no exercício financeiro.

Mas, além o citado artigo do substitutivo geral. Ele garante que as IES terão seus orçamentos em montante não inferior, em termos de valor real, às do exercício imediatamente anterior. Isto permitirá uma maior flexibilidade às IES, pois poderão mais facilmente planejar suas atividades,

tendo sempre a garantia de um orçamento-parâmetro, ou seja, os índices do exercício anterior, em termos de valor real. O art. 2º e seu parágrafo único, bem como os artigos 3º e 4º do Substitutivo Geral, embora mantidos os princípios da mensagem original, sofrem alterações, vinculando, por exemplo, que a expansão de novos projetos, além dos já aprovados nos orçamentos vigentes e mais os que as IES queiram incluir nas propostas orçamentárias, dependerão da aprovação do Chefe do Poder Executivo, ouvidos os Secretários ali mencionados.

Trata-se, dentro do princípio geral estipulado no art. 1º das especificações ligados à expansão para além dos projetos já aprovados pelo orçamento vigente. Do mesmo modo é o que está sendo sinalizado no parágrafo único quanto à criação e implantação de novos cursos de ampliação da infra-estrutura física (v.g. a construção de novos edifícios), bem como os assuntos ligados ao pessoal - (planos de carreira, quadro de pessoal e tabela de salários e vantagens). O artigo 4º submete também à aprovação prevista no art. 2º as matérias já apreciadas pelas IES, mas ainda não implantados, como exemplo citamos a recente decisão da Universidade Estadual de Maringá, que aprovou a criação dos cursos de Medicina e Odontologia, sem que o Governo do Estado tenha manifestado sua decisão sobre tão relevante e dispendioso assunto.

V - No mais, o projeto cria um conselho, um colegiado que nada mais é que um órgão integrado por todos os Reitores das Universidades Estaduais, e mais dois representantes das Faculdades Isoladas, e ainda de dois Secretários de Estado, ou seja o Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e do Planejamento para assessorar o Governo em assuntos de ensino superior, além de outras atribuições definidas no art. 7º do substitutivo. Esta é uma novidade dentro do substitutivo, aliás proposta que foi inspirada nos modelos existentes no Estado de São Paulo, e que nos foi encaminhado pelo Reitor da Universidade de Londrina e de Ponta Grossa.

VI - Ao par de todo o debate, esclareceram-se algumas dúvidas, e o que é melhor, foi possível aperfeiçoar o projeto, procurando conciliar os mais variados interesses. Se não se conseguiu a unanimidade e nem este era o objetivo, pelo menos foi possível avançar e inovar.

Assim sendo, submeto aos nobres Deputados componentes desta Comissão de Constituição e Justiça, a presente emenda substitutiva geral, que analisada sob o plano constitucional, nada há que impeça a sua aprovação.

É o parecer, com a emenda substitutiva

geral, que integra o presente relatório.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
NEREU CARLOS MASSIGNAN- Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 074/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei em tela, originário da Mensagem Governamental n. 52/88, dispõe que compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, das Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda e da Casa Civil, o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado do Paraná.

Foi o mesmo devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo desta parecer favorável em relação a sua legalidade e sua constitucionalidade.

Ao procedimento de sua análise, por esta Comissão, só encontramos aspectos meritórios, os quais nos convencem plenamente da importância da medida, através dos objetivos apresentados. Dentro do aspecto financeiro, o qual cabe a esta Comissão se manifestar, vemos que a referida medida criará mecanismos orientados para melhor distribuição e controle dos recursos financeiros que o Governo do Estado criteriosamente libera para as Instituições de Ensino Superior.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do mesmo, na forma da emenda substitutiva geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

O projeto de lei em referência, oriundo da Mensagem Governamental n. 52/88, dispõe sobre o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior-IES, mantidas pelo Estado do Paraná, através da Secretaria Especial do Ensino, Ciência e Tecnologia, das Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e da Casa Civil.

Após análise criteriosa por parte desta Comissão de Educação, mereceu a emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei n. 74/88, originário da Mensagem n. 52/88 do Poder Executivo, parecer favorável à sua aprovação.

A criação do Conselho de Reitores das Universidades do Estado do Paraná, onde a maioria de seus integrantes é composta por

Reitores, garante a observância da legislação em vigor que trata da autonomia universitária, a saber, os dispositivos pelo artigo 138 da Constituição do Estado do Paraná.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do mesmo, na forma da emenda substitutiva geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 29.4.88.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral da C.C.J., nos seguintes termos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DO PROJETO DE
LEI N. 74/88, ORIGINÁRIO DA MENSAGEM N.
52/88 DO PODER EXECUTIVO.

Art. 1º - As instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado do Paraná, terão assegurados os recursos necessários à sua manutenção na lei orçamentária do exercício, em montante não inferior, em termos de valor real, a do exercício imediatamente anterior.

Art. 2º - Todos os novos projetos de expansão assim como os respectivos recursos para além dos já aprovados nos orçamentos vigentes, bem como os que as IES queiram incluir nas propostas dos orçamentos anuais ficam dependentes da aprovação do Chefe do Poder Executivo, ouvido o Secretário Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, o Chefe da Casa Civil, e os Secretários de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda e da Administração, conforme a natureza do assunto em questão.

§ Único - Dentre as ações e os recursos previstos neste artigo, incluem-se aquelas destinadas à criação e implantação de novos cursos, à ampliação da infraestrutura física das IES, assim como as que instituem ou modifiquem planos de carreira, quadro de pessoal e tabela de salários e vantagens.

Art. 3º - Poderá o Poder Executivo realizar auditorias, de periodicidade variável, sobre as contas e atos de gestão relativos a receitas, despesas, patrimônio, material e pessoal de tais instituições - IES.

Art. 4º - As matérias já apreciadas nas IES, e ainda não implantadas, dependerão da aprovação prevista no artigo 2º desta lei, caso se enquadrem nas ações aí mencionadas.

Art. 5º - Fica criado, junto a Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado do Paraná - CRUESPAR.

Art. 6º - O CRUESPAR é constituído pelos Reitores das Fundações Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, por 4 diretores das Instituições de Ensino Superior das faculdades isoladas mantidas pelo Estado do Paraná e pelos Secretários Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 7º - São objetivos do CRUESPAR, resguardada a autonomia universitária e respeitadas as características específicas de cada Universidade ou Instituições de Ensino Superior.

I - Fortalecer sua interação;

II - Propor possíveis formas de ação conjunta;

III - Conjuguar esforços com vistas ao seu desenvolvimento;

IV - Assessorar o Governo em assuntos de ensino superior;

V - Analisar e propor soluções para as questões relacionadas com o ensino e pesquisa nas IES.

Art. 8º - A presidência do CRUESPAR caberá ao Secretário de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia que indicará o Secretário do Conselho.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

Em votação. Aprovado.

Atendendo a ordem de preferência votada pelo Plenário, passamos à discussão do item 4 da Pauta, Projeto 74/88 - de autoria do Poder Executivo.

Com parecer favorável da C.C.J., e da Comissão de Finanças e Comissão de Educação, na forma da emenda substitutiva.

Em Regime de Urgência.

Está em discussão o projeto e de acordo com a ordem de inscrição adotada pela Secretaria da Presidência, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente: uma questão de ordem.

Eu consulto a Vossa Excelência se as inscrições para discussão do projeto, ainda estão em aberto?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Estão à disposição de todos os Senhores Deputados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu me inscrevo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência mandará anotar.

A Presidência anuncia a ordem das inscrições. 1º Deputado Edmar Luiz Costa.

2º - Deputado Luiz Carlos Alborghetti

3º - Deputado Lindolfo Júnior

4º - Deputado Rafael Greca

5º - Deputado Basílio Zanusso

6º - Deputado Domingos Scarpellini

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Vossa Excelência sabe que eu fui o primeiro a me inscrever. Dirigi-me à Mesa, falei com Vossa Excelência, Vossa Excelência disse que estaria tudo certo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Vossa Excelência tem razão. Vossa Excelência será o segundo orador inscrito, porque o Deputado Edmar Luiz Costa tinha pego o projeto pedindo a compreensão dos Senhores Deputados para a falha da Presidência e, que após o Deputado Valderi Mendes Vilela, será respeitada a ordem das inscrições.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Ainda pela ordem. Vossa Excelência disse que C.C.J. apresentou um parecer favorável por unanimidade. É isso, Excelência?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Na forma da emenda substitutiva Geral da Comissão de Justiça, por unanimidade. É o que consta na Ordem do Dia.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Excelência, eu queria fazer uma ressalva para que fique constando dos Anais dos trabalhos da Ata de hoje, que o PDT votou contrário pela inconstitucionalidade da matéria e sei que o Deputado Basílio Zanusso também votou contrário, e o Deputado David Chierigate também votou contrário, porque estávamos presentes na reunião da C.C.J.

Eu gostaria que se consignasse isso em Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Es-

sa Presidência nota realmente que Vossa Excelência tem razão e foi um erro na elaboração da Ordem do Dia e não do projeto em mãos do Deputado Edmar Luiz Costa que consta o voto de Vossa Excelência, do Deputado Basílio Zanusso e de vossa Bancada, estando mencionado "por maioria" e o que será registrado nos Anais da Casa, se-

rã o voto de Vossa Excelência na Comissão de Justiça.

Vossa Excelência tem 60 minutos para discutir a matéria.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Professores, comunidade universitária.

Início o meu pronunciamento, fazendo um requerimento verbal a Sua Excelência o Presidente desta Casa, para que faça constar deste processo, a Ata da Comissão de Constituição e Justiça, onde foi discutida a constitucionalidade do projeto e onde constam os votos contrários afirmados pelo Deputado Valderi Mendes Vilela e inclusive o meu voto contrário e o meu posicionamento legal dentro daquela matéria.

É preciso que essa Ata venha ao processo porque na história, deverão ficar bem marcadas, as posições daqueles que defenderam a autonomia e viram a inconstitucionalidade do projeto. Procurarei ser bastante breve, dentro do possível, ao analisar este projeto de lei.

Primeiro, hoje, estamos discutindo se ele é constitucional ou inconstitucional.

Esse projeto é notoriamente inconstitucional. Existe Lei Federal, existe Lei Estadual regulamentando a matéria.

A competência para legislar sobre o ensino superior é do Governo Federal, segundo a Lei Federal n. 5.540/68, e a autonomia administrativa e financeira das universidades estaduais, está assegurada no artigo 3º da Lei Estadual n. 6.034/69, que criou e deu esta autonomia, às universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Além de inconstitucional, ela é inócua, a proposta do Governador, como inócua é a emenda substitutiva, apresentada pelo ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Governo justifica a sua posição, alegando que há necessidade de se fiscalizar os atos administrativos, principalmente aqueles que impliquem em gastos financeiros, devendo ser fiscalizados pelo Governo do Estado.

Ora meus Senhores, o próprio Governador do Estado em entrevista coletiva à imprensa, quando jogou lama sobre a Universidade de Londrina, e não ressaltou as demais universidades, ele reconheceu publicamente, que já existem instrumentos legais, para se proceder à fiscalização nas universidades estaduais.

E eu digo mais, o Estado tem os instrumentos legais, pode usá-los e mais que isso, tem a obrigação de utilizá-los. Aí está o Tribunal de Contas para realizar auditorias, e o Governo, como maioria, tem ainda a CPI e tem os atos administrativos que pode praticar.

O projeto enviado a esta casa, mascarado, na realidade, a tentativa de amordaçar de uma vez por todas, as universidades paranaenses.

Fala-se que existe corrupção na Universidade de Londrina, e através disso, quer se impor um rolo compressor nesta Casa, para que se vote a proposta governamental.

Mas, onde está a prova de que existe corrupção na Universidade de Londrina? O que nós temos conhecimento é de que existe um relatório de uma auditoria, mas que foi deliberado: prazo, para que a Universidade de Londrina, apresentasse as suas razões.

Existem apenas, presunções e indícios, mas já que se está acusando a universidade de corrupta, e já se está ameaçando de prisão membros da universidade, dizendo que poderiam ter sido presos.

O que existe, nem acusação é, são indícios, acusação somente existirá, depois que o Tribunal de Contas se reunir e julgar as contas que forem apresentadas.

Porque será que o Governo Estadual, pretende tanto a aprovação rápida desse projeto de lei. Fiscalizar ele pode, instrumentos para fiscalizar ele os possui. Eu temo que a tentativa de aprovação deste projeto de lei, realmente esteja mascarando uma finalidade maior, IBOPE e espaço no "Jornal Nacional" da Globo.

As Universidades, desde que foram criadas no Estado do Paraná, têm cumprido corretamente as suas finalidades.

Não conheço a estrutura de Londrina, nem a estrutura de Maringá, mas posso depor, sobre a estrutura da Universidade de Ponta Grossa. E posso afirmar, que para a comunidade pobre da região dos Campos Gerais, a Universidade de Ponta Grossa, faz muito mais do que a Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Governo do Estado.

E faz sem alarde, sem publicidade e sem gastar dinheiro do povo, para dizer que está fazendo bem feito.

Será que o Estado, é um bom administrador de universidades e de faculdades isoladas?

Eu quero dar um exemplo: no início do ano de 1969, fui convidado pelo então Diretor da Faculdade de Direito de Ponta Grossa, Professor Brasil Borba, para preencher a Cadeira de Direito Internacional Público, que estava vaga. Aceitei o convite, lecionei durante um ano, e somente recebi o salário no final do ano, o que correspondia ao dinheiro de hoje a Ca\$800,00. Era o Estado que mandava nas faculdades.

Veio a criação das universidades em novembro de 1969. Estruturou-se o ensino universitário nesta terra e os professores passaram a ser razoavelmente remunerados. Mas a partir dali não houve mais influência política porque enquanto não foram

criadas as universidades através da Lei de 1969, e não se deu a ela a autonomia financeira, administrativa e didática, os professores eram escolhidos a dedo pelos líderes políticos da época.

Não haviam concursos para se ingressar na carreira de professor universitário. O Deputado que detinha o mando político da região é que indicava quem deveria lecionar. Esse avanço foi feito por quem? Pelo Poder Executivo? Não. Esse avanço foi feito pela comunidade universitária que viu a necessidade de se estruturar e pensar no futuro e não apenas nos líderes políticos daquele momento.

Há uma tendência muito grande, infelizmente, do assessoramento do Governador Alvaro Dias em impor um regime de ditadura no ensino universitário. Vamos aos fatos bem recentes.

Há cerca de 60 dias atrás, ou um pouco mais, a comunidade universitária foi surpreendida por um anteprojeto de Decreto do Governador do Estado impondo as restrições que, agora, ele quer que o Legislativo vote. Os reitores foram chamados ao Palácio Iguaçu, com a presença do Senhor Governador, do Senhor Chefe da Casa Civil, e do Senhor Secretário Especial de Ensino Superior. Os reitores foram surpreendidos naquela ocasião pelo anteprojeto. E eu vou narrar um fato que estarrecerá os meus companheiros de Bancada.

Na ocasião o Secretário Especial de Ensino Superior começou a falar dizendo das finalidades daquela reunião, dizendo que o Governador baixaria um decreto regulamentando a matéria. Um dos reitores solicitou, educadamente, que se procedesse à leitura do anteprojeto para que todos os reitores tomassem conhecimento do seu teor.

A resposta do Senhor Secretário foi: "Mas, é preciso ler?"

Imaginem os Senhores. Ele queria, e convocou, a reunião para impor ao Governador do Estado a assinatura daquele decreto e não queria que os senhores reitores conhecessem o teor do decreto.

Ainda bem que o bom senso do Chefe da Casa Civil, o bom senso do Governador Alvaro Dias determinou que o decreto não fosse assinado naquele momento.

Mas, agora, a esta altura dos acontecimentos, eu acredito que melhor teria sido assinar o decreto do Senhor Governador e não mandado a mensagem a esta Casa, para que fique sobre ela a responsabilidade de acabar com a autonomia das universidades. Ditadura por ditadura que viesse do Executivo sem a colaboração do Poder Legislativo.

Nós vamos discutir esta matéria hoje em primeiro turno. Voltarei ao assunto amanhã na sua parte utilitária.

Mas, quero destacar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estão pendentes nesta Casa 2 requerimentos de minha autoria que serão votados hoje após a Ordem do Dia. E um desses requerimentos reivindica a retirada de Regime de Urgência para esta mensagem governamental. O outro requerimento pede a convocação de uma Assembléia Pública nesta Casa com representantes dos reitores, dos diretores de faculdades isoladas; de representantes dos funcionários da comunidade universitária; dos representantes dos estudantes, para estabelecer um debate mais amplo porque até agora, na realidade houve apenas monólogo e não diálogo, inclusive na minha própria Bancada.

Ouviu-se o Senhor Secretário Especial de Ensino Superior; ouviu-se até representantes do Governo do Estado dos conselhos universitários, mas não se deu oportunidade para que os reitores falassem à Bancada do PMDB. Não se abriu a oportunidade dos funcionários das universidades e faculdades isoladas virem à Bancada do PMDB e apresentarem as suas razões e darem os seus depoimentos, muito menos abriu-se a oportunidade aos estudantes virem dialogar com a nossa Bancada, como não está sendo dada agora, também, a oportunidade de se ouvir este segmento da comunidade universitária.

O que eu desejo não é retardar indefinidamente a votação desta matéria, o que eu desejo é que esta Assembléia dê uma demonstração de democracia, que o PMDB dê uma demonstração de democracia, ouvindo todos antes de votar!

Se nós votarmos, aprovarmos a mensagem em 3 turnos e depois abirmos o diálogo, seremos uns grandes cretinos, perante a coletividade!

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

O Sr. José Felinto - Caro Deputado Edmar Luiz Costa, conhecendo Vossa Excelência como conheço, sei que tem lutado pelas causas sérias desta Casa, só quero informar a Vossa Excelência que os reitores foram recebidos pelo Governo do Estado várias vezes, e o Governador pediu que levassem propostas, e a última proposta foi a visita do Senhor Jorge, exatamente há 3 dias atrás, numa audiência às 9:00 horas da manhã, com o Governo do Estado. No entanto, em nenhum momento, os reitores apresentaram uma proposta, vieram sempre de mãos vazias...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Não de mãos vazias, a proposta é, pura e simplesmente...

te, extinguir esta mensagem, que é inócua, e inconstitucional, ela "chove no molhado", a proposta é esta, agora que se debata, que se abra a possibilidade... Então eu pergunto, os Senhores Deputados integrantes desta Casa, tiveram a oportunidade de dialogar com a comunidade universitária num debate amplo e aberto? Não tivemos esta oportunidade!

O Sr. José Felinto - Eu quero dizer que não fui procurado em nenhum momento, como Deputado Estadual desta Casa, do PMDB, nem por reitores, nem por alunos das Universidades.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Provavelmente porque Vossa Excelência não tem a simpatia da comunidade universitária, ou quem sabe não tem os conhecimentos necessários para debater o problema universitário.

O Sr. José Felinto - Certo, deve ser isso mesmo.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Continuando, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, eu faço um apelo para que aprovelem os 2 requerimentos de minha autoria. A aprovação desses requerimentos não significa rejeitar a proposta governamental, eles têm a finalidade de abrir um debate mais amplo e democrático, para ouvirmos todos os segmentos envolvidos, quem sabe, até, após este debate eu possa mudar de opinião! Mas eu quero estar convencido da realidade, quero ouvir todos os lados envolvidos na história e não apenas a intenção do Senhor Ascêncio Garcia Lopes, que deveria ter sido demitido, há muito tempo, da Secretaria Especial do Ensino Superior, porque ele está colocando em choque o prestígio do Governador Álvaro Dias, no meio universitário!

Quero encerrar, mas antes eu gostaria de ler um artigo, publicado na imprensa de Ponta Grossa, ontem, de autoria do Professor Wilson Gerônimo Comel. Antes de ler o artigo, gostaria de informar a este Plenário quem é o Professor Wilson Gerônimo Comel, leciona Direito Civil, há mais de 30 anos, foi meu professor durante 4 anos, na Faculdade de Direito de Ponta Grossa, indiscutivelmente está entre os 3 maiores civilistas do Estado do Paraná e é autoridade reconhecida no Brasil inteiro! Homem totalmente dedicado ao Ensino Superior, homenageado pelos alunos da Faculdade de Direito, inclusive o Deputado Djalma de Almeida César foi seu aluno. Sempre homenageado pela honestidade com que enfrentava as salas de aula.

Vejam o que diz o Professor Comel, um homem com 30 anos de sala de aula! (Lê):

"Dói-me - professor de quase trinta

anos de sala de aula, - assistir a assalto tão desabrigo e sentir-me tão a desabrigo.

Falo da autonomia de nossas universidades estaduais.

Autonomia, para a universidade, é princípio necessário à sua identidade como tal, como universidade, ou seja, ao seu ser. É-lhe ínsito, sem a qual teríamos o homem, mais um ser acéfalo, isto é, sem inteligência. Restrição pois, que se lhe faça, é atentado à vida e à existência, e quem a faz ou pretende fazê-la, usa de meios homicidas.

Dessa faculdade de se reger por si mesma, resulta a capacidade de pensar, repensar, criar, inovar, e, nisso, não há novidade alguma. Uma coisa que pensa - diz Descartes, na Meditação Segunda - "é uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente". O penso, logo existo (cogito, ergo sum), de Descartes, permite-me dizer que universidade só existe, se pensar. Quem não pensa, na realidade não existe.

É isso que se persegue, para que a universidade pare de pensar; que ela deixe de existir como princípio de crítica, de criação e de renovação.

Deve, no fundo e na forma, reduzir-se a um mero departamento administrativo do Estado. Há que ser obediente, dócil, submissa, cabresteada.

Já se disse muito sobre autonomia. Importa denunciar a real intenção que vai nesse propósito (aparente).

Urdu-se, primeiramente, um ataque frontal, com o aríete do autoritarismo (decreto), a toque de tambor do pioneiro Secretário do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

A grosseria foi tamanha, que o auto-recuo traiu reconhecimento do absurdo que se praticava. Agora, não; procura-se entrar pela porta da cozinha, ou seja, por baixo do pano, mas, sem dúvida, para escancarar a porta da frente.

O Senhor Governador procurou, antes de mais nada, numa atitude pequena em relação ao cargo que ocupa, manipular a sociedade contra as universidades estaduais. Porventura, não houve essa intenção, no expediente, "explicativo" aos Vereadores, para aliciá-los (sem consegui-lo, porém)? Antes, tentara dividir a unidade docente-discente, instituindo o ensino gratuito, por sinal, de muito pequeno calado no orçamento geral. Depois, não generalizou fatos episódicos para denegrir, intencionalmente, todas as universidades, todos os professores e dirigentes, procurando impingir-lhes a imagem de marajás, figuras execradas nos dias de hoje?

Causou-me estupefação a aleivosa afirmação de que os universitários estariam

sendo inocentes úteis no interesse de alguns, que querem manter seus privilégios nas universidades.

Bem que mereceu, seu autor, a pronta resposta dos estudantes, com a coragem nativa que lhes é inerente.

Penso que as inverdades ou meias verdades divulgadas pelo Governador, para agular a opinião pública contra as "universitates honorum", deveriam ser, aberta e duramente, desmentidas por quem de direito. Até lá, a comunidade vai sendo lentamente anestesiada, até que os seus segmentos mais representativos fiquem insensíveis, indiferentes. Então, estaremos sós... e perdidos, porque a arma que possuímos é a nossa unidade global, é a nossa força política, contra os políticos eleitores.

Sofrendo, há meses, essa peça de má qualidade, muito discuti e não menos refleti. Cheguei à convicção de que o pretexto (carro chefe) de saneamento das finanças das universidades não passa de uma máscara, atrás da qual se oculta um ator político, obcecado pela dominação política.

Para combater, prevenir ou reparar irregularidades financeiras, porventura cometidas, existem inúmeras soluções: Auditorias, Tribunal de Contas, CPI e etc. A intromissão do Governo nas universidades implicará no fim da sua liberdade, da sua aptidão de pensar e repensar. As declarações do Governador para consumo publicitário, não correspondem às reais intenções, estas reveladas pelos antecedentes, quando quis forçar a porta da frente, não tenho dúvidas quanto a isso.

Como disse Descartes, seu discurso do método: "Não é suficiente ter um espírito bom, o principal é aplicá-lo bem". Certamente, ao tempo da repressão militar, quando inibido de propor concretamente, o Senador Álvaro Dias, contentava-se com a realização do seu superego, proclamando os grandes ideais da liberdade e da democracia. Eleito Governador diante da tangibilidade das coisas e das pessoas a seu dispor, encorpou-se o ego adormecido, mas ao que tudo indica, o que acordou mesmo foi o "eu", que lá sempre estava dando "aso" a desejos impulsivos, de campeão da liberdade tornou-se liberticida "se non é vero, é bem provato".

Onde estamos, para onde vamos? Aqui o meu registro, a minha inconformidade, Senhores Deputados. Para quem passou 30 anos dentro de uma sala de aula, quem tem um nome nacional a selar, eu acho que deve ser ouvido por uma Assembléia Legislativa. Por isso insisto, vamos ser democratas, vamos abrir o debate, vamos estabelecer uma Assembléia ampla nesta Casa, e ouvirmos pessoas do gabarito de um Professor

Comel. Eu quero trazer mais um exemplo pequeno. Nós precisamos ouvir os professores, precisamos ouvir os funcionários das universidades, precisamos ouvir os estudantes.

Quantas vezes nesta Casa, e todos nós somos testemunha, que para chegarmos a grandes decisões ouvimos os nossos assessores que são os funcionários mais graduados desta Casa? Ora, se nós consultamos os nossos funcionários, se a Mesa consulta os seus assessores para decidir corretamente, por que nós Deputados, não temos a coragem de abrir as portas de nossa Casa, que é a Casa do Povo, para ouvirmos as pessoas capazes que estão nas universidades, e depois de ouvi-las, então sim, poderemos partir para o processo de votação.

Enquanto estivermos no processo de votação sem ouvirmos, não estamos estudando; não estando estudando, nós estamos decidindo de uma forma "burra" e própria da ditadura militar.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Edmar Luiz Costa, quero cumprimentá-lo pela sua posição independente neste momento, quando sobe à tribuna desta Casa e faz a sua apreciação a um projeto de tamanha envergadura como este.

Quero cumprimentá-lo, repito mais uma vez, pela sua posição de coragem, pela sua posição de independência e pelos argumentos que Vossa Excelência trouxe a este Plenário, dizer que, nós pertencentes à Bancada do Partido Democrático Trabalhista, PDT, temos dado o nosso voto favorável aos seus requerimentos, que lamentavelmente, é bom que se diga, ao seu requerimento pedindo a retirada do Regime de Urgência deste Projeto para um debate maior nesta Casa de Leis, nós temos dado o nosso apoio. Lamentavelmente, por estratégias utilizadas pela Bancada do PMDB, as sessões desta Casa, durante a semana passada, sempre terminaram por falta de "quorum". Não houve interesse da Bancada do PMDB em adiar esta votação, em retirar o Regime de Urgência para uma discussão mais apurada em cima deste Projeto. Por isso, quero parabenizá-lo mais uma vez pela sua posição tomada no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Muito obrigado nobre Deputado. Eu faço mais um apelo à consciência dos Deputados que integram a Bancada do PMDB, podemos votar hoje o projeto em primeiro turno, normalmente, mas vamos acatar os dois requerimentos, para que possamos realmente discutir a matéria.

Eu faço uma indagação, mas peço que esta indagação chegue ao fundo da consciência de cada um dos Deputados, quer do PMDB, quer da Oposição; nós todos estamos realmente preparados para discutir sobre a matéria? Nós já conhecemos todos os ângulos da vida universitária? Nós temos consciência do que vamos votar? Se todo mundo responder honestamente dirá que não, inclusive eu.

E eu vou dar mais um exemplo, a mensagem do Governador chegou nesta Casa no dia 05 de abril; no dia 06 de abril, 24 horas após, foi aprovado o Regime de Urgência para o projeto. Onde o tempo para estudar? Porque esse atropelo? Será que a aprovação deste projeto salvará as finanças do Estado do Paraná? Será que a aprovação deste projeto resolverá todos os problemas do Estado do Paraná? Tenhamos consciência Srs. Deputados, vamos aceitar os 2 requerimentos e abriremos um debate mais amplo, um debate mais técnico para sabermos o que decidir. É importante que nós saibamos decidir para termos depois a coragem de, em nossas casas, enfrentarmos os nossos filhos, porque eles indagaram o porquê de se decidir sobre o futuro de uma juventude tão ao atropelo de tambores, tão ao toque de tambores.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Mais uma vez me permito parabenizá-lo porque V. Exa. toca um assunto que a oposição sempre tem debatido nessa Casa. A pressa para assuntos importantíssimos, para projetos importantes, o Regime de Urgência votado apressadamente, sem uma discussão mais aprofundada sobre o assunto: isso tem sido a queixa constante das bancadas de Oposição nesta Casa, que não têm tido o poder, o direito de poder analisar com mais profundidade esta matéria, por isso mais uma vez venho parabenizá-lo pela sua denúncia aberta, da tribuna, da situação, para que toda esta Casa possa ouvir.

O Sr. José Felinto - V. Exa. permite um aparte?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Logo darei aparte a V. Exa. Eu quero continuar esmiuçando um pouco do projeto de lei, um momento apenas.

A Casa está sendo atropelada. Na Comissão de Constituição e Justiça o Deputado Nereu Carlos Massignan, com toda honestidade fez um bom trabalho defendendo seu ponto de vista, mas ele justificou seu parecer. Ele deu seu parecer embora eu seja contrário ao seu parecer e ao substitutivo. Mas vejam Srs., como nós podemos cair no ridículo. No dia 29 de abril, anexa-se

a este projeto o parecer da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná.

Meu Deus do céu, é o enterro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Não mais que 15 linhas, nenhum argumento e nenhuma análise do projeto, apenas dizendo que o relator é favorável à mensagem governamental. Está aqui, não tem mais do que 20 linhas. A Comissão de Educação não abordou nenhum dos aspectos da mensagem e do substitutivo. Deveria por força de lei, por moral, e por ética, esse projeto ser retirado da Ordem do Dia, abrir-se o debate amplo, e que a Comissão da Educação desse um parecer, porque não é parecer, o relatório é uma tragédia, uma tragédia cômica, infelizmente.

Concedo aparte ao nobre Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto - Muito obrigado Deputado Edmar Luiz Costa, apesar de ter solicitado antes do Deputado Algaci Túlio e V. Exa. ter dado preferência a ele, mas lhe agradeço ainda pelo aparte. Eu só queria lembrar a V. Exa., que no Governo José Richa do qual eu não participei nesta Casa, foi autorizado através de lei, eu não tenho bem conhecimento, a eleição dos reitores das Universidades, o que posteriormente o Governador Álvaro Dias passou a escolher os mais votados. V. Exa., dizia que no dia seguinte entra aqui e, no dia 04, dois dias após...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Menos de 24 horas.

O Sr. José Felinto - Menos de 24 horas, e hoje, exatamente, há 30 dias que esse projeto está na Casa e houve oportunidade para que outros Deputados também apreciassem e pudessem ver o projeto.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - V. Exa., leu o projeto? Leu o parecer da Comissão de Educação?

O Sr. José Felinto - De Educação eu não li, mas eu vi o substitutivo geral.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Não foi estudado Deputado.

O Sr. José Felinto - Eu gostaria que V. Exa., permitisse meu aparte.
(Conversas paralelas)

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu não concedo aparte a V. Exa.

Sr. Presidente eu peço que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (ANTÔNIO ANNIBELLI) - V.

Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Questão de ordem) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANTÔNIO ANNIBELLI) - O Deputado José Felinto tem sido atendido nos apartes, que o faça com a aquiescência, do orador que se encontra na tribuna.

O SR. JOSÉ FELINTO (Questão de Ordem) Sr. Presidente, já que o Deputado Emar Luiz Costa me deu a palavra, há de lembrar que assinou, com mais 30 Deputados desta Casa, o pedido de instalação de uma CPI, que era o anseio dos eleitores, e inclusive assinou este pedido de CPI.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Com muita honra assinei o requerimento de CPI, e prova mais uma vez a minha assinatura nesse mesmo requerimento, e que estão invertendo a ordem das coisas. Nós vamos cassar a autonomia das universidades, primeiro, e depois vamos apurar possíveis irregularidades; deveria ser ao contrário, apurar primeiro as irregularidades, e depois estabelecer o regime diferenciado para as universidades.

O último argumento, para os nobres Deputados desta Casa; o substitutivo, fala na criação de mais um conselho; conselho de reitores integrado pelos reitores, diretores de faculdades isoladas, pelo Secretário do Ensino Superior. No substitutivo falava-se que a presidência seria do Secretário de Ensino Superior, e que teria o direito, inclusive, de indicar o Secretário.

Felizmente parece-me que vem por aí uma emenda, extirpando essa grosseria do substitutivo apresentado.

Mas, vejam bem os Srs., cada universidade já possui o seu conselho universitário. Não conheço a composição dos conselhos universitários de Londrina e de Maringá; conheço a composição do conselho universitário de Ponta Grossa. Lá existe um representante do Governo do Estado, no poder público municipal, parece-me que até da Câmara Municipal também, aberto a clube de serviços.

Ao invés de lidarmos com essa mensagem, que cassa a universidade, poderíamos, abrindo um debate com a comunidade universitária, pensar num projeto de lei, que ampliasse esses conselhos universitários já existentes, aumentando até a participação do Estado e da comunidade, para que a fiscalização fosse mais imediata.

Permanecem os conselhos universitários; pelo substitutivo cria-se mais um conselho.

Sabe o que vai acontecer?

Quando morrer um professor e a universidade tiver que contratar outro, até passar por todos os conselhos, e vir a Curitiba, terminará o ano letivo e os alunos ficarão sem aulas.

Vamos decidir todos os assuntos das universidades, dentro das universidades, com a participação dos representantes do Governo Estadual, quem sabe até a Assembleia Legislativa devesse ter em cada um dos conselhos universitários, em representante, para fiscalizar e trazer para cá os resultados dessa fiscalização, a Assembleia Legislativa acompanhar a vida universitária.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Me conceda um aparte, nobre Deputado?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Concedo o aparte, ao nobre Deputado Nereu Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Eu agradeço a V. Exa., eu não vou analisar hoje o meu substitutivo. Eu ouvi com atenção as suas críticas ao substitutivo. Apenas na criação do conselho, eu gostaria de lembrar a V. Exa., que, este conselho, em absoluto interfere nas estruturas internas das universidades.

Porque, ele é um conselho mais útil.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Mais um conselho.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Não, não é. Deixe eu concluir e V. Exa., há de concordar comigo. É um conselho consultivo, e se V. Exa., ler o Artigo 7º dos objetivos do conselho, vai ver que não tem nada disso. Eu quero lhe adiantar mais. A proposta da criação do Conselho foi feita pelo Reitor da Universidade de Londrina, e pelo Reitor da Universidade de Ponta Grossa, que me apresentaram como sugestão aquilo que existe em São Paulo. Então, eu não vejo porque criticar a criação do conselho.

(Conversas paralelas)

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Quanto à presidência, faço a ressalva a bem da verdade, o reitor da Universidade de Ponta Grossa, e da Universidade de Londrina, na sua proposta, que foi adotada "in totum", com exceção, quanto a presidência. Essa questão, eu me reservo a discutir na sessão de amanhã, quando abordaremos todos os aspectos do substitutivo. De resto, agora a presidência, o que aqui está escrito, é proposta da comunidade universitária, nobre Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu acredito que não, nobre Deputado.
Eu continuo dizendo, e vem mais um

exemplo, para abrimos o debate. Não é necessário ouvir apenas reitores, nós temos que ouvir também os demais segmentos das universidades.

O Sr. Hereu Carlos Massignan - Mas, Exa., o conselho...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - V. Exa., respeita o Regimento Interno.
(Conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência continua com a palavra, Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - É mais um argumento, é preciso ouvir todos os segmentos. O conselho é para se fazer a política universitária no Estado do Paraná. Criou-se uma Secretaria Especial de Ciências e Tecnologia e Ensino Superior. Ela está funcionando há um ano e meio, praticamente. Onde está a proposta de política universitária do Paraná? O Secretário propôs uma política para o ensino universitário do Paraná, o que ele fez até agora como Secretário do Ensino Superior? Apenas atrapalhou o Governador Álvaro Dias. Nada mais do que isto. Este conselho que se quer criar, que já existe em São Paulo, mas, a presidência é rotativa dos reitores, ele tem a finalidade de assessorar o Governo do Estado para criar uma política de ensino superior. Mas, eu duvido que este Conselho venha a funcionar no Paraná com o governo atual ou com o Secretário atual.

Vamos retirar o Governador disso, com o Secretário atual. Ele não gosta de ouvir a comunidade universitária, ele já provou isso, quando foi reitor em Londrina. Ele não respondeu até agora, pela imprensa, os fatos verdadeiros sobre os quais ele é acusado de ter praticado em Londrina e eu tenho fotocópias que constata que ele não respondeu nada disso!

Cria-se um Conselho em que ele vai tentar manietar as universidades. Em São Paulo deve estar funcionando porque lá o Secretário de Ensino Superior, deve ser um homem realmente vivido no problema universitário. O nosso infelizmente, como a comunidade universitária disse, é um excelente "criador de boi".

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Deputado Edmar Luiz Costa, Vossa Excelência levantou uma questão importante, com relação à Comissão de Educação, eu gostaria que me respondesse, Senhor Deputado sobre as assinaturas, se possível, se foram legíveis? É difícil.

Só para esclarecer, então Deputado, Vossa Excelência levantou um assunto importantíssimo. Dia 29 de abril, é uma sexta-feira. Estou aqui apenas há um ano e pouco nesta Casa, e me parece que há mais de 20 anos não tem sessão às sextas-feiras nesta Casa.

Onde é que foram localizar os Deputados da Comissão para assinarem este parecer de apenas 15 linhas? Será que a Comissão de Educação sentou ao redor de uma mesa e discutiu o Projeto? Será que estudou, analisou ou coletaram as assinaturas pelos corredores da Casa, nos gabinetes e quem sabe até em suas casas? Um exemplo: O Deputado Antônio Annibelli, e os Deputados do Interior, viajaram na quinta-feira à tarde para as suas regiões, na última sexta-feira, o Deputado Antônio Belinati, estava em Londrina e eu estava junto com ele. Quer dizer, os Deputados têm esta oportunidade de viajar para o interior, para suas bases, exatamente, porque precisam rever os seus trabalhos em suas regiões. E numa sexta-feira, a Comissão de Educação dá este parecer de 15 linhas, sem estudar, sem analisar, sem debater o processo, quando esta é uma das Comissões mais importantes para estudar exatamente este projeto.

É mais uma denúncia importantíssima que Vossa Excelência levanta neste Plenário. Parabéns!

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Não sei se houve reunião, presumo que sim, porque existem 5 assinaturas, todas ilegíveis, mas, o relator datilografou seu nome, Deputado Paulino José Delazeri.

Portanto, Senhor Presidente, nobres Deputados, eu encerro a minha intervenção...

O SR. RAFAEL GRECA - Permita-me antes um aparte, Deputado. (Assentimento).

Eu lhe faço aparte de pé, como devemos respeito à Mesa, devo eu respeito à sua posição independente e briosa. Efetivamente, a sua posição de representante de Ponta Grossa, hoje cresce, cresce no sentido de ampliar os horizontes de Ponta Grossa, no sentido de defender a Universidade.

Nós o vemos livre das mordidas oficiais e o vemos forte e o vemos iluminado pela defesa dos mais legítimos e elevados interesses da gente que o elegeu. De repente é como se os horizontes fechados das quatro paredes de um palácio, se comparassem com aqueles horizontes infinitos da planície dos Campos Gerais. De repente cresce a sua presença por sobre todo o segundo Planalto e pelo Paraná inteiro. Cresce, porque caíram as paredes do palácio.

Deputado Edmar Luiz Costa, nós o vemos como os velhos tropeiros, abrindo os caminhos, mostrando o futuro.

Nós o vemos como aquela gente que atravessou a Capela do Tamanduá, atravessou a Capela de Sant'Ana do Iapó, a Serra do Cavalão, até estabelecer as ligações e as fronteiras do Brasil para o Rio Grande, batendo para lá de onde se põe o sol, o Castelhanos.

O Senhor Deputado hoje, honra o Paraná, é paranaense por inteiro, é Deputado por inteiro, é pontagrossense por inteiro, mas sobretudo honra o gênero humano, quando na melhor acepção de "Descartes", faz valer aquela expressão latina que não é letra morta "cogito ergo sum", porque V.Exa. pensa, passa a existir.

A nossa homenagem, Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Agradeço ao nobre Deputado Rafael Greca.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Disse o Deputado Algaci Túlio, que a reunião da Comissão de Educação foi numa sexta-feira, não presumo que tenha existido a reunião, normalmente esta Casa é vazia às sextas-feiras e é um fato inusitado termos sessão amanhã, sexta-feira, às 10:00 horas, para continuarmos votando este projeto.

Nunca existiu isto nesta Casa, nos últimos 5 anos. Isso não é prova de que estamos sendo atropelados, que há um rolo compressor em cima desta Casa, existe fato mais nítido, mais claro. E será que nós, nobre Deputado, vamos concordar com esse rolo compressor, vamos nos fingir de anjinhos e teremos a coragem de chegar em casa, contarmos isso as nossas esposas, e os nossos filhos se ouvirem a conversa de pai e mãe, o que pensarão os nossos filhos, os seus filhos, nobres Deputados, do ato criminoso, por omissão que estamos praticando.

Vamos pôr a mão na consciência, não vamos fugir do debate da matéria, mas vamos votar no momento em que todos nós estivermos devidamente preparados, para votarmos uma matéria que é, além de técnica, e muito técnica, mexe com o futuro de várias e várias gerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Obedecendo a ordem de inscrições e por ordem do Deputado Valderi Mendes Villela, concedo a palavra do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Universidade de Londrina, com respeito as demais Universidades do Estado do Paraná, é hoje, um exemplo de ensino para

a Nação Brasileira. O Hospital Universitário da minha Cidade, é hoje um exemplo, Sr. Presidente, Srs. Deputados; é um exemplo de hospital para a Nação Brasileira, e a frente desse hospital está um dos brilhantes professores da universidade, que é o professor Dercílio Turini, que lá está trabalhando, dia e noite, pelo Hospital Universitário.

Um Hospital Universitário que atende milhares de doentes, não só do Paraná, mas também do Estado do Mato Grosso e conclamo aqui a verdade do Deputado Antônio Belinati, do Deputado Homero Oguido, que são também Deputados da minha cidade, de Londrina.

Vêm doentes de Mato Grosso, de São Paulo, e de toda a Nação brasileira e são levados ao Hospital Universitário à procura de sua cura, à procura de um remédio, de um internamento, para salvar-se da morte, tratar da sua doença.

O Hospital Universitário existe, a Universidade existe porque tem recursos do Governo do Estado. Recursos como tivemos, agora, o ensino gratuito. Tivemos, no ano passado, no Governo José Richa, as eleições diretas para escolha dos reitores.

Conversei, Srs. Deputados, com o Deputado Nereu Carlos Massignan, com o Líder da Bancada, Artagão Mattos Leão, com o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira; nos fechamos numa sala, e discutimos. Primeiro eu queria a CPI, porque o Governador Álvaro Dias, com todo o respeito que eu tenho a ele, lançou aí esta semana as irregularidades que aconteceram dentro da minha Universidade, da nossa Universidade, do cartão de Londrina.

Muito bem. Mas agora, temos que ouvir as outras partes também, e eu gostaria que além desta CPI, que esta Casa também fosse aberta para o Reitor e toda a Comunidade Universitária de Londrina viesse aqui falar, discutir e mostrar os seus argumentos.

O Tribunal de Contas apurou uma série de irregularidades, mas precisamos agora de uma CPI forte para ouvir, não só o Reitor Jorge Bonassar, mas ouvir toda a comunidade universitária para saber com quem está realmente a verdade.

Confesso aos Srs., sem medo de errar: sou a favor da autonomia, não quero que a autonomia caia, mesmo contrariando o Governador que é meu particular amigo, mas não quero contrariar os 34 mil votos que tive em Londrina e os 90 mil votos que tive no Paraná.

Sou a favor da autonomia, mas tem um detalhe, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários, sou a favor de uma autonomia. Posso até estar errado, Srs. Deputados, mas eu queria que houvesse uma fiscalização. Digo aos Srs. que minha esposa

agora vai fazer o curso de fisioterapia na Universidade Estadual de Londrina. Já tenho um filho que também já vai ingressar nessa Universidade e com satisfação, porque a Universidade de Londrina, sem desmerecer as Universidades de Ponta Grossa e Maringá, é uma Universidade que é um modelo hoje para a Nação brasileira, com é a de Maringá, como é a de Ponta Grossa.

Agora digo aos Srs., eu quero que a autonomia continue, tem que continuar, mas nós queremos uma fiscalização. Há necessidade de uma fiscalização.

Conversei demoradamente com os Deputados Artagão Mattos Leão, Nereu Carlos Massignan, Dirceu Manfrinato, com a Deputada Irondi Pugliesi, com vários companheiros, com o Deputado Nestor Baptista, Deputado Nelson Vasconcellos, que também é um exemplo nesta Casa, pelos anos que está neste Parlamento, como os Deputados da Oposição, Basílio Zanusso, que esteve sábado em Londrina, na televisão, conversamos durante horas e horas, com todos os Deputados desta Casa e fiz uma análise e conclui que deve continuar a autonomia. Por que não? Mas eu acho que deve haver, Srs. Deputados, no meu linguajar simples, linguajar do povo, tem que haver uma fiscalização.

Tem que haver um conselho, mas não só esse conselho, mas a comunidade universitária em si tem que fiscalizar, tem que observar para onde é que está indo o dinheiro; se está indo para os cursos de direito, jornalismo, para odontologia, de medicina, ou de psicologia, enfim, para todos os cursos que tem dentro de uma universidade.

Sou a favor da autonomia. Quero que tenha autonomia. É a mesma coisa que eu ter o meu programa de televisão e a minha autonomia de chegar ao ar e falar aquilo que eu bem entender. Eu não posso admitir que se o dono da televisão, me deu um programa, que ele tire a minha autonomia. Admito sim que ele fiscalize os meus comerciais, que eu tenho que prestar conta à televisão, mas não que ele tire o direito que eu tenho de falar o que eu bem entender, porque eu me responsabilizo por aquilo que falo.

Então, sou a favor que a autonomia da universidade prevaleça porque eles têm que pagar pelas suas responsabilidades. Mas acho, e doa a quem doer, que tem que haver uma fiscalização, não só do conselho, mas de toda a comunidade universitária. Tem que exigir da reitoria e de toda a direção que o dinheiro seja bem aplicado pelos filhos do Estado do Paraná.

Este é o meu ponto de vista, e dele não abro mão.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Obedecendo a deferência e a diversão entre o Deputado Valderi Mendes Vilela e Luiz Carlos Alborghetti, concedo a palavra ao terceiro Orador inscrito Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu também queria em nome da Bancada do PDT felicitar o Deputado Luiz Carlos Alborghetti pela sua posição independente e a certeza de que a comunidade universitária terá, e que pelo menos na Bancada do PMDB já existem 2 votos favoráveis, contrários evidentemente, ao projeto que ora tramita.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O Deputado Valderi Mendes Vilela com a palavra. Vossa Excelência tem 60 minutos para discutir a matéria.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais integrantes desta Casa de Leis, professores, alunos, povo presente, hoje, no Plenário da Assembléia Legislativa. Quando chegamos a esta Casa, eleitos que fomos para ser um dos representantes do povo paranaense, deparamos com fatos que realmente nos assustaram, que realmente nos deixaram preocupados. Por quê? Porque eu, ainda pertencendo a um partido de oposição quase sem estrutura na Casa, sentia a preocupação porque deveria defender os interesses de todos os paranaenses.

Na primeira oportunidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando viemos a esta Casa, dissemos que jamais faríamos uma oposição sistemática, mas faríamos, sem sombra de dúvida, uma oposição construtiva, uma oposição que realmente ajudasse Sua Excelência, o Governador do Estado, a dirigir melhor o caminho de todos os paranaenses. A nossa surpresa ainda foi maior quando, usando expedientes do Regime de Urgência, do malfadado Regime de Urgência, esta Casa aprovou a "toque de caixa" empréstimos na ordem de 700 milhões de dólares, autorizou o Governo Estadual a contratar empréstimos sem limites ou até mesmo dentro dos limites estabelecidos pelo Governo Federal. Autorizou ainda a acampar as dívidas do Município de Curitiba na ordem de 80 milhões de dólares. O Governador vetou e a Assembléia Legislativa foi humilhada.

Este Poder Legislativo já tem por diversas vezes sido humilhado nesta Casa.

Aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, veio o Projeto da Reforma Administrativa com quase 150 artigos também votado em Regime de Urgência. Foi criado um absurdo pois, na prática, não vemos reforma. Foi a primeira vez, Senhor Presidente

e Senhores Deputados, que se investiu contra a autonomia financeira e administrativa das universidades; foi um primeiro ataque do Secretário de Ensino Superior. Dr. Ascêncio Garcia Lopes que investiu contra a universidade de Londrina e as demais universidades do Paraná. Aliás, dentro da reforma administrativa já foi criada esta Secretaria com o objetivo de atender a um dos maiores cabos eleitorais na campanha. Foi nessa época, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que tínhamos a força do povo, foi nessa época que se levantou o Deputado Dirceu Manfrinato e disse que através de uma emenda do PMDB a autonomia das universidades estaria assegurada.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passado mais ou menos um ano o Governador Alvaro Dias, atendendo o grande sonho do Secretário, o grande sonho do ex-Reitor da Universidade de Londrina, volta a apresentar um anteprojeto de lei, visando, exclusivamente, a retirar a autonomia administrativo-financeira das universidades.

O projeto é inconstitucional. O projeto é irônico. Fere, substancialmente as leis federais, fere a Constituição federal, fere as leis estaduais já criadas por este Estado. A proposta ora em análise por esta Casa de Leis pretende se limitar a autonomia ou até a sua extinção, submeter as instituições de ensino superior a um rígido controle administrativo e financeiro pelo Estado, que, aliás, todo o mecanismo existente é hoje utilizado pelo governo para controlar os gastos. E eu li com muita sabedoria: "Ensino não é gasto, é investimento." Tem razão quem trouxe aquela faixa hoje, aqui.

Vamos ter, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma ingerência muito grande na extensão do ensino prestado pelas universidades, dos quadros de carreira, no atendimento que presta na área médica e na área jurídica. Nós que somos do Norte do Paraná sabemos o quanto é importante um hospital universitário. Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque por lá passam 200 mil pessoas por ano. Muita gente é atendida por aquele hospital. Nós sabemos do escritório modelo que mantém a Universidade de Londrina na área jurídica atendendo aqueles que não têm dinheiro para contratar advogados. E vejam bem, é uma obrigação do governo, é uma obrigação do Estado prestar assistência judiciária aos menos favorecidos. E quem presta assistência àquela cidade e àquela região é a Universidade de Londrina, como devem prestar também as Universidades de Ponta Grossa e de Maringá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós sabemos que esta Lei é inconstitucional, mas a ditadura partidária implantada pelo PMDB nesta Casa deixa, muito longe, a dis-

cussão. Sabemos que esse projeto de lei ou esse substitutivo é totalmente inconstitucional. O artigo 138 que é emanado da emenda constitucional do Paraná, n° 20, estabelece que a organização em funcionamento das universidades serão disciplinadas em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem as quais serão submetidas à aprovação do conselho de educação competente. O anteprojeto de lei apresentado fere totalmente o disposto nessa lei. E esta Casa costuma constantemente, Deputado Edmar Luiz Costa, ferir as leis federais, ilegalidade só existe para os projetos da Oposição.

Nesta Casa, apesar da estrutura que as Comissões possuem, os pareceres são os maiores absurdos que se pregam a respeito de ilegalidade.

Essa lei contraria muitos e muitos dispositivos, contraria o Art. 8° da Constituição Federal contraria a Lei Federal 5.540, contraria a Lei 8.034 que criou as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, contraria o Art. 138 da Constituição do Estado do Paraná, que foi alterado pela Emenda 20, mas garante a autonomia administrativa e financeira.

Esta lei contraria os estatutos dessas universidades que foram criados através de Legislação Federal. Esta lei também contraria a própria lei estadual criada já nesta Legislatura aqui nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se analisa, jamais, neste Poder Legislativo a legalidade ou a ilegalidade.

Eu não vejo como aprovar uma lei inconstitucional, eu não posso assinar um "atestado de burrice" aprovando uma lei da forma em que ela ora se apresenta.

O substitutivo apresentado também deixa muito a desejar. Em seu artigo 3° estabelece que o Poder Executivo poderá realizar auditorias sobre as contas da Administração, patrimônio, material. Ora, é "chover no molhado". O Poder Executivo já dispõe desses instrumentos, que utilizem de forma melhor.

É necessário, Srs. Deputados, uma fiscalização muito mais intensa em todas as universidades. É necessário uma fiscalização muito maior em outros meios da Administração Pública. Não podemos ficar dizendo, fazendo propaganda a respeito disso. Nós sabemos que a inclusão desse artigo é "chover no molhado". Nós sabemos que isso atende especialmente o Secretário de Ensino Superior, pois falta a matéria paga. Ele divulga sempre o que quer contra as universidades.

E nós sabemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quem é que paga a matéria publicada através da imprensa escrita e falada.

Outro fator, e aqui existe uma aberração, e eu não entendo como é que se pode aprovar tal matéria, é a criação do Conselho de Reitores com a Presidência de um Secretário Especial de Ensino Superior.

Ora, e a ditadura que se implanta nesse Conselho, pois é o próprio Secretário quem indica, e o Secretário será indicado por ele. Se ele indicar um advogado ou um engenheiro para ser secretário do Conselho, as universidades e as faculdades terão que aceitar, porque não existe democracia nesta escolha.

Sabemos que isto é uma loucura, um desacerto. Sabemos também que o atual Secretário do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia parece que esqueceu de algumas atividades do passado e presente pois, até agora, não apresentou nenhum programa para melhorar o ensino superior em nosso Estado, ele continua visando, atacando as universidades, em especial a Universidade de Londrina. Mas no passado ele se mostrou um grande colaborador da ditadura militar. Temos os documentos que comprovam que, como Reitor da Universidade de Londrina, enviava ao SNI o nome de todos os professores integrantes do Quadro Próprio daquela escola, alegando que tomava aquela atitude em função da exigência feita pelo SNI; bem como pedía autorização para contratar professores que estavam residindo nos Estados Unidos.

Fica aqui a nossa interrogação, não sabemos se era para o intercâmbio cultural ou se eram verdadeiros fantasmas.

Ele próprio admitiu isto quando disse na sua resposta na "Folha de Londrina", há poucos dias, que ele prestava estas informações à ditadura porque ele obedecia a lei e se a lei era má, tinha que ser modificada.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, onde está a lei? Onde está a lei que determinava que todos os professores contratados pelas universidades tinham que ter os seus nomes levados ao SNI? É ironia. Esta lei não existe.

Sabemos também que a legislação em causa própria sobre a qual ele falou ao jornal outro dia, onde tivemos a oportunidade de ler, não foi incluído como professor da disciplina de Clínica Cirúrgica, mas na realidade sabemos que o foi, e quem examinou o seu currículo foi ele mesmo. Era como eu analisar o meu próprio currículo, a minha vida como Deputado e depois dar um parecer favorável.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não podemos deixar de abrir o diálogo. Temos que voltar a fazer com que este Conselho, com este debate público, à volta da apreciação da matéria da melhor forma possível. Não queremos que nossos filhos no futuro, quando estiverem na universidade

venham nos reprimir por aprovar tamanha estupidez. E como advogado não quero votar contra os meus princípios. Por todas estas razões e outras que serão apresentadas se for mantido na sua íntegra este anteprojeto, ou a sua emenda oriunda da C.C.J., vamos antecipar o nosso voto contrário à matéria, em favor das universidades, pois queremos um Paraná e um Brasil melhor. E aprovar matéria desta natureza é retroceder, é voltar ao passado, é reviver a memória do autoritarismo, é deixar os nossos filhos sem futuro nas universidades, e não foi para isto que o povo nos elegeu em 1986.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria que a Presidência permitisse que todos os Deputados inscritos pudessem discutir a matéria, porque me preocupa que a qualquer momento um requerimento possa ser colocado na Mesa pedindo que se encerre a discussão depois de 3 oradores. Pediria que a sua posição democrática continue imperando neste momento. E peço também a minha inscrição, para poder discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência, respondendo vosso pedido, em primeira discussão não cabe pedido de encerramento. Atendendo à ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior, por 60 minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Peço a prorrogação da sessão por 3 horas.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que deverá, evidentemente, ser objeto de requerimento. E já há requerimento do Líder do PMDB, no horário oportuno será colocado em votação, por volta das 14 horas e 30 minutos.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados; em primeiro lugar quero saudar a comunidade universitária, que hoje, nobres Pares, trouxe para esta Casa toda a força vibrante e viva da juventude. Transformou a feição taciturna e sombria desta Casa numa realidade concreta, quente e viva. Vejo nesta juventude que aqui está, Senhor Presidente, a lei da recorrência, incrustada no peito de cada jovem há, sem dúvida alguma, um esforço para unir ao novo múltiplo. E em cada uma

destas unides, uma força totalmente nova, resultando num crescimento ontológico, a luta pela autonomia da universidade.

A juventude vive e responde a uma das angústias de nossos tempos, numa tentativa de resumir as necessidades da juventude, numa vontade de eficácia.

Os jovens paranaenses não se contentam mais só com sonhar as suas vidas. Os jovens querem fazer-se fazendo o Paraná, querem construir-se construindo o Paraná. A sua visão de Estado do Paraná é sem dúvida alguma uma praxis. Transformar o Paraná supõe uma fé. Uma fé no progresso que todos nós queremos.

A juventude vive debruçada na janela do futuro. E ela, neste momento, com a presença maciça nas galerias desta Augusta Casa de Leis, recusa-se a ficar espectador. Quer ser o ator. Construir, sim, nobres Deputados e para agir. Os nossos jovens e a comunidade universitária não ficam passivos diante das técnicas de transformar o Paraná. Sonham colocar as mãos por meio da técnica às energias do Paraná. É essa fé do jovem, essa fé da juventude e do progresso, esse sentimento de responsabilidade, responsabilidade paranaense, que traz uma grande confiança na juventude, porque ao descobrir o seu espaço, o jovem descobriu a amplitude e a potência do que a organização social pode obter.

O jovem sente que o Paraná guarda forças, forças adormecidas, recursos ainda nunca explorados sensibilidade às representações coletivas, à tendência de oposição.

Na juventude há a intenção de que a vida social pode ser exaltante e enriquecedora. A juventude sente a necessidade da unidade interior, pela sensibilidade às autonomias resultando num certo sofrimento e crise de angústia. O jovem protesta, protesta diante da resistência das estruturas sociais, das estruturas econômicas, políticas e intelectuais, esse mesmo jovem protesta o Senhor Presidente, diante da camisa de força que querem vestir na Universidade. O mal-estar que a juventude sente diante da possível perda de autonomia, é o mal-estar por uma universidade mutilada e alienante à margem do Paraná progressista. Somente com uma universidade livre e autônoma, o homem conseguirá atingir o ultra humano. Uma coletividade superior, onde as consciências se iluminarão umas às outras pela convergência, um estado evolutivo onde, pela co-reflexão o Paraná superará a si mesmo no plano afetivo e reflexivo, atingindo estágios superiores de pensamento e de liberdade.

Notamos no pensamento da juventude, que a sua dialética é injetada no essencial e desemboca sobretudo na liberdade,

porém, só terá o seu acabamento, na medida em que a universidade for plenamente autônoma e somente através da sua autonomia é que o homem poderá ser plenamente homem.

Detive-me nobres Pares, na reflexão das implicações advindas da perda da autonomia e considero primordial nesse momento o seguinte questionamento: - sobre quais, e quais serão as perdas que acarretará a perda da autonomia universitária.

As instâncias, essas de deliberação, perderão suas funções. O funcionamento interno ficará o nível de qualidade da pesquisa dos projetos, programas de extensão e trabalhos de apoio comunitário.

Haverá dificuldade para implantação de novos cursos. Maringá, com a coragem da Câmara Municipal, contra todas as forças, criou juntamente com a Universidade Estadual que encontrava restrições de âmbito estadual, os Cursos de Odontologia e Medicina.

Maringá, não quer um centavo do Governo do Estado para criação desses novos Cursos.

Temos o segundo orçamento do Estado do Paraná.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Oportunamente, nobre Deputado.

Somos hoje, no contexto orçamentário do Estado, o segundo município em arrecadação. Curitiba tem somente o dobro de Maringá, e já passamos da cidade de Londrina.

Então, a comunidade, encontrando resistência na área federal, na área estadual, resolveu se unir e juntos, resolveram bancar os cursos de Odontologia e Medicina.

Que outras perdas acarretarão? Impossibilitará a implantação do Plano de Carreira, Plano de Capacitação Funcional e Docente.

Sr. Presidente, nobres Pares, muitas vezes os senhores alunos e as pessoas que visitam a Assembleia Legislativa saem desta Casa decepcionados, porque aqui é difícil alguém parar para ouvir com atenção o relato e as colocações de um Deputado na tribuna.

Vejo neste momento que falamos para pouco mais de uma dezena de Deputados. E esta Casa tem 54 Deputados.

É lamentável! A luta pela autonomia da universidade é uma das nossas bandeiras, pois me recorde, nobres Pares, que recém-chegado a esta Casa no dia 22 de abril do ano passado, abracei esta causa, da qual em momento algum me arrependo, porque considerei que a Universidade não pode ficar

submetida a um teto pré-estabelecido. E a universidade é um universo de saber. E à Universidade devo o meu modesto saber.

É necessário existir a liberdade para a mais nobre das instituições. As pessoas que formam os corpos docentes das universidades são honestas e responsáveis. Se existe um fato isolado, toda a comunidade universitária não pode arcar com o ônus.

Não posso estar contra a autonomia. Não posso estar contra a juventude aqui presente porque não posso estar contra o meu eu. Não posso estar contra os meus ideais de aspirações, não posso trair a minha consciência, porque a luta da juventude é também a minha luta. Não posso cruzar os braços, lavar as mãos como Pilatos, nem dizer não a toda esta multidão de jovens sedentos de um saber livre, e todo o corpo funcional que confia no livre arbítrio dos Deputados que elegeram como seus representantes.

Quero informar aos nobres Pares que a Universidade Estadual de Maringá no seu estatuto, item primeiro, diz que "A Universidade Estadual de Maringá, criada pela Lei n° 6034, de 1969, e pelo Decreto Estadual n° 18.109, de 28.01.70, publicado no Diário Oficial do dia 30 do mesmo mês e ano, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, entidade de direito público com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, denominada Fundação Universidade Estadual de Maringá, com duração de tempo indeterminado e etc."

Este projeto, ele é inconstitucional porque fere o Artigo 138, inciso 13, tem uma emenda que foi aprovada por esta Casa que diz exatamente o seguinte:

1) Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte enquanto procura o artigo? (Assentimento).

Eu queria cumprimentá-lo, Deputado Lindolfo Júnior, pela posição que Vossa Excelência toma neste momento em defesa da autonomia da universidade.

Vejo que a sua posição também, de recente, tornou-se uma posição de independente, visto que Vossa Excelência tem aqui neste mesmo Plenário e em algumas ocasiões, defendido as posições do Governador Alvaro Dias e me recorde de uma delas, Deputado Lindolfo Júnior, a mais recente a votação da URP, Vossa Excelência votou contrário e votou contrário a - quem sabe muitos servidores que se encontram aqui nas galerias.

Mas, neste momento, parece que Vossa Excelência desgarrou-se das situações difíceis em que se colocou o seu Partido, o FB, um partido de apoio ao Governador Alvaro Dias, e neste momento toma uma posição de independente. Espero que Vossa Ex-

celência mantenha esta posição, não apenas neste projeto, mas em outros que a Oposição tenha lutado e brigado nesta Casa, mesmo até em dias que poucos Parlamentares vêm a esta Casa, quando as galerias ficam vazias, também.

Gostaria que, de hora em diante, Vossa Excelência fosse um Parlamentar mais assíduo às sessões da Assembleia, e mantivesse essa posição de independência também.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço o aparte do Deputado Algaci Túlio, e gostaria de dizer a Vossa Excelência que estamos todos os dias presentes às sessões dessa Augusta Casa de Leis.

Evidentemente que nós que compomos um Partido Trabalhista, precisamos defender os interesses dos trabalhadores. No caso da URP, votamos no aspecto constitucional, mas, quanto ao mérito, quanto a oportunidade, nós nos posicionamos contra o presente projeto.

Gostaria de conceder o aparte ao líder do Partido dos Trabalhadores, Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu agradeço e gostaria de parabenizá-lo, porque, neste momento, um momento importante, toma a sua decisão, uma decisão madura, na defesa da autonomia contra o intervencionismo, contra o Governo Alvaro Dias em defesa das comunidades universitárias. Oxalá possamos, todos nós, deste Parlamento, seguir o seu exemplo, um exemplo de imparcialidade e de comprometimento com a comunidade paranaense e contra o autoritarismo e o intervencionismo naquilo que não cabe ao Estado.

Muito obrigado.

O Sr. José Afonso Júnior - Deputado Lindolfo Júnior, concede um aparte (Assentimento).

Deputado Lindolfo Júnior, eu faço questão de registrar aqui, como Deputado que tem a honra de assentar junto a Vossa Excelência neste Parlamento Estadual, que Vossa Excelência tem sido um Deputado preocupado com as causas justas do interesse da sociedade paranaense. Vossa Excelência tem sido um Deputado assíduo, pois eu tenho vindo a todas as sessões, tenho reparado a sua presença aqui, de maneira que Vossa Excelência está de parabéns pela sua conduta, pelo seu comportamento, como Legislador Estadual aqui nesta Casa.

Era isso, Sr. Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Agradeço, Deputado José Afonso Júnior, e lamento quando, na semana passada, por ocasião de uma forte febre, preocupado com a minha filhinha

de poucos meses de idade, não pude participar da discussão.

Fiquei profundamente sentido quando me disseram que Vossa Excelência, um homem sério, um jovem que já demonstrou que é capaz, porque contra todas as oligarquias, Vossa Excelência aos 23 anos de idade, foi eleito Prefeito de Santo Antônio da Platina, se desincompatibilizou após os 4 anos de administração municipal e fez quase 90% dos votos do seu Município, o que prova que o jovem é capaz, que o jovem também é competente, que o jovem também anseia, almeja o seu espaço. Muito me honra o aparte de Vossa Excelência.

Senhores Deputados, eu votei no Governador Álvaro Dias, eu apoiei o Governador Álvaro Dias, porque o Governador Álvaro Dias não era uma promessa somente de renovação, ele continua sendo. Mas todos nós sabemos que ninguém administra sozinho. O Deputado Edmar Luiz Costa questionou o trabalho da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Será, dizia o Deputado Edmar Luiz Costa, que o Secretário Ascânio Garcia Lopes não quer ser um super Reitor? No ano passado fizemos um debate, uma mesa redonda com a participação dos Senhores Deputados, com a presença, inclusive, dos Reitores, da ANDES, dos Sindicatos, dos Estudantes, e naquela oportunidade aprovamos a Emenda 20, que garante a autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar.

É uma emenda e já se encontra no bojo da Constituição Estadual como inciso; como artigo; um simples projeto da Lei não pode alterar uma Constituição Estadual. Não é uma lei complementar, e está aqui para que todos vejam a emenda 20, aprovada por essa Assembléia Legislativa.

Eu sei que muitas vezes é difícil votar contra o Governo do Estado porque existe um comprometimento dos Senhores Deputados com os seus municípios do interior, com os seus municípios da Região Metropolitana. Mas é preciso que, todos nós, conversemos com o Governador Álvaro Dias e informemos a ele que a Universidade não pode ficar atrelada à filosofia desse ou daquele governo.

Ela precisa ser independente, ela precisa ser soberana, como soberano e independente também precisa ser o Judiciário. Que Poder Legislativo é este que muitas vezes não pode fazer nada?

Eu tenho uma admiração, um respeito muito grande pelo Governador. Juntos conseguimos, e esta já é uma luta de muitos anos, o ensino público e gratuito.

É claro, como disse da Tribuna o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, precisa haver uma fiscalização. Ora, essa fiscalização já existe Senhores Deputados.

Se houve um mal entendido nesta ou naquela Universidade a instituição não pode pagar por isso.

Se em Apucarana, na terra do eminente Deputado Domingos Scarpellini, o Exército ou alguém invadiu a Prefeitura, vai se acabar com a autonomia do Exército? Foi um fato isolado. Será que as Forças Armadas perderão a autonomia? É claro que não.

Nós propomos e já propusemos que sejam feitas auditorias bimestrais nas universidades, é preciso que haja uma fiscalização, mas é preciso que se entenda, Senhores Deputados, que uma das maiores conquistas do Governo passado para a comunidade universitária e para os colégios estaduais foi a eleição direta do quadro funcional, dos alunos, dos professores, na escolha do Reitor...

O Sr. Rafael Greca - Dê-me um aparte Excelência, por gentileza.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Com muito prazer ouço Vossa Excelência, Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Eu gostaria, Deputado Lindolfo Júnior, de interpelá-lo, já que Vossa Excelência faz uma apologia governamental, o que é estranho para um Partido Trabalhista, porque não há realidade mais antitrabalhista e contra os trabalhadores do que a atual realidade deste Brasil, das URPs congeladas, dos salários arrochados, dos paraplégicos trabalhadores espancados pela política de São Paulo, do Senhor Orestes Quêrcia, ontem. Não me contou nenhum serviço secreto, vi na televisão, na SBT.

Eu achei estranho também, que Vossa Excelência venha no seu pódio, construído com os ossos do Getúlio, o "nosso velhinho".

Ah! o Getúlio dos trabalhadores! Ele talvez não mereça uma posição tão antitrabalhista como a do PTB atual, que vota com o PMDB.

Mas, eu acho estranho o seguinte: que Vossa Excelência venha agora, dizer que as eleições dos Reitores foi uma conquista. Por certo foi uma conquista, mais a conquista se perde já, a conquista se perde agora, a conquista se perde daqui a pouco, ela será servida ainda antes da sobremesa. Não como a verdade, "a verdade do poema de Thiago de Mello", que o Senhor Álvaro Dias proclamou, quando foi empossado Governador. Ele disse: "Eu quero que agora valha a verdade, que agora valha a vida e que a verdade seja servida ainda antes da sobremesa. Eu quero que os homens não precisem mais usar nem a armadura das palavras, nem a couraça do silêncio.

Eu o felicito pela coragem de estar na

tribuna, mas eu acho que Vossa Excelência tem a imperiosa obrigação de votar com a comunidade universitária. Porque os reitores eleitos não vão valer nada, se tiverem em cima de si o grande tutor, o grande interventor, que é o Secretário de Ensino Superior. Eles não vão valer nada se as universidades forem crucificadas neste "cruespar", é assim que chamaram no substitutivo geral, o conselho de ensino superior. Tem um pouco de cruzado, um pouco de cruz nesta sigla. Se as universidades forem crucificadas na sua autonomia, não vai valer nada, Deputado Lindolfo Júnior, a eleição dos Reitores.

Ora! Nós deixamos que elejam o Presidente do grêmio das violetas, nós deixamos que elejam o técnico do time de futebol. Ora! Nós deixamos que elejam o grêmio, a associação, que decidam a hora do chá dançante, da matinê e da tertúlia. Mas nós queremos controlar a cada 2 meses os gastos da universidades, queremos impedir que as crianças de Maringá, que os jovens de Maringá aprendam medicina, e aprendam odontologia. Nós queremos que Maringá venha estudar medicina e odontologia, em Londrina ou em Curitiba ou em São Paulo, porque nós queremos em Curitiba, na sede do poder, no Iguazu, no Palácio do Poder, é aqui que nós queremos centralizar as decisões sobre o ensino do Paraná. Não há posição mais contrária ao espírito democrático. Não há posição mais contrária ao espírito de interiorização e democratização da cultura do que essa posição. Deputado Lindolfo Júnior, preste atenção, que a Cidade Canção, Maringá, sem uma universidade livre pode se transformar em Cidade Tragédia.

É meu dever, Deputado Lindolfo Júnior, é meu dever alertar-lhe nesse sentido, felicitando pela sua disposição de votar a favor da autonomia das universidades. Não há defeito nenhum em votar contra o Governador mesmo sendo apoiador do Governador, porque não há defeito nenhum em criticar os amigos.

Vale aqui Santo Agostinho: "eu prefiro, quem discorda de mim porque me enriquece, do que quem me elogia porque só me corrompe". E Santo Agostinho ensinou numa universidade livre e não tinha conselho superior decidindo que a universidade de Bologna ou a universidade de Roma ao tempo de Santo Agostinho, ou ainda de Cartago decidiam, felizmente, talvez por isso tenham as confissões. Caso contrário, imaginem se um burocrata de Plantão fosse censurar Santo Agostinho, não teria havido a necessária liberdade para a produção intelectual.

Então Deputado Lindolfo Júnior, de repente em nome do trabalhismo, em nome da liberdade, em nome do interior deixar de

ser interior, e do Brasil ser todo um país só, e do Paraná ser todo uma metrópole só, porque dá para viver no campo, no mundo moderno com todas as facilidades da vida na França. É assim na França, é assim até na União Soviética. A distância entre a cidade e o campo, a contradição entre a cidade e o campo precisam ser resolvidas, agora, é atrasada a posição do Governo, é atrasada e envelhece o Governador; como envelheceu o Governador o apoio que ele deu ao Sr. José Sarney, recentemente.

Era isso.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Rafael Greca, eu apoiei o governador e continuarei apoiando o Governador Álvaro Dias nas medidas acertadas. E tenho toda a liberdade porque essas notas taquigráficas, daqui há pouquinho, chegarão às mãos do Governador.

O Sr. Rafael Greca - Mas isso é grave, a Assembléia está sob censura palaciana. Era melhor que o Governador nos viesse assistir, nos honrasse com a sua presença.

O Sr. Domingos Scarpellini - V. Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Apenas gostaria de complementar. Posteriormente, com muito prazer, Deputado Domingos Scarpellini. Vossa Excelência no seu aparte sempre enriquece o Deputado que está na tribuna.

Deputado Rafael Greca, é preciso que adotemos uma linha de coerência. A população brasileira, a população do Estado do Paraná já não admite mais ser oposição por ser. Não admite mais a esquerda de "boutique". Não admite mais a esquerda festiva, e nem a extrema direita. É preciso que haja uma coerência entre nós que somos jovens e temos uma responsabilidade muito importante para com o futuro, e a nossa responsabilidade começa já, ou começou ontem. V. Exa., como eu, esteve no PDS. Eu entrei no PDS porque entendia ser o melhor programa do partido. V. Exa. porque gostava do Jaime Lerner. Mas o programa do PDS não saiu do papel.

V. Exa. tem razão, não vamos nos esconder nas muralhas das palavras.

Com aparte o Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. Domingos Scarpellini - Ilustre Deputado, estamos ouvindo atentamente a sua explanação e a discussão em torno do seu pensamento.

O ilustre Deputado Rafael Greca em aparte, fez ao seu pronunciamento falou das desigualdades existentes entre o campo e a cidade. Falou ele, da necessidade de transformarmos em uma universidade só, Ma-

ringá, Londrina, Curitiba, falou sobre uma censura, que não existe também nesse Parlamento, com relação ao fato, de que se as notas taquigráficas forem levadas ou forem dadas ao conhecimento do Governador, não é censura nenhuma, apenas se noticiam os fatos, através dos jornais, das rádios ou de cópias dos discursos.

Agora, nós precisamos realmente discutir as questões do futuro nesta Casa precisamos discutir as universidades, discutir os homens, discutir a história desta Nação tão sofrida, chamada Brasil; sem o que estaremos falhando com o futuro. Precisamos olhar a história, olhar o passado, para que então, possamos caminhar para o futuro, com menos possibilidades de erro.

Eu gostaria ilustre Deputado Lindolfo Júnior, de dizer aqui, que se esta voz brilhante do Deputado Rafael Greca, tivesse se levantado pela universidade, como um todo, Maringá, Londrina, Curitiba, quando o seu colega de Partido, o General Ney Braga, era Ministro da Educação, do Governo da ditadura.

Nesta época é que nós precisávamos ouvir as palavras tão eloquentes de tão eloquente orador, o nosso ilustre Deputado Rafael Greca. Nós gostaríamos de ouvir as palavras do ilustre Deputado Rafael Greca, quando o Sr. Haroldo Leon Peres, indicou para Prefeito de Curitiba, o Sr. Jaime Lerner, até hoje, companheiro de Rafael Greca.

Nós gostamos de ouvir as explicações do Deputado Rafael Greca, quando ele fala, que o Governo do Estado está gastando somas altíssimas em comunicação social. Gostaríamos de ouvir aqui, a sua explicação, com relação a um detalhe, Deputado Rafael Greca.

Durante o período que o seu colega de Partido, Jaime Lerner foi Prefeito de Curitiba, ele gastou 32 vezes mais publicidade na Prefeitura, do que o programa social de apoio ao menor e a construção de creches nesta Capital.

Vossa Excelência, certamente, está querendo com a sua voz que, de tão doce vai acabar tentando adoçar a água do mar, a sua voz realmente precisa ser questionada, com relação a estas afirmativas do passado, que muitas das vezes V.Exa. diz que prefere olhar o futuro, do que discutir o passado.

Eu prefiro olhar o futuro, mas, quero também discutir o presente, e discutir o passado; porque senão não teremos referencial para seguirmos em busca do grande futuro.

Se formos analisar os seus colegas de Partido, Ney Braga, o seu ilustre Colega Jaime Lerner, que serviu à ditadura, que serviu ao Governo despótico de Médici, e como Prefeito desta Capital, foi o repre-

sentante da ditadura fascista neste País e de repente se transforma em socialista de Leonel Brizola. O socialismo "moreno" que agora de "moreno" também já passa a ser chinês, porque o Senhor Jaime Lerner está com um programa para ser implantado na China. Realmente, eu não sei a que dinheiro ele vai se vender, a que banco ele pertence, a que cifra ele está a serviço neste momento. Porque ele serviu muito bem à ditadura militar. De repente com a luta dos brasileiros, com o sacrifício de muitos estudantes na década de 70, chega-se à anistia e vem o Governador Brizola do exílio, do longo exílio de 15 anos e de repente o Sr. Jaime Lerner, que defendia a ditadura se alinha ao nosso Governador Leonel Brizola e aí passa a ser o defensor do socialismo. Ora, realmente, é um exercício de memória difícil de se fazer.

Eu gostaria, concluindo o aparte, de dizer que nós realmente, e principalmente a juventude que aqui está, que não é massa de manobra do reitor, que não é massa de manobra do Governo, ela está aqui para ouvir, para participar, para, inclusive, ajudar a fazer o futuro até com sua própria crítica. E nós estamos aqui procurando fazer algumas memórias para não deixarmos repetir no futuro o que aconteceu no passado.

Muito obrigado.

O Sr. Rafael Greca - Ainda um aparte, Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu gostaria que V.Exa. pedisse então, para explicações pessoais, uma questão de ordem ou pela ordem, porque eu gostaria do meu horário, Sr. Presidente, para concluir o pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) V.Exa. dispõe de 13 minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Se, evidentemente, V.Exa. não pedir um pela ordem.

O Sr. Rafael Greca - Não, mas eu gostaria de um aparte a V.Exa. (Assentimento).

Eu agradeço a sua benevolência só no sentido de dizer que o que está em discussão é a autonomia da universidade.

O Deputado Domingos Scarpellini tem a licença de tentar reportar a minha biografia, ele não é obrigado a conhecê-la. No entanto, fui eu que quando estudante, e o orador da turma de engenharia de 1979, fui parar na Polícia Federal por defender exatamente a autonomia das universidades e não querer dar o meu discurso de formando de engenharia para que o censor de plantão na época, eu não sei se é uma encarnação

antiga do Secretário Ascêncio Garcia Lopes, lesse antes que eu o proclamasse no Teatro Guaíra. Também não fui eu o Sr. Noronha, que era do aparelho repressor do Estado, não fui eu o Senhor Chemin Guimarães, que chefiava a Polícia Civil, repressora do Estado. Não fui eu da ARENA, porque no tempo da ARENA, eu era cristão, não era Leão, como o Líder do Governo, agora aqui nesta Assembléia, o nobre Deputado Mattos Leão. Não fui eu da ARENA, nem do PDS, como o Presidente José Sarney e muito menos fui eu o defensor do Ato Institucional nº 5. Eu, aliás, mantinha o jornal na universidade contra o Decreto-Lei 477, que se chamava "O Pêndulo", o jornal dos tempos oscilantes, aonde eu publicava Brech, que ensinava as 5 maneiras de dizer a verdade, inclusive dizer a verdade na frente dos poderosos. E um dos versos de Brech, por acaso eu tenho aqui, é o seguinte: "Que a suave água em movimento com o tempo vence a pedra poderosa, você compreende, os que não se dobram, às vezes são derrotados, mas um dia a suave água em movimento, vence a pedra poderosa."

Os meus defeitos do passado, Deputado Lindolfo Júnior, me tornam ainda mais lúcido para discutir o futuro.

Era isso.

Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao Deputado Artagão Mattos Leão.

Sr. Artagão Mattos Leão (Pela Ordem) - O Deputado Rafael Greca, com toda a sua inteligência e sabedoria, citou que este Deputado foi filiado ou pertenceu à ARENA e ao PDS, isto prova que mesmo as pessoas mais cultas, mesmo as pessoas inteligentes, às vezes se enganam.

O Deputado Rafael Greca cometeu um erro nesta oportunidade, no entanto eu o corrijo, ele não tinha conhecimento, fez a afirmação errônea, porque este Deputado nunca filiou-se ou foi filiado à ARENA nem ao PDS, apenas, Senhor Presidente, era uma questão de esclarecimento.

Sr. Rafael Greca - (Pela Ordem) - Se impõe, Senhor Presidente, que o meu erro seja corrigido, talvez um Deputado homônimo, aparentado do Dr. Mattos Leão, tenha sido filiado à ARENA ou ao PDS e se me escapam essas questões, elas se resolvem justamente ao fato de eu ter saído da Universidade no ano de 1979 e de ter ocupado a Prefeitura do Dr. Jayme Lerner, ocupado apenas com a questão cultural da cidade, não me atendo às grandes ques-

tões nacionais que na época se debatiam.

De maneira, nobre Deputado, Líder do Governo nesta Casa, pela sua parte de autenticidade o Governo está isento e eu me penitencio e agradeço a delicadeza e a cortesia de seu aparte, em me corrigir, porque me corrigindo me dá a chance de acrescentar minha bagagem, e melhor do que isso só se me elogiasse, porque daí podia até tentar me corromper.

Esta é a lição de Santo Agostinho. Eu me dobro à sua afirmação e agradeço, sinceramente a sua gentileza e cortesia fidalga do aparte que fez ao Deputado Lindolfo Júnior.

Era isso.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Perfeitamente, Senhor Deputado, e aproveito, pela ordem, Senhor Presidente, para corrigi-lo novamente, informando-lhe que o Líder do Governo nesta Casa é o ilustre Deputado Nestor Baptista, eu sou o Líder da Bancada do PMDB, mais um engano de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Eu comunico ao orador que se encontra na tribuna, que lhe restam 8 minutos, acrescidos de mais 2, que esta Presidência lhe concederá em virtude das questões de ordem.

Portanto lhe restam 10 minutos.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço, Senhor Presidente. Mas apenas para uma colocação, se todos os erros fossem passíveis, evidentemente, de virtudes, porque errar é humano, porque estaríamos nós aqui criticando a tantos que erram há tanto tempo.

Eu apenas gostaria de encerrar, Senhor Presidente, deixando registrado que infelizmente nos dias atuais, os valores morais se inverteram, aprendi que em primeiro lugar na escala de valores de um homem, está Deus; mais abaixo a Pátria, no plano terrestre, e a família e em terceiro lugar eu.

Primeiro Deus, depois a Pátria e a família, depois eu, mas hoje só ouvimos dizer uma coisa: e o meu? E eu como é que fico, cadê o meu? O homem deve acima de tudo, Senhor Presidente, valer pelo que ele é, pelo que ele sabe, nunca pelo que ele tem.

Voto contrário a esta matéria. Sou a favor da autonomia universitária paranaense, porque entendo que o governo já dispõe de instrumentos legais para fiscalização dos atos praticados pelos gestores das universidades estaduais, como ficou comprovado recentemente através de auditorias levadas a efeito.

Qualquer alteração na atual Legislação

poderá caracterizar um ato de força próprio de regimes ditatoriais que por certo conflitará com os princípios da democracia com a qual todos nós sonhamos.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Muito obrigado, Deputado Lindolfo Júnior. Vossa Excelência declara da tribuna que vota contrário a matéria.

Não querendo em momento algum desacreditar desta sua afirmação, mas gostaria de encarecer ao nobre Deputado que estivesse presente à sessão por ocasião da votação propriamente dita, 1.ª Discussão, em 2.ª também, para que a comunidade universitária saiba realmente a posição que Vossa Excelência adotou frente a esta matéria.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência está falando com um homem responsável, responsável e que tem uma responsabilidade muito grande com as Universidades do Estado do Paraná e que foi o coordenador do fórum de debates, da mesa redonda, no dia 22 de abril do ano passado.

Tenho interesse na manutenção da autonomia responsável, porque aqueles ou qualquer um de nós que praticar um ato ilícito está sujeito a sanção, a sanção não somente no Judiciário, mas a execração pública, porque a população começa a participar, porque a população vem ao Parlamento, vai às Câmaras Municipais, acompanha de perto a administração dos Reitores que aí estão, porque o Jorge, porque o João, porque o Fernando, foram eleitos pelo voto direto dos estudantes, dos professores, do corpo funcional, e merecem e têm o dever, e a obrigação de responder pelo que eles estão fazendo e gerindo nas universidades estaduais do nosso Estado.

Eu agradeço a atenção dos nobres Pares e agradeço sinceramente a atenção dos alunos, professores, reitores e funcionários do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca.

Vossa Excelência tem 60 minutos para discutir a matéria.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Magníficos Reitores, nobres Professores, moços e moças das Universidades do Paraná que hoje nos honram com suas presenças e, talvez, têm do seu tempo de graduação a melhor de todas as aulas, a aula do civismo e da prática do poder.

Do civismo e da prática do poder e das tentativas de atrasar ou de avançar a história do Paraná. Impõe-se a discussão da

autonomia das universidades pelo regimento, hoje, com relação à idéia da inconstitucionalidade da lei. Eu vou detalhar esta inconstitucionalidade fazendo de conta que me ouvem os aliados do príncipe, fazendo de conta que a lei para eles importa, fazendo de conta que o Palácio já não determinou que votem contra a autonomia das universidades.

Ensina o direito estabelecido na Constituição Federal que compete à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional: este é o artigo 8º esta é a linha 15ª da Constituição vigente e, me parece, isso não foi alterado. Ensina ainda a Lei Federal 5540, de 28 de novembro de 1968, quando ao tempo dos ditadores, de 1968, Deputado Domingos Scarpellini, fixou as normas para a organização e funcionamento do ensino superior em todo o País.

Diz o artigo 3º da Lei dos militares: "as universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira que será exercida na forma da lei de seus estatutos. E mais, diz a Lei Estadual 8034 de 06 de novembro de 1969, a Lei de 1969, o tempo da ARENA. No entanto, a Lei dizia o seguinte no seu artigo 3º: "Cada entidade terá personalidade jurídica própria a partir do ato legal da posse do Magnífico Reitor da Universidade considerada, e gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira a qual será exercida na forma dos seus estatutos: "E diz mais, diz outra lei ainda, faço de conta que os de Palácio me ouvem, sei que não me ouvem, sei que ainda antes da sobremesa neste almoço que se retarda, a verdade será servida à mesa e vocês poderão ver com quem está a verdade e aonde reside a verdade.

Diz a emenda nº 20 da Constituição do Estado do Paraná de 30 de novembro de 1983, no seu artigo único, o Artigo 138 da Constituição Estadual passa a vigorar acrescido dos Parágrafos 13 e 14: "Os estabelecimentos e as instituições de ensino superior mantidas pelo Estado terão asseguradas - a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira exercida na forma dos seus estatutos." E o § 14 diz assim: "Estará o Estado promovendo a democratização do ensino através do reconhecimento e da garantia aos professores, aos funcionários e aos alunos do direito da livre organização e da participação na gestão das instituições." E DA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES!

Dizem os estatutos das universidades do Paraná sobre a disposição da autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar de cada instituição. Dizem de sobra, com todas as letras, em várias páginas com muitos parágrafos,

dizem sempre, dizem, dizem... no que é letra morta da lei. Porque o que é que nos diz o Senhor Governador na sua mensagem:

"Compete ao Poder Executivo através da Secretaria Especial de Ensino Superior Ciência e Tecnologia e das Secretarias de Administração, Fazenda e Casa Civil o controle administrativo e financeiro das instituições de ensino superior?"

E o que diz o Governador Álvaro Dias:

"Ficará disposto aos titulares deste órgãos, aprovação prévia de reformas, que criem novos cursos e macroatividades, que instituem ou modifiquem planos de carreira, quadro de pessoal, tabela de salários ou de vantagens, que impliquem em expansão física e financeira.

Poderá o Governo realizar auditorias de periodicidade variável sobre as contas e os atos das gestões, receitas, despesas, patrimônio material e pessoal das instituições de Ensino Superior do Paraná".

Isto diz o Governador; não é o que diz a Constituição, nem a da República, nem a do Estado, mas a verdade será servida antes da sobremesa porque a Bancada do PMDB foi almoçar.

Ora, veja! que voltem fartos. Fartos nos seus estômagos, talvez esperemos se lhes sirvam a lucidez no almoço e voltem lúcidos e iluminados, capazes de pensar e, de pensando, existirem, capazes de pensar e, de pensando, existirem.

Pedia-me o Deputado Domingos Scarpellini que falasse do passado. É na luz do passado que eu quero buscar a argumentação para essa Assembleia que já não me ouve porque se farta, porque é hora de almoço.

Foi Rocha Pombo, o historiador, o primeiro dos historiadores do Paraná, nascido lá na pequena Morretes, perto do Rio Nhundiaquara, que junto com o meu bisavô, que depois seria comendador do Império por ter libertado os seus escravos ainda antes da Lei Áurea. O meu bisavô, o Senhor da erva-mate, da elite do Paraná, o Senhor José Ribeiro de Macedo, o meu bisavô filho de um dono de armazém que, deportado de Portugal por uma perseguição política, no seu armazém tinha um clube de leitura e uma biblioteca, e 4 ou 5 livros eu ainda conservo: um "vade mécum" homeopático, uma biografia universal em francês, uma história dos reinos do Mundo.

No entanto, esse velho, velho leitor; esse velho, velho senhor de engenho, esse velho conservador; esse velho, velho do porto de cima que subiu a serra e veio fundar o Clube Curitibano e a Associação Comercial e colocar vapor nos seus engenhos; esse velho, velho homem, mas mais moço do que todos vocês, os moços desse tempo, mais moço que o Doutor Álvaro Dias, bacharel em História da Universidade de Londrina. Ele com o Rocha Pombo, no tempo

dos colarinhos engomados, tentou no Paraná nos idos de 1890 a primeira das Universidades do Brasil. Isto ficou na História.

A Universidade não se fez. Vinha a ser feita depois em 1912. Quando? Numa sessão da Assembleia. Quem estava aqui? Angelo Assunção, Romário Martins, Lysímaco Ferreira da Costa, Adolar Ingrivil Intis, Monteiro Tourinho, Macedo Filho, Vítor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo. Todos velhos, todos engravatados, todos das elites da erva-mate, mas todos com muito mais visão do que esses PMDBs que aí estão, do que os cruzados de anteontem, dos que os fiscais do Sarney, do que os amigos de hoje do Senhor Antônio Carlos Magalhães, do que aqueles que hoje se fartam no banquete para fugir da verdade e impedir que a verdade seja servida ainda antes da sobremesa. O verso é do Thiago de Mello; a citação foi do Álvaro Dias; quem invocou a verdade aos olhos do Paraná, na praça, e no dia da sua posse, foi o Senhor Álvaro Dias. O poeta nem sabia, eu lhe contei, ele é meu amigo, ele se sentiu honrado. Ele que havia feito discurso para Salvador Allende, para Darcy Ribeiro e para Brizola lá no exílio, ele, o poeta Thiago de Mello, citado por Álvaro Dias.

Ora! Alguma coisa haveria de mudar no Paraná a partir do momento em que Thiago de Mello, o poeta do pão da vida e da verdade, era citado. Mas a verdade será servida ainda antes da sobremesa.

Continuemos com a história. A história se repete. Os velhos senhores da erva-mate, cujos ossos repousam no Cemitério Municipal de Curitiba, na rua Principal, mas lá somos todos vizinhos. Do lado do túmulo do meu bisavô, está o túmulo do Affonso Camargo e na frente o do Vicente Machado e mais adiante o dos Amaral e mais adiante o dos Ingrivil Intis, e os túmulos todos, das oligarquias todas do Paraná pequeno dos tempos dos engenhos, do Paraná que terminava ali no segundo Planalto. Mas tudo são túmulos, são ossos do passado, nós precisamos a luz. Os velhos senhores da erva-mate. Eles fizeram uma universidade livre, uma universidade soberana, uma universidade poderosa na miserável Curitiba de 1912. Eles deixaram que os negros, os polacos, os italianos e os filhos dos pedreiros como meu avô, o velho Greca estudassem. Pôde meu avô, o velho pedreiro Rafael Greca, matricular seu filho Orlando na universidade porque os velhos senhores da oligarquia tiveram a luz positiva de abrir esta Cidade e esta província ao Universo. Mais ou menos fizeram a mesma coisa nessa Assembleia em outro endereço, na rua Liberdade, lá na Barão do Rio Branco onde hoje funciona a Câmara, que fez a Câmara de Maringá, através da Lei nº 2319, de 1987, que, contrariando o Governador, per-

mitiu a criação do curso de Odontologia e do curso de Medicina na Cidade de Maringá. Por que, o que é uma cidade?

Uma cidade é a união das pessoas, é a casa do espírito do homem, é o espaço do convívio dos cidadãos; uma cidade é um rebanho de miseráveis diante de uma televisão sendo dominado pelo grande irmão? Não. Esta é a cidade do 1984, do livro terrível de Jorge Orwell. Esta nós não queremos.

Uma cidade é o povo dos movimentos seus nas praças, nesta Assembléia com seus cartazes, uns de letras erradas, outros com a mão canhota, outros bem escritos. Todos trazidos a nós, para mostrar a verdadeira face do povo.

O que é uma cidade do interior?

É um lugar onde as pessoas são condenadas a nascer, a crescer educadas pela professorinha, de preferência descalças e miseráveis, porque daí elas não incorrem no meu pecado que o Deputado José Felinto hoje me acusava. Eu sou rico e bem educado. Claro. Então, uma cidade do interior é um espaço de pessoas diferentes de mim. Pessoas pobres e miseráveis; pobres e mal educadas; condenadas a ficarem ali, pobres e miseráveis; pobres e mal educadas condenadas ao interior.

E quem quiser escapar?

Quem quiser escapar que venha servir o exército em Curitiba.

E quem quiser escapar; quem quiser dinheiro para escapar?

Ah! Quem quiser escapar que venha pedir o favor de um Deputado, uma bolsa da Casa Civil e eu vi o Senhor Neivo Beraldin aqui nos corredores. Bolsas, muitas bolsas para quem quiser escapar do interior, vir para a Capital, ser um doutorzinho de Coimbra. Aquele de gravatinha amarrada que foi capaz de sonhar todos os sonhos libertários desta América; que foi capaz de sonhar a independência do Brasil. Mas o poder se assegura. Sejam muito poucos, não, sejam muitos. Só os que cabem nas salas de aula das universidades de Curitiba. Só os que podem pagar os cursos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Só os poucos que possam escapar. Não queremos que escapem muitos.

E aí o que acontece? A cidade do interior fica o miserável endereço da fonte luminosa, do pároco castrador. E a fonte luminosa e o pároco castrador podem existir numa cidade como Maringá, por exemplo. A fonte luminosa pode ser a Catedral que é o orgulho, que é interessante.

Mas, há outras coisas às quais se devem os valores de uma cidade. E uma delas é indubitavelmente a universidade. A universidade é o espaço da identidade cultural; a universidade é o instrumento capaz de fazer com que o interior deixe de ser interior; a universidade é o espaço de

afirmação.

O Doutor Álvaro Dias, bacharel em História! Se tivesse estudado melhor a história da América Latina; não é culpa sua, não se ensina nas nossas universidades quase isso. Se tivesse estudado melhor ao invés de mandar esta lei imbecil para cá, mandaria uma lei para criar uma universidade da latinidade na Foz do Iguaçu, no ponto de encontro dos portugueses com os espanhóis, no espaço das missões jesuíticas; lá onde o Brasil português se encontrou com o Brasil espanhol, lá onde o coração da América Latina pulsa, lá no oeste, oeste que nós queremos forte. Lá podia ter uma universidade da terra, para pensar tecnologia alternativa, para criar tecnologia de ponta. Por exemplo: para capacitar pessoas a fabricarem óleo de jojoba. Óleo de jojoba para ser combustível de nave espacial. Usa-se na França. Vende-se no Brasil por 25 centavos de dólar o litro do óleo de jojoba. Vende-se na França para abastecer as naves espaciais, o mesmo óleo de jojoba, por 540 dólares o litro.

De onde é que vem essa sabedoria francesa? Vem da universidade livre, vem da pesquisa livre, vem da oportunidade da criação.

Temos tanta terra!

A cerâmica é um condutor, descobriram os técnicos da IBM, de pesquisa livre, sem ninguém para garroteá-los no Centro de Pesquisa de Genebra. A cerâmica é um condutor. A cerâmica conduz eletricidade.

É mais ou menos alguma coisa assim, tão fantástica, como o Sarney presidindo o PMDB. A cerâmica conduz eletricidade. É mais ou menos uma coisa assim tão fantástica, como o Senhor Antônio Carlos Magalhães do lado do Governador Álvaro Dias para distribuir pelo Paraná. A cerâmica é alguma coisa assim tão fantástica. Ela conduz a eletricidade e nós que temos as melhores terras, as melhores terras para cerâmica, o que foi que fizemos em termos de tecnologia de ponta para avançar?

Temos que eliminar a distância entre o arado e o computador. Nós temos que democratizar a oportunidade das pessoas. A ocasião é essa. É o prestígio ao ensino, ao ensino primário, ao ensino secundário, mas, sobretudo e também, ao ensino superior.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - Concedo aparte ao Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Inscrevo-me em segunda, Deputado Rafael Greca. O nobre Deputado Rafael Greca, como de cos-

tune, de forma muito brilhante, trouxe um pouco da história da criação da universidade no Estado do Paraná, consequentemente, a história da criação da primeira universidade brasileira.

Realmente, o Paraná tem uma tradição universitária e o Paraná tem também um episódio que muita, digo, pouca gente se lembra. Faz muito tempo, o grande pensador paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto era Deputado Federal, discutia-se no Congresso Nacional a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino e foi exatamente um paranaense, Bento Munhoz da Rocha Neto, que levantou mais alto a sua voz em defesa da autonomia das universidades.

Eu ainda tenho esperanças, Deputado Rafael Greca, de que as tradições paranaenses, serão mantidas hoje por esta Assembleia. Pelo menos esperança.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Emar Luiz Costa e quero lembrar que os ossos do Bento repousam perto dos ossos dos meus avós lá no Cemitério Municipal, mas o espírito do Bento, este não me deixou nunca. Eu o vi na sua biblioteca, eu o vi lendo e estudando e pensando adiante. Eu o vi, era menino, o meu pai me levava na sua casa, eu o vi e o ouvi.

Tomara o espírito do Bento possa se apossar desta Casa, e não só dele, de todos os generosos e libertários espíritos de luz que fundaram a primeira universidade brasileira contra todas as regras, e dos outros que fundaram todas as universidades do mundo contra todos os poderosos de todos os tempos.

O Governador Álvaro Dias, através dos perdigueiros das contas públicas, encontrou 1727 irregularidades na Universidade de Londrina. Não são 1728 e nem 1726. São 1727 irregularidades.

Nós pedimos uma CPI. Fomos perdigueiros das contas públicas antes, mas a proposta da Oposição não passou nesta Casa e o Magnífico Reitor pediu que pedíssemos a CPI. Depois veio o Senhor José Felinto pedir a CPI, depois que as 1727 irregularidades foram anunciadas.

Entre as irregularidades, estava o salário de uma secretária. Diz que ela devia ganhar Cr\$ 50 mil, e ganhava mais de Cr\$ 100 mil. Ora, que beleza um Brasil onde todos ganhassem só Cr\$ 15 mil, mas todos pudessem comprar com Cr\$ 15 mil o que se compra com o milhão que nos paga o Tesouro do Estado.

O poder de compra dos salários é que tem que ser questionado. O poder de compra dos salários é que tem que ser questionado. Não é o valor dos salários que tem que ser questionado.

Hitler, através do seu partido que era

dominante, através do seu Partido que tentava resolver questões veementes na Alemanha, invadiu a Universidade de Berlim. Acusou um professor de práticas ilícitas. O outro, de imoral. O outro, de amancebado. O outro de anti-ariano. E um outro e todos, todos foram acusados. E a inteligência da Alemanha foi sufocada. E a Alemanha imergiu na noite dos tempos. E os tempos sombrios se instalaram na Alemanha. Por que? Porque o Reichstag tudo podia. Tudo podia mas não se contentou sequer em preservar os livros nas prateleiras das universidades. Eles também invadiram as bibliotecas e queimaram os livros. Não tem muita diferença entre o tempo do arbítrio dos militares e o tempo do arbítrio que não acabou, que é esta República de ditadura civil.

Nada me deu maior satisfação do que ouvir na voz dos moços, dias atrás, aqui, a interpelação aos Deputados do PMDB: "Aonde já se viu, ditadura civil"! Aonde já se viu, ditadura civil. Deputados do PMDB...

O Sr. José Afonso Júnior - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - Na sequência, Deputado.

Deputados do PMDB, sobre a tirania do Partido, e sobre a crueldade do Partido sobre os homens, eu vos tenho a lembrar uma frase de "Brecht", este espírito livre, que filiado ao Partido Comunista não quis morar na Moscou de Stalin, porque viu que lá não havia liberdade e preferiu se instalar em Berlim, com o seu teatro "Berliner Ensemble". É exatamente aos olhos do ocidente, ele que era o mais comunista de todos os homens, não confiava no Stalin e na ditadura do Partido, hoje, já comprovadamente cruel pela história. E Brecht escreveu sobre a crueldade dos partidos, sobre os homens, o seguinte:

"Não deixe ninguém lhe falar das coisas. Olhe por você mesmo. O que você próprio não sabe, você não sabe. O que você próprio sabe, você sabe. Quando você pensa, você existe. Examine a conta com o futuro, Você terá de pagá-la".

É uma conta com o futuro o que se traça, hoje, aqui. Ela transcende a velha atribuição das primeiras universidades, que ensinavam gramática, retórica, dialética, geometria, música, astronomia e aritmética. Ela transcende todas as questões das antigas universidades, porque ela é a própria conta com o futuro do Paraná, que precisa ser saldada.

De um lado, nós temos o Governo que quer se apoderar do controle das universidades. E não só do financeiro. Do controle didático e administrativo também. Do con-

trole do ensino, também, como se pudesse o Governador, nas elevadas questões de palácio, exercer o magistério da autoridade moral sobre os currículos, sobre as decisões dos professores, sobre as questões das salas de aula ou sobre as atribuições de conselho universitário. Como se algum poderoso, neste País, prestasse atenção às questões da educação. Aliás, prestasse atenção às questões da educação quando as câmaras de televisão não estão ligadas.

Do outro lado, nós temos as universidades, querendo exercer a autonomia. E temos contra elas o fato do Governo dizer que elas são autarquias e que geram despesas excessivas. Mas, esta contradição não se resolve na lei do Governador, que impõe um secretário interventor em cima dos reitores dos conselhos universitários. Também se resolve no substitutivo geral que esta Casa gerou. Queira Deus que tenha gerado! Que não tenha sido parido num dos sinistros laboratórios do Poder. Neste substitutivo geral, também a questão não se resolve, porque num e noutro, na lei do Álvaro Dias, na mensagem que discutimos e no substitutivo geral que a Casa, penso eu, gerou, queira Deus que tenha gerado; nos dois, a autonomia das universidades se fere e o futuro se fere, e se fere de morte.

Falam de gastos excessivos. Eu já falei, que o jatinho do Governador, o ano todo, custa oito vezes mais que a Faculdade de Direito do Norte Pioneiro. Vão dizer que eu não quero que o Governador voe a jato? Não. Se for por interesse público e ele puder até voar por telepatia, Deus o sirva! Deus o faça, Deus o permita! Não quero atrasar também o processo de Governo. Quero só mostrar a contradição de prioridades neste nosso Brasil.

Disse que os gastos do cerimonial são excessivos, comparados com algumas universidades. Vão dizer que eu não quero que o Governador tenha a mesa bem posta, que eu lhe nego o guardanapo de linho, o sobre-prato de prata, o prato brasonado, todos os talheres, o de peixe, as lavandas, que não devem ser bebidas, devem ser usadas com as mãos; vão dizer que lhe nego isto. Não. Não nego isto também. Tenha o Palácio todo o cerimonial, toda a mordomia tenha o Poder todo o esplendor que lhe é inerente, porque é o Paraná que se representa. Mas quero que o ensino também seja priorizado.

O Sr. José Afonso Júnior - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, tenho uma grande admiração por V. Exa., um grande respeito e nesta oportunidade faço questão de apartear-lo porque no seu pronunciamento anterior V. Exa. me convidou para votar com a

autonomia universitária. Quero dizer a V. Exa. que isto pode até acontecer, desde que eu seja convencido. E gostaria de discutir com V. Exa., num momento tão importante, Deputado Rafael Greca, Deputado conservador, Deputado cristão, Deputado humano, Deputado que tem defendido com muita ênfase, com muita garra, os interesses da sociedade paranaense. Gostaria de perguntar a V. Exa., quando estamos vivendo momentos difíceis, a classe política está bastante desacreditada, ser político hoje é símbolo da demagogia, de corrupção, de mentira. Quero perguntar a V. Exa., que temos uma responsabilidade muito grande, porque não fomos apenas eleitos pela classe estudantil que aqui está, fomos eleitos por vários segmentos da sociedade e quero dizer a V. Exa., que me preocupo muito com respeito à autoridade constituída. Não quero dizer que quero defender a Bancada do PMDB, se V. Exa. do PDT foi desrespeitado como autoridade constituída, virei em vosso socorro, porque não posso, de maneira alguma, permitir que a autoridade constituída seja desrespeitada, sob pena de vermos uma bagunça generalizada implantada definitivamente neste País. Então V. Exa., há de convir comigo de que, no caso em que os Deputados foram colocados naquele panfleto da CUT, isto muito nos entristeceu, porque os Deputados têm que ter autonomia para votarem, não devem ser pressionados, têm que ...

O SR. RAFAEL GRECA - Mas é verdade Deputado...

O Sr. José Afonso Júnior - ... poder votar. Agora, quero ainda, me permitindo, quero dizer a V. Exa. que eu seja convencido. E quando Prefeito de Santo Antônio da Platina, Cidade de 80 mil habitantes, fui eleito com 23 anos de idade, pequei uma Prefeitura inadimplente, uma Prefeitura que não tinha recursos sequer para pagar o seu funcionalismo. Em 73 anos de história do meu Município fui o único Prefeito a entregar ao meu sucessor um superávit financeiro. Então tenho autoridade para falar sobre problemas de corrupção, porque o meu telhado não é de vidro. Podem mandar até a Polícia Federal investigar a minha vida particular e minha vida pública para ver se não tenho autoridade para falar. Agora quero dizer a V. Exa. para que eu seja convencido, eu ainda não expressei a minha manifestação de voto.

Posso ser convencido?

O SR. RAFAEL GRECA - Claro.

O Sr. José Afonso Júnior - Quero dizer a V. Exa. que eu não entendo se o Governador Álvaro Dias, em farta documentação,

mostrou à imprensa, mostrou ao jornal "Gazeta do Povo" uma documentação onde, das novecentas e poucas prestações de contas da Universidade de Londrina, teve 603 prestações de contas recusadas. Se um político faz isto... como somos políticos, já vamos levar a culpa, já vamos levar o nome de "safados", então quero entender como é que uma Universidade, que tem a obrigação de dar exemplo de probidade tem recusada, Deputado Antônio Belinati, que já foi Prefeito, 630 prestações de contas enviadas ao Tribunal de Contas do Paraná. Esta é minha dúvida. Eu não sou a favor da corrupção, porque eu dei exemplo de probidade administrativa. Tanto é verdade que ontem eu recebi do Tribunal de Contas do Paraná a minha prestação de contas - e está aqui nas minhas mãos - referente ao exercício de 1986, quando eu ainda era Prefeito. Então, eu falo com autoridade de causa, não falo com o telhado de vidro, repito novamente.

Mas, para encerrar, Deputado Rafael Greca, e agradecendo a sua benevolência, como tão bem diz Vossa Excelência, certa vez um homem apresentou-se diante do tribunal do Senhor, convencido da sua pretensa santidade, glorioso como Napoleão ao voltar de uma batalha, triunfante, este homem falou: "Olha, meu Deus, eu nunca fui mal, eu nunca fui ímpio, eu nunca matei, eu nunca fiz nada de errado. As minhas mãos estão limpas e puras". Sem dúvida, respondeu-lhe Deus: "mas estão vazias".

E eu quero ter a certeza, Deputado Rafael Greca, de que quando lá estivermos as nossas mãos estejam limpas e puras, mas estejam carregadas de terem feito algum bem para a nossa sociedade paranaense. Eu tenho certeza de que as suas mãos estarão limpas e puras e carregadas, porque V. Exa. é um exemplo de Parlamentar, é um exemplo de tribuno e tem o meu respeito e admiração. De maneira, Deputado Rafael Greca, que posso ainda até votar favoravelmente, desde que me seja explicado como que uma universidade tem as suas contas indeferidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Muito obrigado pela oportunidade; da outra vez este Parlamentar não pôde usar da tribuna, mas graças à gentileza de V. Exa. que me concedeu este aparte tão importante; e eu tinha necessidade de fazê-lo neste momento.

Muito obrigado, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Jovem e brilhante Deputado José Afonso Júnior, a sua atuação prova, como Prefeito da Cidade de Santo Antônio da Platina, dá-me, por certo, autoridade para falar. No entanto eu lhe asseguro, tenho consciência, o pior de todos nós moralmente, o pior de todos nós -

até com as mãos manchadas de sangue, do sangue do povo, por exemplo, nas lutas de reforma agrária ou outras - neste Parlamento tem o direito de falar. Tem o direito de falar pelo seguinte: porque teve um mandato que lhe foi conferido por uma parte do povo. Então, o mandato, o princípio da Assembléia, o fato de a Assembléia, mesmo não sendo ela composta de homens perfeitos, não sendo ela a visão do Olimpo, dos deuses gregos, ou o grande concurso dos santos em torno do trono de Deus, a Assembléia mesmo sendo toda ela composta de homens miseráveis, pecadores, mesquinhos, ela vale por ser Assembléia, Assembléia do povo. Ela vale por ser sentinela da democracia.

Então, é o princípio que vale para a Assembléia, é o princípio que vale para a autonomia das universidades. Porque veja, agora mais miúdo, se um padre é réu de condenação, rouba a caixa de esmolas da Igreja para sustentar a sua amante; se um padre é réu de condenação, rouba a caixa dos pães dos pobres de Santo Antônio - que lhe é tão caro, o vosso Padroeiro para sustentar os luxos da amante, deixará de valer Santo Antônio? Deixará de valer a fé? Deixará de valer o sentido redentor da Cruz? De maneira nenhuma!

Então, se o Reitor da universidade de Londrina e os seus gestores - e isto está apenas no plano da suspeição e não boca do Governador, não está provado, eu digo se, o condicional do Português, eu não afirmo, é réu de condenação, se eles e os gestores, são réus de condenação, ainda assim, isto não fere o princípio das autonomias das universidades.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Permita-me um aparte nobre Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado José Afonso Júnior, deve mesmo votar com as Universidades, porque é moço, precisa mesmo votar com as Universidades porque é da Cidade do Doutor Universitário, que foi Santo Antônio. Refere tradição antiga, a sua língua não se corrompeu, os seus ossos estão sepultados em Pádua, mas a língua de Santo Antônio, se conserva intacta, num relicário de prata portuguesa, porque tanto pregava ele, sobre a luz, sobre a verdade e a justiça, sobre a Universidade, que referem os Frades Franciscanos, que veneram esta língua em Pádua, como sagrada relíquia. Deus não permitiu que instrumento de tanta verdade e de tanta luz e de tanta justiça, conhecesse dos vermes o convívio.

Deputado José Afonso Júnior, de repente, o princípio da autonomia, é mais forte do que o princípio da inquisição.

De repente, o universo da Universida-

de, vai além do faro que pode ser equivocado, momentâneo dos perdigueiros das contas públicas.

De repente, Deputado José Afonso Júnior, o que é a verdade de toda a sociedade, pode não ser a verdade do Partido, e muito menos a verdade de uma parte do partido.

E de repente ainda, as paredes do Palácio, embora pareçam grandes, os salões que o Bento construiu, de fato são imensos, elas são muito restritas, muito restritas mesmo, quando comportam uma mensagem do teor desta que nos foi enviada ou quando elas aceitam um Substitutivo do teor deste que foi gerado, elas são muito restritas, diante dos amplos horizontes que o Paraná merece e que o Brasil precisa ter...

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado, eu estou na fila dos apartes, por antecipação.

O SR. RAFAEL GRECA - O Deputado Edmar Luiz Costa, tem o aparte, desde que seja breve porque eu ainda quero desmontar a emenda substitutiva artigo por artigo.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado, eu estou acompanhando o seu raciocínio e exatamente nesse tema. Vamos admitir, vamos ficar no condicional. Vamos admitir que tenham ocorrido os erros administrativos na Universidade de Londrina.

Mas o princípio da autonomia está bem acima disso, e eu pergunto, se em Londrina houve corrupção. Se houve, Ponta Grossa tem que pagar? Maringá tem que pagar? As faculdades isoladas, têm que pagar? Que justiça é essa! Que critério é esse?

O SR. RAFAEL GRECA - É a justiça de Marquês de Pombal que, porque 3 Padres Jesuítas em Lisboa, explodiram o carro do Rei, ele, o Senhor Marquês de Pombal, o déspota de 300 anos atrás, mandou acabar com a Ordem Jesuítica em Portugal e no além-mar e demonstrou a estrutura de ensino do Brasil e da Espanha nas Colônias Espanholas e das Colônias Portuguesas no mundo inteiro, e acabou com estabelecimentos onde havia imprensa; imprensa antes de ter imprensa na Europa, onde havia biblioteca; biblioteca antes de ter biblioteca na Europa, onde havia pensamento socialista, pensamento socialista, ainda antes de haver pensamento socialista na Europa.

É a justiça do Príncipe déspota, é a justiça do Marquês de Pombal. Pague o todo pelo particular, pague o todo pelo ressentimento que atrapalha o Príncipe, pague o todo pelo mesquinho, pelo pequeno, pague o todo pela menor cabeça, do menor Governante.

Não vale, não aceitamos, não queremos, não podemos, a verdade há de ser servida, agora, depois da sobremesa, porque vejo que a bancada do PMDB, retorna ao Plenário.

Vamos discutir a emenda substitutiva, da Lei 74/88, elaborada por esta Casa.

O Artigo 1º diz o seguinte: que as Instituições de Ensino Superior, terão assegurados os recursos necessários a sua manutenção na Lei Orçamentária do exercício. Isto é óbvio. Faça o Governador votar o orçamento, não seja "muquirana" com as Universidades, nem com o ensino, e deixe que a Lei Orçamentária, seja as Universidades, não precisa ser assegurado em Lei, porque na Lei Orçamentária, já está assegurado.

O Sr. Paulino José Delazeri - Me permite um aparte nobre Deputado?

Só para corrigir, nobre Deputado, rapidamente, que Vossa Excelência se esqueceu, intencional ou não intencionalmente, de dizer que nunca será em montante inferior ao orçamento anterior.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu não me esqueci Deputado Paulino José Delazeri, eu ia comentar, Vossa Excelência me acrescenta. Nunca será em montante não inferior em termos de valor real a do Exercício imediatamente anterior. Mas vejam, ninguém se preocupou em dizer que pode ser igual.

E se for igual, com a inflação que temos, não será o garrote? Não está aqui escondida na letra sórdida da Lei a asfixia do Ensino Superior do Estado?

Não ficará a Universidade condicionada, como ficaram os funcionários do Estado, a que o Príncipe seja bonzinho? E daí então lhes dê, por favor, o que lhes é de direito!

Cassa-se nesta Casa, o direito estabelecido, em nome do favor concedido ao Príncipe! Sempre quer se assegurar ao Governador o direito de ser bonzinho! Por que é que nós não asseguramos à Lei o direito de ser boa?

O Sr. Caíto Quintana - Conceda-me um aparte, Deputado, rápido, só uma colocação?

O SR. RAFAEL GRECA - Pois não, Deputado Caíto Quintana, é que eu temo não poder terminar.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Rafael Greca, Vossa Excelência demonstra uma grande qualidade de oratória, eu vou ter de sintetizar, para lhe dizer uma coisa, por que de economia Vossa Excelência está dando uma tremenda furada, na tribuna.

Orçamento real, significa orçamento

corrigido, significa orçamento corrigido, de modo que não há garrote no orçamento do ano anterior...

O SR. RAFAEL GRECA - Mas os valores de um ano podem permanecer.

O Sr. Caio Quintana- Há correção se aumentar a despesa, porque razão você vai aumentar dentro do orçamento maiores recursos se eles não necessitarem?

O SR. RAFAEL GRECA - É tudo muito coerente porque nos artigos seguintes impede-se às Universidades de crescer. Eu já vou chegar lá.

O Sr. Edmar Luiz Costa- Nobre Deputado, há um detalhe, apenas para ajudá-lo, só um detalhe.

Vem aí a Nova Constituição do Estado do Paraná e os Deputados, o Poder Legislativo, acho que não ficará garroteado como está agora, não podendo meter no orçamento, e nós vamos ajudar as universidades, tenho certeza absoluta, por isso é inócua, desnecessário o Artigo 1º, Vossa Excelência tem razão.

O SR. RAFAEL GRECA - O Artigo 1º não presta, é viciado, e eu vou tentar amanhã uma emenda supressiva.

O Artigo 2º, todos os Projetos de expansão, assim como os recursos respectivos, para além dos já aprovados, bem como os que as Instituições de Ensino Superior queiram incluir nas propostas de orçamento anual ficam dependentes da aprovação de 15 vice-reis: o chefe do Poder Executivo, o Secretário Superior do Ensino, o Chefe da Casa Civil, não sei o que o Chefe da Casa Civil tem a ver com isso, os Secretários de Planejamento, de Coordenação Geral, da Fazenda e da Administração. Isto é autoritarismo! Isto é condicionar a Curitiba a inteligência e o progresso do interior. Isto é tornar o Governo muito forte e exercer o Poder, não para transformar, mas para ter mais poder!

Parágrafo Único - Dentre as ações e os recursos previstos incluem-se aquelas destinadas à implantação e criação de novos cursos. Ora, a Câmara de Maringá e a comunidade de Maringá entenderam que precisam de médicos e dentistas formados em Maringá, o poder entende que não; não quer nem médicos, nem dentistas formados em Maringá, para obturar os dentes dos paranaenses, só médicos e dentistas de Curitiba, para sarar as feridas dos paranaenses, só médicos e dentistas de Curitiba e de Londrina, ou da USP, ou quem sabe da Europa. Qual é a diferença entre isso e o que D.Maria, a Louca, nos tempos de Tiradentes fazia com o Brasil, quando proibia univer-

sidades por aqui? E prelos por aqui? Qual é a diferença entre isso e a prática de Poder do século XVIII, da atrasada Coroa portuguesa, do tempo da Maria que ia com as outras, e D.Maria, a louca, a rainha que enforcou Tiradentes?

Pois bem, no Artigo 3º, dizem assim: poderá o poder Executivo realizar auditorias de periodicidade variáveis, sobre as contas, os atos e despesas de material e pessoal de todas as instituições.

Por que auditorias? Por que perfumes que tenha comprado o Reitor da Universidade de Londrina? Eu o vi, outro dia, numa situação de Salomé indo ao sepulcro, o seu retrato e embaixo: "E os perfumes"- Salomé foi ao sepulcro do Senhor levar perfumes. Terá o reitor ido amortilhar a educação e por isso comprado perfumes? Não sei. No entanto, sei que o Tribunal de Contas do Estado, pôde, como pode agora, realizar auditorias nas Universidades. Só que o Tribunal de Contas do Estado é órgão assessor da Assembléia, e é formado por Conselheiros que não são todos do Senhor Governador; é formado por Conselheiros que são de governos outros. O Tribunal de Contas do Estado é uma corte, e se pretende corte de egrégia justiça, ora se o povo pode julgar as contas das Universidades através do seu Tribunal de Contas, que pertence a todos os poderes, a este, ao Executivo e ao Judiciário, por que é que nós precisamos de auditores do Estado a cada momento dentro das Universidades? Entre o Poder maior para o Executivo e o Poder para o povo eu fico com o poder para o povo. Mesmo porque, o esboço de Constituição que se vota em Brasília já assegurou a democratização dos mecanismos de controle dos dinheiros públicos e das contas públicas, e tornou os Tribunais de Contas ainda mais democráticos.

Logo nós não teremos só os preferidos dos príncipes entre os ministros conselheiros. Aqui querem uma auditoria por semana, uma auditoria por mês; querem o contador em cima do reitor, quem sabe um investigador vendo quanto pó de giz cai do quadro negro da escola. Talvez, um inspetor de apostilas.

Claro, podem-se fazer milhares de camisetinhas da FUNDEPAR com o logotipo Álvaro Dias; podem-se fazer distintivos dourados para os Deputados usarem na lapela com o logotipo Álvaro Dias. Pode o Governador Álvaro Dias com o jato do governo do Paraná ir avivar o seu interesse pelo gado zebu inaugurando ontem uma exposição de gado no Triângulo Mineiro. Pode tudo. O Poder pode tudo. Pode ir ver o gado zebu, pode fazer o distintivo dourado, pode ter toda a sua pompa assegurada. Só o Poder não pode contar o pó de giz da escola, porque no pó de giz da escola vai misturado o sangue

de um Brasil ignorante e oprimido, que precisa ser redimido.

No quadro negro da escola vai marcada a lição de esperança que ainda não foi escrita. Nós ainda não evoluímos do tempo de Maria, a Louca, aquela que ia com as outras, aquela que enforcou o Tiradentes, aquela que proibia universidades nos seus domínios para o tempo do PMDB, dos Cruzados, dos Libertários, dos generosos e belos soldados das diretas anteontem.

Vamos mais: O Artigo 4º diz o seguinte: "As matérias já apreciadas nas instituições de ensino superior e ainda não implantadas, dependerão da aprovação prevista no artigo 2º desta lei, isto é, da aprovação do Governador, do Chefe da Casa Civil, do Secretário de Planejamento, do Secretário da Fazenda, do Secretário de Administração.

Vejam só: até do Secretário de Administração. E fica criado o Conselho. Dividir para reinar, o conselho para reinar. Dividir para reinar, a velha lição dos despotas.

Fica criado o conselho, que tem da cruz um pouco do nome. Chamar-se-á "cruespar". Terá uma sigla para os burocratas. E estes burocratas, que diz um poeta antigo: Uma vez foram capazes, em nome do partido que estava no poder de desenterrar um soldado morto, e declará-lo apto para o serviço militar. O soldado foi julgado como desertor, porque não se mexia, porque estava morto. Mas ele precisava servir à Alemanha de Hitler.

E os burocratas do partido do poder declararam o finado soldado apto para o serviço militar.

Eis aqui o serviço burocrático implantado, priorizado e sofisticado. Eis aqui a universidade garroteada.

Quatro Reitores, quatro diretores, outros tantos burocratas. Eles passam, o povo do Paraná fica. Passamos nós, o Paraná fica. São ossos dos meus mortos, os antigos que fundaram a primeira universidade do Paraná. E o Paraná ficou e a universidade ficou.

São passados os erros das outras gentes mas o Paraná permaneceu. São também passadas as luzes das inteligências a que mencionava como Bento Munhoz da Rocha, por exemplo, mas o Paraná ficou.

Então vejam, de repente, esse Conselho é criado por fortalecer a imperação entre as Universidades. Como se de repente, precisasse o professor de Filosofia de União da Vitória, da imperação do Palácio Iguaçu para fazer um diálogo de Filosofia com o Professor de Filosofia da Universidade de Londrina.

Que pretensão de terminar a interação do saber através do Palácio Iguaçu. Que pretensão condicionar o diálogo, a retóri-

ca, o ensino, a magistratura ao Palácio Iguaçu.

Os 97% de popularidade do Governador Álvaro Dias, superiores aos de "Deus Nosso Senhor", que ele tem contra si 8% dos agnósticos, esses chatos do mundo que não acreditam em Deus. Os 97% de popularidade do Governador Álvaro Dias, mais os 87% de popularidade do IBOPE do Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva.

Darão por ventura, ao PMDB do Paraná, a pretensão de estabelecer um Magistério pontifício aqui neste Estado? Nem os Papas, na sua volúpia de Poder, no momento mais forte do seu despotismo tiveram coragem de agir assim, até os Papas fizeram os conselhos reconhecerem que eles só eram infalíveis em matéria de fé, isto é, naquilo que estava dito expressamente por Jesus nos Evangelhos. No entanto, eis aí o governo infalível, o Partido infalível, o Plano Cruzado infalível, o Sarney infalível, o Senhor Antônio Carlos Magalhães infalível. E o Brasil? Ora! O Brasil, o falido País dos Governantes infalíveis, mas continua o terrível diploma, diz mais: Propor formas de ação conjunta.

Ora! Só converse com o Reitor de Londrina, com o Reitor de Maringá, com o Reitor de Ponta Grossa, com o Diretor de Guarapuava e com o de Campo Mourão, neste chá, nesta tetúlia que se fará com certeza no "salão pé de cachimbo" do Palácio Iguaçu, porque o conselho vai propor as ações conjuntas. Só converse com o professor de Fisiologia, da Universidade de Medicina de Maringá, o professor de Fisiologia da Universidade de Londrina, quando, em Palácio, quiser o Secretário ou quiser o Governador, que assim seja. E diz mais o diploma: Assessorar o Governo em assuntos de ensino superior.

O Sr. José Felinto- Vossa Excelência me permite um aparte, por gentileza, nobre Deputado Rafael Greca?

O SR. RAFAEL GRECA - Depois que eu termine de enunciar.

De repente, assessorar o Governo em assuntos superiores. Não tem o governo uma Secretaria de ensino e tecnologia em ensino superior? Não tem o Governo, conhecimento da realidade do Estado? Não tem o Governo representantes dos vários conselhos universitários? Precisa do assessor, do assessor, do assessor, para cair no vulgar "aspone", aquele assessor que o decoro Parlamentar não me permite nominar aquele assessor que o "Pasquim" criou com tanto brilho o "aspone".

Pois é! E pretende ainda o conselho, analisar e propor soluções para as questões relacionadas com o ensino e com a

pesquisa. Ora! Vem o governo propor soluções de tecnologia de ponta, vem o Governo propor soluções de progresso. Venha o governo revogar da "canga dos ombros do povo, a cangalha do arado" e dar ao povo a liberdade das múltiplas expressões do computador, venha o Governo semear o futuro, venha o Governo apontar caminhos, venha o Governo expressar a grande maioria da votação do povo que teve por diplomas de lei. Que pense no Paraná, que proponham, que acrescentem ao Paraná, que sejam irreversíveis, que me cale a boca. Porque é com tristeza que tenho tanta argumentação, é com tristeza e a minha tristeza é na exata proporção da imbecilidade da proposição do Palácio, que eu vos falo, e vos falo com base na lei. Se não vale a Constituição Federal, que no seu artigo 8º diz que compete à União legislar sobre ensino superior, que não vale a Universidade de Maringá e de Ponta Grossa, se não vale a Constituição do Estado que pelo menos valha a canção do camponês, a canção do arroz, é dela que vos vou falar agora.

O Sr. Algaci Túlio - (Pela Ordem) - Essa Sessão tem sido conduzida até aqui com alto nível, com respeito dos Senhores Deputados. Não é possível que o Deputado José Felinto que já sentiu que o Deputado Rafael Greca quer terminar o seu posicionamento não quer lhe dar aparte, que se mantenha calmo e fale quando puder daquela outra tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Não carece Deputado Algaci Túlio a gente temer o Deputado José Felinto ou qualquer dos Deputados do Governo que nós exortamos, somem com os moços, somem com o futuro do Paraná e somem com o futuro do Brasil. Porque de mudar é sempre tempo, é sempre tempo, e de ver a luz cada manhã é a ocasião. Mas eu queria dizer, quem sabe eu melhoro o Deputado José Felinto no seu entendimento um pouco sombrio ainda, da questão universitária, a propósito desta canção do arroz: Eu não sei o que é o arroz", dizia um homem que nunca havia comido o arroz, "eu só sei o seu preço; eu não sei o que é o homem, mas eu sei o seu preço".

Hoje o Paraná pelos olhos dos seus moços, o Paraná que tem gente que já não come arroz, que já não come trigo, que já não come pão, que já não toma café. Hoje o Paraná que começa a ser miserável, que fica pior do que o Paraná da erva-mate, dos mortos que me são tão caros, mais que o Paraná do Porto, generoso, de Paranaguá que acolheu o navio de imigrantes onde

veio o meu avô velho calabres Greca. Hoje o Paraná que fica pior do que o Paraná do passado, que fez e garantiu a autonomia da primeira universidade do Brasil em 1912. Deputado José Felinto não sei onde estavam os seus, em 1912, quem sabe depois me esclareia. Hoje este Paraná, Deputado José Felinto, precisa de todos nós, precisa de todos nós generosos, libertários, capazes de ir além da inquisição, ao fundo da questão da autonomia universitária.

As dúvidas que o Governador levanta têm o fórum do Tribunal de Contas para serem resolvidas. As dúvidas que a imprensa levanta têm o fórum do Tribunal de Contas para serem julgadas, e o fórum da justiça para serem conduzidas. Não pode é a Assembleia, a Casa que criou a primeira de todas as universidades brasileiras, se transformar na servil das trevas e dos tempos sombrios.

Era isso.

Eu dou aparte com muito prazer ao nobre Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, pelo espírito democrático de Vossa Excelência.

O SR. RAFAEL GRECA - O Senhor recusou o meu aparte, já não me quer apartear.

Muito bem, eu concluo dizendo que penso valer agora a idéia do discurso do Governador Álvaro Dias no dia da sua posse em praça pública: "Doravante vale a verdade, doravante vale a vida, e trabalharemos todos de mãos dadas pela vida verdadeira não usaremos da couraça do silêncio, nem da armadura das palavras, nem do garrote da lei, quando nos sentarmos à mesa para partilhar o pão da vida, a verdade será servida ainda antes da sobremesa".

Aproxima-se a hora da verdade, o Paraná olha, o Paraná é cheio de homens que não sabem o que é o arroz, mas sabem o preço do arroz. O Paraná tem os olhos desses moços, de cada uma das cidades do Estado, ele olha, os homens e as mulheres que aqui estão. Eles talvez não saibam...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Trinta segundos para Vossa Excelência concluir.

O SR. RAFAEL GRECA - O Paraná talvez não saiba o que vai dentro de Vossas Excelências, e queira Deus que muitas das minhas assertivas tenham sido ponteadas de injustiça, eu me penitenciarei na sequência depois do vosso voto favorável ao Paraná.

O Paraná não sabe, talvez, quem são os homens e quem são as mulheres que aqui estão, mas o Paraná logo saberá o seu preço.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Antes de anunciarmos o próximo Orador inscrito, encontra-se sobre a Mesa requerimento do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, que requer após ouvido o Plenário a prorrogação presente da sessão pelo prazo de 6 horas, de acordo pelo disposto no Artigo 76 e parágrafo no Regimento Interno. Em votação.

Senhores Deputados que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Está prorrogada a sessão por mais 6 horas.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Após vários Oradores, especialmente das Bancadas de Oposição, terem usado da palavra, durante a discussão e o prazo é longo, de 60 minutos, pouca coisa a Bancada do meu Partido teria a acrescentar, especialmente após as palavras do Deputado Rafael Greca que, em um aparte eu ouvi alguém falando, a sua presença nesta tribuna, enaltece a Casa.

Quero confessar que ao longo dos anos que aqui estou, não ouvi, não conheci melhor orador que tivesse o estilo próprio, respeitoso, inteligente, que prendesse a atenção de presentes, visitantes, e especialmente de Parlamentares.

Mas, a Bancada do PFL, e particularmente este Deputado, também vem dizer porque é que votamos contra a mensagem do Senhor Governador do Estado, e até me antecipando, contra a emenda substitutiva aprovada na CCJ. O que estamos discutindo, na verdade, Senhor Presidente, é a autonomia das universidades, que foi uma busca que a comunidade universitária procurou alcançar e obteve ao longo de 20 anos. E esta mesma autonomia foi conseguida, em virtude, sem dúvida alguma, de promessas eleitorais, porque neste longo período de reivindicação da sua autonomia, algumas campanhas eleitorais aconteceram.

E, sem dúvida, em 1983, pela Emenda Constitucional nº 20 na Assembleia Legislativa, no Governo do Senhor José Richa, com a Bancada majoritária nesta Casa, foi votada a emenda constitucional.

Ocorre que, o atual Governo, o Senhor Governador Álvaro Dias, certamente assessorado pelo Senhor Secretário de ensino de nível superior, Dr. Ascêncio Garcia Lopes, encaminha a esta Casa uma mensagem, que simplesmente liquida, e acaba com a autonomia, quando no argumento contrário, se diz que o Governo do Estado quer apenas regulamentar, e que não extingue e não acaba.

Até mesmo na Mensagem do Senhor Governador do Estado, quando ele se referindo a iniciativa tomada, diz que "o plano de lei ora submetido a esta Augusta Casa de Leis, é de elevado significado e consulta plenamente ao superiores interesses da administração, eis que virá superar quaisquer dúvidas em relação ao conceito de autonomia universitária, que por suas variadas interpretações tem criado problemas no relacionamento do Governo, "e isto segue por aí. Nós recorremos ao ensinamento do dicionário para ver o que significa a autonomia. Autonomia: é a faculdade de se governar por si mesmo.

Direito ou faculdade de se reger por leis próprias.

Liberdade ou independência moral ou intelectual e ainda, propriedade pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem a sua conduta".

Pois, bem, parece-me não haver dúvidas quanto ao que seja autonomia, e quando ela foi conquistada, foi concedida, quando o PMDB no Governo e com maioria nesta Casa, sabia perfeitamente a extensão dessa autonomia. Pois bem, agora o Senhor Governador propõe o que? Propõe o seguinte: que compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da Secretaria de Estado da Administração, da Fazenda, da Casa Civil, quer dizer, cinco Fazendas envolvidas. Estas Secretarias devem, pela proposta do Senhor Governador, serem ouvidas, toda vez que a universidade, uma das universidades, tiverem interesse numa medida qualquer de sua competência: na melhoria de ensino, na ampliação de suas atividades, na criação de cursos, na remuneração de seus funcionários e professores. Ora, como pode a universidade procurar ouvir o Senhor Governador e ele assessorado por cinco Secretarias. Impossível!

Além disso, entendo que a proposta do Senhor Governador ainda poderia propor a criação de um órgão para examinar, para acompanhar as propostas das universidades. Mas, ele não o fez, ele simplesmente em sua proposta interveio na economia, na administração geral da universidade.

Pois bem, o Deputado Nereu Carlos Massignan, designado relator da mensagem, propõe uma emenda substitutiva na CCJ, que foi aprovada com alguns votos contrários. E o Deputado Rafael Greca discorreu sobre quase todos os artigos da emenda substitutiva. Discutiu, discorreu, com a clareza que lhe é peculiar, e do nosso entendimento também, ratificando o posicionamento do Deputado Rafael Greca, a emenda substitutiva com todo respeito ao Deputado Nereu Carlos Massignan não muda em nada ou em quase nada a proposta do Senhor Governador, porque quando ele cria a CRUESPAR e

diz aqui que os objetivos da CRUESPAR são o de fortalecer a integração da universidade, propor por simples formas, conjugar esforço, etc., assessorar o Governo e analisar propostas, não dá nenhuma competência a esta CRUESPAR e ao Conselho, não irá decidir nada, só irá aconselhar, sugerir, propor as decisões de uma emenda substitutiva que está no artigo segundo, quando diz: "que todos os novos projetos de expansão, assim como os respectivos recursos para além dos já aprovados no orçamento vigente, bem como os que as instituições queriam incluir nas propostas dos orçamentos anuais, ficam dependentes da aprovação do Chefe do Poder Executivo, ouvidor o Secretário Especial do Ensino, o Chefe da Casa Civil, o Secretário de Estado do Planejamento, Coordenação Geral, a Fazenda e Administração" e por aí abaixo.

Esse órgão que poderia ter alguma competência na administração das instituições, também não terá, porque já nasce castrada. Persistindo, então, sem dúvida alguma, a ingerência, a intervenção clara, claríssima do Governo nas instituições, objeto desta discussão.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa Bancada que é composta de poucos Parlamentares, realmente, do Deputado João Arruda, de Francisco Beltrão, do Deputado Alexandre Ceranto, de Umuarama, do Deputado Antônio Costenaro Neto, de Jandaia do Sul, vice-Líder da nossa Bancada, nesta Casa, do Deputado David Chierigate, de Cascavel e Deputado Werner Wanderer, de Marechal Cândido Rondon, além deste Deputado que tem sua origem na Cidade de Nova Esperança, nas proximidades de Maringá e Paranavai.

Mas queremos deixar o nosso voto, a nossa palavra, o nosso posicionamento nesta Casa, além das Bancadas outras que já se posicionaram. Nós entendemos que o Governo do Estado, tem instrumentos competentes, cabais, para apurar a responsabilidade de quem geriu mal o dinheiro do povo.

Já se falou tanto aqui, Tribunal de Contas já esteve lá, e poderá voltar, e o Ministério Público do Estado do Paraná, ele não existe? Existe, ativo e competente para encaminhar a justiça a denunciar falcatruas, má gerência na aplicação do dinheiro, porque o dinheiro também da universidade é o dinheiro gerido dos impostos, que todos pagamos, portanto nobres Parlamentares, não será criando um grupo de trabalho, um Conselho mais um Conselho que vai se evitar que na administração universitária do Estado, tão grande como é, como diz o Deputado Rafael Greca, na universidade da sua extensão, não vai evitar que fatos lamentáveis venham a acontecer no futuro. Por que criar algo mais, se

nós temos, repito, um Tribunal de Contas competente, temos um Ministério Público e temos a justiça? Portanto, não nos convença o Senhor Governador na sua proposta, como também, não nos convença a CCJ no substitutivo apresentado e votado. Concedo a palavra ao ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto.

O Sr. Antônio Costenaro Neto (Aparte) -

Nobre Deputado Basílio Zambuso, Vossa Excelência tal qual os oradores que já desfilaram por esta tribuna, hoje, defende uma posição a nosso entender, correta, da maneira que deveria proceder o Governo do Estado do Paraná, respeitando a autonomia das universidades do Estado do Paraná.

Nós nos somamos a esta preocupação de Vossa Excelência e de todos que pensam assim, porque entendemos, como já foi afirmado por vários oradores que compareceram à tribuna, cabe aos órgãos competentes de fiscalização de recursos aplicados, a nos informar se está havendo corrupção ou não nos meios universitários, ou mais precisamente, nas universidades. Portanto, nós não podemos aceitar como está, quase que, a única explicação do Governo do Estado, seja ou não. Ele vem dizer que as universidades não têm competência para dirigir os recursos que recebem e que naturalmente são vultosas somas que pesam ao Paraná. Mas, nós entendemos que se o Governo pensa assim, ele deveria através dos seus Deputados que o defendem nesta Casa, ter aceitado o pedido da Universidade de Londrina e também o pedido das Bancadas de Oposição de se constituir uma CPI para verificar os desmandos na Universidade de Londrina. Assim, o Senhor Governador do Estado estaria dando uma demonstração de transparência no seu Governo. Então, apuradas as irregularidades, o Governo transparente nos demonstrasse que os reitores das universidades, seus conselhos de administração não teriam competência para gerir o dinheiro público do Paraná, nós estaríamos votando com o projeto do Senhor Governador. Mas, não se está procedendo desta maneira. Eu manifesto, como todos aqueles que já manifestaram, o meu voto. Até que me proven o contrário. Como disseram alguns Deputados do PMDB, nesta Casa. Até prova em contrário, os reitores das universidades estão aplicando corretamente o dinheiro recebido dos cofres públicos do Paraná.

Então, nós ficamos, neste momento, e acredito até o final desta sessão, com a autonomia das universidades, para que as universidades e seus universitários possam continuar mantendo a livre iniciativa de manifestação de idéias, de pensamento, e ação e prosseguir o desenvolvimento da pesquisa e do bem estar do progresso do

Paraná.

Obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu agradeço a participação de Vossa Excelência. E em seguida, Deputado Valderi Mendes Vilela.

Quero agradecer a participação de Vossa Excelência ilustre Deputado, vice-Líder da nossa Bancada e dizer que nós, também, não só pelo fato de sermos Deputado da Oposição, é que nós somos contra tudo o que pretende o Senhor Governador do Estado ou a sua Bancada nesta Casa. Nós temos consciência da nossa responsabilidade. Estamos aqui para defender os interesses mais altos do Estado, da Constituição, das leis estaduais e em especial dos recursos que vêm do dinheiro do povo, produto dos impostos.

Mas, o que nós nos perguntamos, é qual foi o motivo desta reforma administrativa, que ia reformar o Paraná e que não reformou coisa alguma? Que sequer o Palácio teve coragem de enfrentar esta reforma na maior parte do que ela dispõe, inclusive os seus lucros administrativos espalhados pelas regides do Paraná. A exemplo disso, a criação da Secretaria Especial de Ensino Superior. Eu não me lembro em todos esses anos esse confronto universidades, ou mesmo faculdades, contra governo e vice-versa, antes da existência de uma Secretaria Especial. Quer dizer, as coisas ficaram piores do que antes. Do que estou entendendo a oportunidade é a extinção não da autonomia, mas a extinção da Secretaria de Ensino Superior que, ao meu ver e entendimento, apenas está complicando as coisas, Deputado Antônio Costenaro.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Valderi Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado Basílio Zanusso, nós queremos parabenizar Vossa Excelência e a Bancada do seu Partido, o PFL, pela medida e pela posição adotada frente a esta questão de real interesse à comunidade universitária paranaense e a todos nós que temos interesse no futuro deste Estado.

Mas, nobre Deputado, Vossa Excelência falava sobre fiscalização através do Governo. Aí eu considero um ponto fundamental porque Vossa Excelência, também como os demais Deputados desta Casa, os do Governo, não querem esconder nenhuma situação da universidade. Nós assinamos uma CPI para todas as universidades do Paraná, assinamos porque não temos medo de ser transparentes, de trazer a verdade à real situação que hoje se apresenta e que se discute nesta Casa. Só que está vindo um

pouco tarde. Assinamos porque queremos que isso seja efetuado, porque é um mecanismo que possui a Assembléia Legislativa e o Poder Legislativo para examinar quaisquer irregularidades que se cometam nos órgãos públicos. E também seria bom - e Vossa Excelência traz um assunto importante, quando se fala em recursos oriundos, administrados pelas universidades.

Nós precisamos de fiscalização séria a respeito do assunto, mas o que precisamos mais, nobre Deputado, é que a verdade venha estampada, uma verdade que venha saltando aos olhos, porque outro dia mesmo eu lia em um dos jornais paranaenses que a Universidade de Londrina gastava mais do que o Município de Londrina. Depois veio uma intermediação, um acerto nessas palavras, que não era de todo o Município de Londrina, mas apenas do Município, da Prefeitura Municipal. As entidades, as empresas ou municípios da administração indireta têm um orçamento separado, e daí dará 3 ou 4 vezes o orçamento da Universidade de Londrina.

Veja bem, Vossa Excelência, que procuram através dos meios de comunicação a enganar o povo paranaense, e nós sabemos que a Universidade de Londrina conta no ano de 1988 com 3 bilhões e meio de orçamento, e que desse total 1 bilhão e 800 milhões são repassados pelo Governo, e 1 bilhão e 800 milhões, também nesta faixa, são através de convênios, com outros órgãos públicos, INPS, empresas particulares. Foi citado hoje a questão do Hospital Universitário de Londrina, onde existe convênio com o INPS. Grande parte do que ali se gasta vem da própria operação, através da contribuição previdenciária. Então, é isso que precisa ser esclarecido, e Vossa Excelência colocou muito bem isto aí, como também colocou sobre o Conselho. E o que é mais grave nesse substitutivo apresentado pela CCJ é que a Presidência de um Conselho de Reitores caberá a um não-reitor, o que é uma barbaridade. Como que uma pessoa que não é um reitor vai ser presidente de um Conselho de Reitores?

Por outro lado, disse bem Vossa Excelência quando vai ser ouvido o Chefe da Casa Civil. E se o Chefe da Casa Civil for um engenheiro, porque esse cargo é um cargo estritamente político, ocupado por políticos. O que que um engenheiro vai entender de Ensino Superior? Um advogado? Se a Casa Civil fosse sempre ocupada por um professor, tudo bem, mas não é sempre, e na maioria das vezes é por um cargo político, é por um político.

Então, Vossa Excelência traz tudo isso para esclarecer a esta Casa e a quem dela participa e vota, mas que precisam ficar mais transparentes as informações que nós temos. Disse outro dia Sua Excelência, o

Governador Álvaro Dias, que por muito menos do que se faz na UEL, prefeitos perderam os mandatos e funcionários do colarinho branco estão na cadeia. Funcionário de colarinho branco não vi nenhum, vi funcionários públicos, prefeito que perdeu mandato também não vi nenhum. Vi intervenção e hoje um deles já voltou a ser prefeito do seu município e daqui mais uns dias volta o outro também. É só acertar a situação, prestar contas, e já está em liberdade.

Mas o que é mais grave é que o governo, tem primeiro, antes, da própria universidade, o resultado da auditoria e manda publicar em jornais um fato que ainda não tem julgamento. Eu tenho certeza que muitos desses fatos vão ser elucidados no futuro, mas na hora que forem elucidados ninguém vai pagar uma página da "Folha de Londrina" para dizer quem estava certo, quem estava errado. É o meio que se massacra, que se utiliza contra aquelas pessoas que não servem aos interesses do governo, e eu voto contra esta situação, eu acho que nesse Paraná e nesse Brasil precisa um pouco mais de seriedade. E seriedade, Deputado, se faz com transparência, mostrando tudo, não só a parte errada ou prejudicada. Vossa Excelência tem razão nesse ponto quando diz que o governo possui esse mecanismo. E possui mesmo. E deve aprimorar muito mais ainda estes mecanismos, porque eles, sem sombra de dúvida, fazem com que o dinheiro do povo seja melhor aplicado. Razão assiste a quem defende esse ponto de vista.

Tem razão Vossa Excelência, e sua Bancada, que eu parablenizo. Obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu que agradeço Deputado Valderi Mendes Vilela que tem acompanhado os assuntos mais polêmicos e de maior importância nessa Assembleia, muito de perto, a partir da CCJ até o Plenário. E nesse caso, especialmente, no caso da autonomia das Universidades, o Deputado Valderi Mendes Vilela é um estudioso que se detém, que se dedica, que comparece e está sempre presente.

Portanto, as observações de Sua Excelência são fundamentadas. As CPIs, não há outra forma do Poder Legislativo tomar conhecimento das coisas que acontecem aí fora. Quando, requerimentos de parlamentares, votados em Plenário, não são atendidos! Portanto, nessas horas, e eu sou contra a proliferação de CPIs, eu acho que Comissão Parlamentar deve ser instituída em casos como este de maior importância e significação estadual. E agora, se justificava muito bem, e se justificava, a única forma, porque as notícias nos chegam quase sempre através da imprensa.

O Governador do Estado também não precisou da Assembleia Legislativa tão pouco de sua bancada, para conceder a gratuidade do ensino universitário nos estabelecimentos mantidos pelo Estado o fez por decreto. Deu gratuidade em todo pagamento, apenas uma observação, o fez nas universidades e faculdades estaduais, mas não alcançou as demais escolas do 3º grau no Estado. Era uma oportunidade para o Senhor Governador do Estado encaminhar à Assembleia Legislativa, propor através da Assembleia, ouvir a Assembleia Legislativa acerca da sua proposta, e da sua iniciativa, pois houve uma repercussão muito positiva, foi isso que os ibopes disseram. Quando isentava alunos das faculdades estaduais do pagamento de seus cursos, mas ele não mandou, precipitou-se, fez por decreto, criando uma discriminação quase que odiosa no Estado. Já falamos antes, o aluno de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e do Oeste não vão pagar, e não pagam, pela lei, mas os de Paranavaí - meus vizinhos - os de Mandaguari ...

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Os de Apucarana, União da Vitória, aqui próximo, Rio Negro e de todos os cantos do Paraná continuam pagando.

Quem sabe se o Governador do Estado tivesse a humildade de descer ao Poder Legislativo e consultar a sua Bancada da conveniência do estabelecimento, naquela oportunidade, a gratuidade a todos, e tantos discursos foram feitos neste sentido. Concedo aparte ao Deputado.

O Sr. José Felinto - Meu caro Deputado Basílio Zanusso, que tanto tem contribuído para o bom andamento dos trabalhos nesta Casa, eu só queria lembrar a Vossa Excelência que está em minhas mãos a Mensagem 117/87, mandada a este Poder que, exatamente no dia 21 de dezembro de 1987 a Assembleia Legislativa decretou e eu sancionei - diz aqui o Governador do Estado - . Portanto, com relação à gratuidade, foi enviado mensagem a esta Casa. E eu não sei se na oportunidade Vossa Excelência fazia parte de alguma Comissão que apreciou esta mensagem. E um segundo ponto, e é bom lembrar, que é impossível que o Governador do Estado decreta gratuidade nas universidades particulares, ou nos colégios particulares. Mas as do Estado, e está aqui a mensagem, foi discutido aqui nesta Casa, foi votado por esta Casa e o Governador sancionou, a mensagem de iniciativa dele e que passou por este Poder. Posso passar às mãos de Vossa Excelência se se fizer necessário.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu agradeço a contribuição valiosa que Vossa Excelência empresta, também para lembrar a Vossa Excelência se lê os jornais e vê televisão, que o Governador se antecipou e muito, a mensagem encaminhada a esta Casa, e o Brasil inteiro sabia que o Senhor Governador já havia decidido sobre a gratuidade ao ensino de 3º grau na rede paranaense oficial. Portanto, Deputado José Felinto, Vossa Excelência nos ajuda a lembrar desse fato que não havíamos relatado, e mais ainda há uma oportunidade e Vossa Excelência que é Líder da Bancada e também exerce papel importante na sua Bancada, e ainda há tempo de gestionar junto ao Senhor Governador que essa gratuidade alcance todo o 3º grau do Paraná.

O Sr. José Felinto - Meu caro Deputado Basílio Zanusso, só para lembrar Vossa Excelência que o Líder da Bancada é o Deputado Artagão Mattos Leão e o Líder do Governo é o Deputado Nestor Baptista. Eu sou apenas o parlamentar da Bancada do PMDB.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu considero Vossa Excelência uma das grandes lideranças do Partido. Aliás, num encaminhamento primeiro que fez em defesa da mensagem do senhor Governador, que fez com brilho, com competência, que contrastando com os argumentos do Deputado Rafael Greca, Vossa Excelência argumentou os pontos positivos da iniciativa do Senhor Governador do Estado.

Portanto, acho que não estou em nada ferindo a sensibilidade de Vossa Excelência, Parlamentar, por considerá-lo também líder de presença marcante nesta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, não faço a saudação dos presentes nas galerias, porque considero isto uma repetição do compromisso do Parlamentar.

Galeria cheia é compromisso do Parlamento. Presença de povo, ouvi-los, receber até o recado deles virarem as costas ao Deputado, de nós deve haver a compreensão e a sensibilidade do político que assim o é, porque o político não tem a nomeação formal do decreto, da lei; o político não é instrumento do contrato que se assina com testemunhas e que se registra no Cartório.

O Parlamentar não é, Senhores, produto da livre concorrência ou da livre inicia-

tiva do sistema capitalista moderno ou selvagem, em que cada um procura dentro das normas do livre mercado ganhar o seu espaço.

O político não tem estes compromissos cartoriais. Tem sim um compromisso maior que não se escreve, que não se registra formalmente com testemunhas contratuais, mas se registra e se escreve no momento em que se faz a escolha pela sociedade como um todo, cujo princípio é a preliminar de tudo isto é a liberdade da escolha, é a participação do Partido, é, em suma, a vontade do povo.

Aqui está ela; de costas ou de frente, vaiando ou silenciando. Não interessa. A nós não cabe perguntar e cobrar comportamentos.

A nós cabe corresponder a este compromisso que não é escrito e não é formalizado na assinatura do contrato, mas é mais que assinatura; é a honra do compromisso partidário, político e acima de tudo isto, ainda, é um compromisso que é de todos.

Oposição, Situação, independentes ou não, de manter as portas deste Parlamento abertas.

Queremos sim galerias cheias de povo. Não galerias silenciosas nem assentos vazios.

Rafael Greca falava de Hitler.

Com ele os Parlamentares eram silenciosos, como são silenciosos os Parlamentos de Pinochet como é calado, tal qual o silêncio dos túmulos, com o respeito aos ossos dos antepassados paranaenses que criaram a universidade e que lá no Cemitério Municipal fazem ainda a história e eu testemunhei, domingo, percorrendo aquele cemitério, enquanto meus filhos se divertiam na pista de "skate" e posso confirmar o testemunho de Rafael Greca.

No Paraguai, é o silêncio dos túmulos, dos cemitérios sem heróis, sem políticos e sem Parlamentos.

Não me cabe cobrar na feliz expressão de Rafael Greca esse rosto de esperança, mas é meu dever dizer que esse rosto de esperança da juventude, seja o rosto da esperança desse Brasil.

Se nós salvamos a universidade teremos salvado o Brasil. Acabará a miséria e a fome. As multinacionais estarão regulamentadas ou controladas. As nossas riquezas de subsolo agora há pouco em que a Constituinte dá a garantia de que isto é nosso e é nacional, estará preservado. Rosto da esperança que sejam aqueles que querem a casa sem o aluguel caro. Que têm saudades do BNH, não como um banco, mas ficou como uma esperança de que teriam tido. Mas que não têm saudades do Ministério de hoje que, para fugir à execução do controle do déficit público, proíbe o inves-

timento neste setor. E o Senhor Ministro como que num passe de mágica, querendo servir ao rei, querendo servir ao seu senhor, diz que acata a decisão do controle para não se gastar com casas populares, mas vai correndo arrumar a fórmula, para que os empresários construam casas e diz descaradamente, minha juventude, que isto não vai ampliar o déficit público. As COHABs, as empresas, a COHAPAR, não podem fazer casas populares porque não quer o Presidente, nem o Ministro. Mas o Ministro consegue uma fórmula de fazer com que os empresários construam casas; mas não a casa de um a cinco salários mínimos, porque a este não interessa aos empresários. Os empresários não querem investir com aqueles pobres miseráveis dos cinco salários mínimos. Isto não dá o dinheiro fácil. Este tem que ser então, e conseqüentemente, o compromisso do Estado.

"Rosto da esperança" tem que ser sim aquilo que já em 1789, na Revolução Francesa, um cidadão de 55 anos, dono de uma gráfica que poderia estar se agarrando à vestimenta do rei, mas que percorria as ruas de Paris se aliando ao movimento da Queda da Bastilha. Cinquenta e cinco anos, este cidadão Hetipe de La Bretonne, afora tudo o que escreveu, manifestava e dizia, como digo eu hoje aqui, que esta esperança não é só da juventude, do professor, do político. Percorrendo as ruas de Paris dizia: "Mas nossos males virão afligir os cidadãos". E vejo então que quando digo que não é apenas a universidade que pode salvar este País, ela está dentro disto. Dizia ele: "Os perversos, tendo perdido o medo da guilhotina, poderão com impunidade arruinar o povo, depreciando a moeda, elevando os preços, provocando a escassez dos gêneros. O cidadão honesto, sua mulher e sua filha serão obrigados a disputar com a plebe mais vil, nas padarias o pão disponível, fazendo fila. Pão caro de ontem, pão tão caro de hoje". Talvez a primeira vez que esta expressão fadada a um futuro promissor aparece na literatura. "Todos serão reduzidos à miséria, menos o agiota e o banqueiro".

Vamos discutir a autonomia universitária, vamos discutir o projeto do Governo, meu substitutivo. Sim. Por que não? Mas não vamos esquecer que todos serão reduzidos à miséria, menos o agiota e o banqueiro. Vamos repetir a frase: "Todos serão reduzidos à miséria, menos o agiota e o banqueiro".

É necessário a vigilância, meus irmãos, meus companheiros, para que não nos restrinjam apenas na dimensão enorme do problema que é o ensino superior do Paraná e do Brasil. Mas que ele não se exclua desta realidade doentia deste País. Mas que as universidades sejam também, por

sua própria expressão de que quando ela se cria, ela nasce junto com a liberdade. Liberdade adulta, universidade criança e que amadurece sempre com a liberdade na frente. Não podemos, sob pena de nos omitirmos de excluir a presença libertária da universidade como foco de transformação e de modificação desta sociedade, sob pena de vermos os agiotas e os banqueiros reduzindo todos nós à miséria. Não são só os agiotas e os banqueiros. Mas quando ligo estas duas expressões à História, eu as faço para mostrar a face nua de injustiças, de imoralidades, de indecências para mostrar a dureza deste País em que temos tantos caminhantes solitários, sozinhos, descamisados e com fome, sem terra, sem teto, sem esperança e sem luz e nós do Parlamento, ao denunciarmos a nudez da justiça, não podemos perder a perspectiva da esperança deste povo, porque o povo sem esperança, é o primeiro passo para a escravidão.

Povo sem esperança é o chamamento à opressão.

Não, meus companheiros, não vim aqui embutido do espírito governista, pejorativo que se coloca naquela tribuna pelas palavras brilhantes, pela construção fácil da frase. Não. Não estou aqui para concordar de que a miséria agora se implanta no Paraná, como dizia o Deputado Rafael.

Esse povo tem que ter memórias. Há miséria no Paraná. Quem não for culpado, atire a primeira pedra, procure machucar o rosto, procure jorrar sangue da face do Felinto, do Lauro, da Vera, do José Alves, façam com que nós paguemos toda essa miséria, segundo diz a oposição, agora implantada neste Estado.

É fácil fazer da posição oportuna é fácil até da oposição jogar a todos nós como meros caminhantes do "sim", com duas amarras de couro nos olhos que nós caminhamos e que nós não vemos nada pela frente.

Nós não somos os pregoeiros da agiotagem e do banqueiro. Nós todos aqui temos os nossos compromissos e depois desse momento de reflexão, não é a minha intenção hoje analisar o meu substitutivo. Eu pretendia fazer isso amanhã, mas dado as circunstâncias e as colocações que aqui foram feitas, eu me apresso a fazê-lo e amanhã talvez eu tenha mais oportunidade de me aprofundar.

Em 1969 eram criadas as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Fazia um ano que eu havia deixado a universidade. Eu ainda sentia, aquele impulso emocional, da passeatas gloriosas da Rua XV, eu entregava ainda lá no meu Sudoeste de Dois Vizinhos os "spray" vermelhos escritos nos vidros dos bancos da Rua XV "abaixo a ditadura". Eu ainda via

aqueles filetes vermelhos do "Spray", como símbolo do sangue de Edson Luis Lima Souto, que em março de 1968, era assassinado pela ditadura, e que provocava grandes passeatas por esse País, em que era o 1º passo, para que se assustasse a ditadura, e cem mil brasileiros, se irmanavam e se somavam ao Rio de Janeiro, e as passeatas se pulverizaram. Não sei se em Londrina, Maringá e Ponta Grossa, em 1969, ou 1968, estavam tão organizadas como hoje estão, e que tiveram a oportunidade de participar desse processo contestador de resistência que foram os anos de 1964 e 1968. Imagino que sim, mesmo faculdades isoladas, porque a nossa militância estudantil, naqueles anos negros, mas tínhamos pela frente sempre o companheiro de Londrina.

Alguns estudantes de Ponta Grossa, mais afoitos, mais corajosos, discursando pelos megafones da Rua XV, da Praça Tiradentes, como testemunha a sua estátua do libertador, dizendo "eu falo por Ponta Grossa".

Lembro-me que eu ouvi o estudante falar por Maringá e por Londrina. Não eram universitários estruturados dentro daquela concepção de universidade que hoje estamos discutindo. Eram talvez ainda os caminhan-tes, idealistas da construção da universidade e por isso, por serem caminhan-tes lib-ertários vinham a Curitiba ao chamamento do grito contra a ditadura.

Quantos desses Professores, também, não lambe-ram a bota da ditadura, não se alimentaram da poeira autoritária que essa bota, nos 20 anos, acumulou.

Quantos não sujaram a língua com esta poeira, com este cisco, este lixo, que tantos anos foi preciso para derrubá-lo.

Quantos, que bom lembrar isto, escreveram páginas da história, na resistência democrática.

Quanto caminhar, enquanto as universidades nasciam.

1969, não era diferente, meus companheiros. Eram os anos tristes, do AI-5.

As universidades foram criadas um ano depois da implantação do AI-5. Um ano, menos 29 dias, 6.11.69; AI-5, 5.11.68.

Se isto nasceu, não foi apenas pela vontade do Governador de então, comprometido com aquela bota autoritária, que eu agora há pouco falava. Ele assinou a lei, mas quantos não falaram por ela, quantos por ela não brigaram, quantas galerias, não se encheram, os anfiteatros, quantos Prefeitos não foram conversados, Vereadores, políticos, e ela foi criada.

Não sei se foi criada com o estigma da esperança. Que esperança poderíamos ter, em 1969, antevéspera do Campeonato Mundial de Futebol, e o Brasil orgulhoso, verde e amarelo, comemorando a vitória, e os nossos companheiros que não podiam ver a cor da bandeira, torturados nas prisões. Mas

nascia a universidade.

O obscurantismo de então, ao que me parece aqui se abria uma luz pelo tunel.

E estas universidades, meus companheiros, no seu artigo 7º por exemplo, dizia na época: as universidades e demais estabelecimentos de ensino superior, prestarão contas, nos prazos e foram exigidos pela Contabilidade Pública, perante o órgão próprio do Estado.

Nem ao Tribunal de Contas se referia, falava de um órgão do Estado. Muito pior do que hoje, sem dívida.

Dizia mais, para proceder às medidas preliminares de incorporação ou Congregação, será constituída uma Comissão Institucional, composta de dois membros representantes da Congregação, de cada um dos estabelecimentos de ensino interessados, à qual competirá, elaborar o Regimento etc... e submetê-lo à aprovação em caráter intertemporal, ao Chefe do Poder Executivo.

Os estatutos das universidades que nasceram em 1969, foram aprovados por um Chefe do Poder Executivo.

Hoje não é mais assim, nem nós queremos isto.

Temos que respeitar esta conquista, mas é bom lembrar, está na história, que os estatutos foram aprovados pelo Chefe do Poder Executivo.

Isto sim, era o obscurantismo de então. O parágrafo 1º desse artigo 11º dizia: o anteprojeto de estatutos aprovados em caráter intertemporal, será publicado no Diário Oficial do Estado. E pelas suas disposições, se estabelecerão os direitos, deveres e obrigações, responsabilidades civis, até sua final aprovação em definitivo. Por quem? Quem iria aprovar os estatutos das três Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, senão o Chefe do Poder Executivo.

Não foi o Conselho interno da universidade, não foi o Conselho Estadual ou Federal de Educação. Foi o Chefe do Poder Executivo.

Fala a lei que para eleger os nomes que comporão a lista sêxtupla a ser submetido ao Chefe do Poder Executivo para nomeação do Reitor, vice-Reitor, Diretor Geral ou vice-Diretor conforme o caso.

Lista sêxtupla, sim. Nomeação pelo Chefe do Poder Executivo.

Faço essas referências históricas para que nós a partir disso façamos uma reflexão de quanto nós avançamos a despeito de tudo isso, a despeito de que de 1969 a 1984 ainda terem passado 15 anos. Não sei quando isso mudou. Não tive o tempo para a pesquisa, mas é possível que isso tenha sido mudado no decorrer desses tempos que se fala agora de obscurantismo. Mas não do obscurantismo de hoje. Daquele obscuran-

tismo do passado.

Houve avanços e está havendo avanços ainda hoje.

No meu relatório concluo dizendo que a despeito de entendimentos feitos não estava à procura da unanimidade e nem este era o meu objetivo. A unanimidade é burra; a unanimidade é o silêncio; o acordo de todos elimina o diálogo. Onde fica a dualidade? Onde fica o entrelaço, a própria dialética se nós todos aqui quisermos a unanimidade? O próprio anteprojeto consagra o embate, o diálogo, a discordância ao criar o Conselho de Reitores. Isso é preciso ser dito aqui. Esse Conselho de Reitores não é como querem afirmar, mais uma sigla.

Esse Conselho vai permitir que o diálogo se institua permanentemente.

De quem é a idéia do Conselho? Do Deputado Nereu Massignan? Não. Do Reitor da Universidade de Ponta Grossa? Não, nem do Reitor de Londrina, nem de Maringá. Esta idéia veio de São Paulo, onde foi institucionalizada, no Governo Franco Montoro. Este Conselho, foi criado em São Paulo por Decreto do Governador! E quem me trouxe a cópia do decreto foi o Reitor de Ponta Grossa que aqui está presente, e o Reitor de Londrina, Jorge Bonassard, que não sei se está presente, e me deram isso como sugestão de uma idéia!

E, na negociação que fizemos com o Governo, nós conseguimos implantar este Conselho, que não é a idéia do Príncipe do Palácio, que não é a idéia do Deputado governista que caminha cego atrás das benesses do Governo, que não é a idéia autoritária de qualquer Deputado obscuro, que procura, através deste projeto cegar a ciência, o saber, a autonomia didática, científica. Aqui não estamos discutindo o obscurantismo; nenhuma universidade, a partir deste projeto, terá a presença do Estado como seu tutor, como seu condutor na pesquisa, na ciência, no saber, na didática, nada disso, nem é esse o objetivo do Governo, nem é esse objetivo da Assembléia!

Este Conselho atribui o seguinte: - são objetivos do Conselho resguardada a autonomia universitária, vou repetir, resguardada a autonomia universitária e respeitadas as características específicas de cada universidade ou instituição de ensino superior: 1° - fortalecer a interação entre as universidades e as faculdades; 2° - propor possíveis formas de ação, conjuntas, entre elas, entre si e o Governo. Conjugando esforços com vistas ao seu desenvolvimento. Seu de quem? Das universidades e das faculdades. Assessorar o Governo em assuntos de ensino superior. Analisar e propor soluções para as questões relacionadas com ensino e pesquisa, nas institui-

ções de ensino superior.

Invoco novamente o testemunho do Reitor da Universidade de Ponta Grossa e de Londrina, se aqui estiver, se esta foi ou não foi a proposta encaminhada pela Reitoria? Foi! E, a bem da verdade eu vou esclarecer onde está a divergência, no texto do decreto, o seu conteúdo, ele é cópia da proposta de Franco Montoro, do Estado de São Paulo, que me chegou às mãos através do Reitor de Ponta Grossa e de Londrina.

A divergência está na escolha do Presidente do Conselho. Por que o Presidente é o Secretário? Não que o Governo ou que eu, porque eu fiz o substitutivo, pretendêssemos dar ao Secretário de Ensino Superior Ciência e Tecnologia, autoridade máxima para definir a política de ensino superior do Paraná, se assim fosse a nossa pretensão, não criaríamos o conselho e o argumento seria de que temos uma Secretaria específica para isso.

O conselho mesmo diz nas suas atribuições, que ele assessora o governo, o Governo está chamando a contribuição das universidades e está se abrindo ao diálogo e quer fazer a interação e o entendimento com as universidades nada mais é, esse conselho, do que isto. Esta é uma novidade do substitutivo, como é o artigo 1°, onde dá a garantia do orçamento e a sua correção em valores reais para o ano subsequente.

Eu me lembro que na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Edmar Luiz Costa, quando analisava o projeto, ao se referir ao artigo 1°, Senhores, resumiu a sua opinião numa frase "Perfeito, esse artigo 1° nunca foi contestado, desde o primeiro momento e que os Reitores e alguns componentes das entidades do comitê tomaram conhecimento dele".

Há basicamente no substitutivo três divergências que, a bem da verdade, eu vou esclarecer! O primeiro deles se refere ao artigo 2°, em que: a proposta das instituições de ensino superior é no sentido de que se faça a distinção entre recursos do tesouro e recursos das instituições. O artigo 2° não faz essa distinção, este é um pleito das universidades, que ainda está em aberto à discussão. A segunda divergência, está no parágrafo único, quanto a criação de novos cursos, que também está em negociação e é possível a modificação. Nós não temos porque fechar as portas no primeiro dia de discussão do projeto, quando se discute a constitucionalidade. Eu faço um apelo às galerias, a essa juventude que aqui está, que venha acompanhar, sim, a votação, amanhã, segunda-feira, para saber o que se está discutindo, para que eles tenham a oportunidade de acompanhar e avaliar. Nós não queremos que eles se omitam, em absoluto, nós pedimos a

presença deles aqui, como queremos a presença dos reitores, dos professores, dos diretores, porque facilita o próprio encaminhamento da discussão deste projeto. Estas, Senhores, são as três divergências básicas.

Por que todo esse combate ao substitutivo? Há uma história nessa discussão da autonomia. No início, a proposta do Senhor Secretário, era que isso fosse feito por decreto, o Senhor Governador ouviu os reitores e abriu um prazo para discussão, se ela não chegou a bom termo, ela teve um resultado prático, o decreto se transformou num projeto de lei que reduziu as atribuições anteriores do decreto em mais de 60%, a diferença é substancial entre o primeiro decreto e o projeto; como é substancial entre o projeto e emenda substitutiva.

Mas à medida que eu vejo desmoronar um monte de pedra sobre o substitutivo, um amontoado de críticas, que eu respeito, mas não concordo, eu chego à convicção de que se deva a partir deste instante, sensível a essas críticas, retirar o substitutivo. É isso que se pretende? Desprezar nesses 30 dias de conversa, de entendimento, de diálogo, esse meu desgaste que não me permitiu nem o tempo de curar a minha gripe, que não permitiu nem que eu pudesse ir a um médico e me recolher alguns dias na minha casa, para que as minhas vias respiratórias fossem recuperadas? Eu lhe dou o direito do riso, eu lhe dou o direito do desprezo companheiro que não me olha agora por lhe faltar a coragem. Me olhe com seu sorriso de desprezo porque mesmo assim humildemente eu acato isso como crítica. Até o sorriso neste momento dramático em que eu confesso uma situação particular minha, pessoal, assim mesmo eu concordo, eu aceito. Nós precisamos ter a humildade de saber que esta é uma Casa sem paredes, que é uma Casa transparente.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me concede um aparte Deputado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Em seguida.

Será que é esse o objetivo? Devemos todos e principalmente eu me recolher com o meu substitutivo e virmos aqui amanhã votar a mensagem original, sem o conselho de reitores, sem a proposta de Ponta Grossa, que nós recebemos e em parte acatamos: "Universidade Estadual de Ponta Grossa. Comitê de defesa da autonomia. Sugestões para alterações na minuta do substitutivo ao projeto de lei". Artigo 1º, é o mesmo do substitutivo. Sugestão do Comitê de defesa de autonomia de Ponta Grossa. No Artigo 2º, 3º e 4º basicamente o que se muda se refere aos recursos em vez de aos programas de projetos. Confesso que nós man-

tivemos os programas de projetos, mas aumentamos na emenda substitutiva, e os recursos, atendendo em parte propostas do próprio comitê de defesa de autonomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Basicamente esta é a linha do raciocínio. São três divergências com o substitutivo. É preferível não ter conselho nenhum, negar-se a possibilidade da assessoria das instituições de ensino superior ao Governo? É preferível não ter a garantia do orçamento conforme prevê o Artigo 1º, e a sua correção em valores reais para propostas orçamentárias subseqüentes? É preferível manter que vai depender do Governo a autorização para criação de novos cursos? Se assim foi, retiremos o nosso substitutivo.

Não reconhecer que não houve nenhum avanço na tramitação desse processo estaremos todos nós consagrando aquilo que não queremos, o obscurantismo. Há testemunho deste caminhar. Muitos aqui estão presentes. Há testemunho das conversas e dos entendimentos a nível de Governo e de universidade. E há testemunho de que em nenhum momento se pôs como discussão à Mesa a extinção da autonomia e da liberdade que é a essência de toda e qualquer instituição de ensino superior.

Pois bem meus companheiros, amanhã teremos mais discussões. Estaremos em 2ª. Discussão. A época das emendas, a época da decisão. O momento em que vamos pensar se votamos no substitutivo, se o retiramos, e aí votamos na proposta original ou se não se vota em coisa nenhuma.

Amanhã novamente estaremos todos aqui com as nossas consciências e com aquela minha preocupação anterior. Que não sejam em todo esse debate, beneficiários pela nossa omissão, os agiotas e os banqueiros. Que não sejamos nós Deputados, homens que queiramos que as galerias fiquem vazias, mesmo de costas; as costas também fazem parte da integridade do corpo, e conseqüentemente do ser humano. Eu vejo o coração de cada jovem, mesmo pelas costas, e não me sinto nem um pouco constrangido ou diminuído.

Eu quero que amanhã, de novo, aqui, estas galerias estejam cheias. Estes bancos reservados aos Deputados estejam cheios. Façamos como na votação de sistema de Governo, na Constituinte; 54 Deputados, aqui. Este é nosso dever. E o nosso dever também é, não fugirmos ao debate, quando o povo toma conta das galerias. Este povo pode segurar o banqueiro, pode segurar o agiota, o latifundiário, o explorador da nova riqueza do subsolo. Esse povo pode garantir a liberdade de todos nós. Esse povo é que garante o Parlamento aberto. E este povo, se preciso for, novamente fará resistência. Deus nos ajude que isto

não aconteça. Vinte anos é um terço do que vive um brasileiro. Vinte anos de ditadura, que não se repita por 2 mil anos. A democracia, o debate, a galeria cheia, o povo de costas ou de frente, gritando, vaiando ou aplaudindo, isto é essencial.

Os reitores nos ouvindo; vocês todos participando. Sem democracia a salvação é a tortura, é o inferno, é a falta de liberdade.

Nós não queremos aqui o retorno à Idade Média moderna, à Idade Média dos computadores, dos generais, das botas cheias de pó autoritário, porque muita gente que lambuzou a língua naqueles tempos, talvez, volte a se lambuzar e se alimentar dessa poeira autoritária.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Deputado Nereu, permite um aparte?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu encerrei neste instante, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Domingos Scarpellini.

Vossa Excelência tem 60 minutos para discutir a matéria.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres professores e ilustre alunos, que com suas presenças, questionando, ouvindo, vaiando, ou aplaudindo enriquecem este Parlamento.

Senhor Presidente Srs. Deputados, meus ilustres jovens que aqui estão.

Ontem vimos alguns jovens universitários do nosso Estado, em Brasília. Vimos aqueles jovens que, pertencendo à Universidade Estadual de Ponta Grossa, lá estavam para defender o latifúndio. Lá estavam aqueles jovens falando em nome da UDR jovem, dos Campos Gerais. Estavam aqueles jovens a dizer que a propriedade privada deve ser garantida pela Assembleia Nacional Constituinte.

Nós vimos no final do ano, na Universidade Federal do Paraná, outro grupo de jovens que elegeram pela maioria esmagadora dos seus membros, como paraninfo da sua turma, a figura, nada menos e nada mais, conservadora e antipopular, do Sr. Ronaldo Curiado.

Nós vimos os jovens defendendo; defendendo o quê?

Defendendo os privilégios dos poderosos, lá em Brasília na Assembleia Nacional Constituinte, na Universidade Federal do Paraná, o Dr. Caiado o médico, que deveria ser médico de bois e no entanto, ainda se diz médico de gente. Aceitaram o Dr. Caiado porque ele patrocinou os cursos de formação com três ou com cinco milhões de

cruzados.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, ilustres estudantes, que estão de costas nestas horas nos ouvindo, serão estas as Universidades ou as idéias que devem ser defendidas? Será que aqueles estudantes que estavam defendendo Caiado e tendo o ilustre representante da UDR como seu porta voz não estavam equivocados com relação ao futuro?

Ouvimos aqui hoje, um Deputado falar sobre a tradição, faltou ele em dizer da família e da propriedade para ser também mais um defensor da TFP. Falou aqui o ilustre Deputado Rafael Greca sobre a sua família tradicional que pertence à elite paranaense e cujos restos mortais de alguns de seus antepassados se encontram depositados, sepultados na avenida principal do Cemitério Municipal de Curitiba. Falou ele das tradições, da cultura. Falou ele sobre uma vida de elite.

Perguntamos nós, aonde estão os restos mortais, aonde estão sepultados os trabalhadores, os índios que foram explorados como escravos, os negros que também viveram sob a chibata das tradicionais famílias da nossa província, da nossa colônia e da nossa República? Disse ele, respondendo ao Deputado José Felinto, a minha família estava aqui em 1912 e a sua aonde estava? Certamente não quis o Deputado discriminar ou tentar de uma forma mais radical dizer que o nosso café-com-leite, José Felinto, não tinha berço e era um "Zé ninguém", portanto, não estava nas tradições e na elite de Curitiba e do Paraná? As pedras que foram colocadas na Estrada da Graciosa, Deputado Rafael Greca, como V. Exa. mostra o feito, foram, certamente, boa parte delas sob a administração da sua família. Tem placas que homenageiam os arquitetos, os engenheiros, mas não sobram placas para homenagear os trabalhadores, não sobram nunca placas para os pedreiros, para os carpinteiros, para os trabalhadores braçais, para o mulato que antecedeu o antepassado de José Felinto, para o colono de onde eu também me origino, sobram sempre placas para homenagear os grandes e os poderosos.

V. Exa. falou na universidade do futuro.

V. Exa. falou que Hitler invadiu a universidade, queimando os seus livros, que Hitler invadiu o Parlamento e queimou o Parlamento. Muito mais do que isso, invadida também foi a privacidade de cada cidadão, naquela época, invadidas as igrejas e quebrada toda a garantia individual das pessoas, milhares de pessoas foram sacrificadas e mortas.

Vossa Excelência faz o uso de retórica, faz um grande teatro, onde se apresenta como o defensor das soluções para as

crises que se apresentam. V.Exa., assim como tantos outros que defenderam o regime autoritário e que têm saudades do regime autoritário, que gostaram da prática do monólogo "ligue a televisão hoje às 20:00 horas em sessão ínica e assista o ex-ministro da Educação Jarbas Passarinho, falando pelo Partido do PDS, o partido de onde nasceu V.Exa. para vir nos ilustrar e para vir aqui colaborar neste Parlamento.

Não perca esta oportunidade, lá hoje, certamente o Sr. Jarbas Passarinho vai falar sobre a usina atômica, orgulho nacional, que custou aos cofres desta nação vinte bilhões de dólares. Nesta sessão ínica, de uma hora pelo horário da justiça eleitoral, o Senhor terá oportunidade de rever novamente o grande sonho do Brasil, a integração nacional dos anos 70, a construção da grande rodovia Transamazônica, lá V.Exa. irá ver aonde 12 bilhões de dólares também foram jogados água abaixo.

V.Exa. terá oportunidade também de ver a grande ferrovia do aço, mostrada pelos trilhos de ouro que ali repousam, que custam aos ombros da sociedade brasileira mais de 4 bilhões de dólares.

V.Exa., entre outras obras, também poderá ver ali, as águas e a névoa das turbinas de Itaipu, que custaram ao povo brasileiro 30 bilhões de dólares.

Não perca esta oportunidade. Sessão ínica hoje às 20:00 horas em cadeia nacional.

Nós veremos falar que a revolução de 1964 veio para salvar o Brasil do comunismo que estava nas mãos de João Goulart um ato para transformar este País na república sindicalista da América Latina.

Nós veremos todas estas obras hoje resumidas na boca de Jarbas Passarinho que foi o Ministro colaborador, o Coronel Jarbas Passarinho que foi o Ministro colaborador, o Coronel Jarbas Passarinho, que juntamente com Ney Braga estiveram no Ministério da Educação e que esqueceram naquela época que o Paraná existia e que os estudantes brasileiros precisavam de ter autonomia e não revogaram, muito pelo contrário, acirraram ainda mais o cumprimento do Decreto-Lei n° 477 que intervia na autonomia, não na autonomia financeira, não na fiscalização da universidade, mas que fiscalizava a idéia dos estudantes, cerceando o pensamento das universidades e daqueles que frequentavam os seus bancos.

O Sr. Rafael Greca - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Na sequência. V.Exa., ilustre Deputado, Deputado que realmente tem trazido a este Plenário a eloquência do seu verbo, fala na Universidade de Salamanca, fala que teria sido um

cristão na ARENA, sai da ARENA sem arranhão, certamente deve ter algum acordo entre o cristão e o leão. Fala em uma universidade do futuro, se esquece que teve outras oportunidades de falar e não falou.

Disse ele que foi preso pela polícia do Governo em 1979, como orador da turma de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná.

O Sr. Rafael Greca - É verdade. É verdade, como é verdade que V.Exa. por defender o Ato 5 foi expulso ou quase expulso do PMDB.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Nós vamos chegar lá, também, e eu vou conceder o aparte no momento oportuno.

Fala ele que é preso pelo arbítrio da ditadura e no entanto não se emenda. Assim mesmo se filia ao Partido da ditadura e sai junto com Saul Raiz, com Ney Braga, defendendo o PDS e se elege Vereador pelo Partido do Governo que tinha mandado lhe prender.

Difícil realmente de entender certas situações.

Não sabemos a que duplicidade se dá a inteligência do ilustre Parlamentar que beija o chicote que lhe bate, que aplaude a mão que lhe atraiçoa.

Realmente é preciso fazer um grande exercício de memória para entender a razão desta sua postura, ilustre Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Então me conceda o aparte agora.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - V.Exa. fala no seu discurso sobre a tradição, a elite, o Paraná não é feito só de tradição e elite. Aqui certamente entre estes estudantes que nos honram com a sua visita terá uma grande parte de estudantes filhos de trabalhadores.

Nem todos tem o privilégio de nascer no berço de ouro que nasceu o Deputado da elite curitibana.

Nós precisamos aqui entender a universidade como um todo. A universidade não é uma coisa isolada, ela não é uma instituição separada de todo o resto da sociedade: ela é a sociedade em continuação. A universidade deve ser a universidade que questiona o uso da terra, que questiona e defende as reformas sociais que devem ser implantadas através dos programas de reforma agrária, de moradia, de saúde e de educação.

A universidade não pode ser assim como aquelas sepulturas dos antepassados do Greca lá no Cemitério Municipal.

O Sr. Rafael Greca - Os de Macedo, não dos

Greca.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI- Ou dos Macedo, que me perdoe.

O Sr. Rafael Greca- Os de Macedo. Os Greca estão enterrados no Cemitério Santa Felicidade.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Que me perdoe o equívoco cometido. Mas a Universidade não é um túmulo, a Universidade tem vida: ela fala, ela discute, ela questiona. E é por isso que o Mundo caminha em busca da felicidade.

Karl Marx disse que o homem deve caminhar atrás de um ofício pelo qual ele faça o maior número de pessoas felizes. Certamente Marx que sonhou, que fez um manifesto, que procurou através das suas escritas cientificamente planejadas dizer como é que os homens deveriam viver, Marx muitas vezes se sentiria envergonhado em ver alguns dos seus seguidores defendendo a participação das elites e defendendo as desigualdades.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quantos exemplos nós temos de corrupção cometidos sob a tutela de autonomia financeira e administrativa da instituição. Lá em Apucarana, ilustre Deputado Rafael Greca, é bom que se fale aqui que Vossa Excelência estava pelas ruas andando com Ney Braga e nós estávamos aí andando atrás de uma intervenção na Faculdade de Apucarana.

Mas como que nós estávamos falando em intervir na Faculdade? É! Nós estávamos sim com uma petição assinada por mim e por meu irmão, que é o Prefeito; nós queríamos que fossem apuradas as irregularidades que haviam sido cometidas naquela instituição de ensino. E no entanto, o Tribunal de Contas, o Governo do Estado, que era o seu Governo, não permitiu a fiscalização. Coube a nós apresentarmos as provas para que o Governo afastasse o diretor que tinha se apropriado em dinheiro corrigido de hoje, em mais de 50 milhões de cruzados. Isso foi objeto de uma decisão judicial porque o Governo da época que deveria fazer a fiscalização, que deveria atender as denúncias formuladas desta tribuna contra aquela instituição, ou contra o diretor, o mesmo Governo que o Senhor pertenceu, não fez as devidas fiscalizações. Falar em autonomia da universidade quebrada pelo projeto do Governador Álvaro Dias é o mesmo que não acreditar na inteligência dos jovens que aqui estão.

Ora, quebra de autonomia de universidade é muito diferente. A quebra de autonomia se dá por uma intervenção direta sobre os assuntos científicos, sobre todos os assuntos da universidade. Quebra e in-

tervenção se dá como eu vim acompanhado do Padre Ernesto Cardenal, Ministro da Cultura da Nicarágua, quando visitamos a Universidade de Leon, que lá estava a autonomia da universidade nacional jogada ao chão pelas tropas e pelas mãos e pelas baionetas de Anastácio Somoza. Aqui a fiscalização apenas será feita para ao invés de mantermos 8 ou 10 mil estudantes nas nossas universidades, com o mesmo dinheiro, democratizarmos e abriremos mais oportunidades para os filhos dos trabalhadores que, muitas vezes, no vestibular, que se afunila sempre, são jogados para fora.

A universidade, se fosse possível, deveria ser para todos e não apenas para uma parcela da população. Então é preciso se fazer um uso mais racional do dinheiro para que possa se abrir mais os espaços universitários para que os filhos dos trabalhadores também tenham acesso. Eu me lembro, Deputado Rafael Greca, quando fazia o curso de Direito, a minha preocupação era sempre com o começo de mês quando tinha que pagar a faculdade; era realmente, aterrorizador o início do mês quando tínhamos que comparecer no guichê, na tesouraria para pagarmos o nosso curso. No entanto hoje, os nossos estudantes da Universidade Estadual, das Faculdades Estaduais têm garantido o curso sem pagamento algum.

Agora, quem paga os professores? É o povo do Paraná através do seu Governo, através do Estado organizado. O povo quer saber como é que é pago isso: há professores, há a universidade. Todos têm o direito de saber o que é feito com o dinheiro que é remetido para as universidades. Todos têm o direito, deade o bôia-fria, os sem-terra, os sem-teto têm o direito de saber e o Estado tem a obrigação de fazer a fiscalização para através desses recursos atender ao maior número de pessoas possível, fazendo com que, uma maioria possa ir à faculdade com o mesmo recurso.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós queremos hoje, dizer que, estes jovens que aqui estão, muitas vezes até, mecanicamente, se manifestam, comandados por um ilustre Professor que toma assento, nesta tribuna de honra a nossa frente, queremos questionar com uma pergunta de Chaplin: "Não sois máquinas, homens é que sois". Estão todos aqui já de caso pensado, já vieram com o espírito de aplaudir a uns e vaiar outros? Ou vieram para ouvir e para discutir, para, em uma troca de idéias, que é a prova da inteligência até se manifestar de maneira diferente da maneira anterior a que pensavam? Acredito que sim. Não podemos imaginar que os nossos jovens sejam como computadores, sejam como fliperamas e sejam acionados e ligados sem o poder da inteligência.

Os homens, as mulheres, os trabalhadores, os jovens, não nasceram apenas para apertar botões, acionar guindastes. Os homens, as mulheres e os jovens nasceram para se reunir e para decidir com bom senso e inteligência em busca da felicidade.

O mundo certamente será muito mais feliz a partir do momento que todos nós pudermos ouvir, discutir e pudermos ter liberdade para pensar.

O mundo, não é o mundo que o Deputado Rafael Greca disse, aonde estava a sua família, Deputado José Felinto. A família do Deputado José Felinto estava no mundo. Porque se não estivesse ele não teria chegado aqui.

Os recursos naturais renováveis estão aí nas maneiras mais variadas para nos oferecer através das leis naturais a vida. E nós acreditamos que as senhoras, que os senhores que serão pais e mães certamente querirão encontrar um mundo melhor para os seus filhos, uma universidade que seja garantida para os seus filhos. A universidade que foi cerceada e tirada de milhares de pessoas que gostariam de ter a oportunidade que os senhores têm, e não tiveram.

Certamente, os estudantes, ao virarem as costas devam estar imaginando que isto irá nos abater, ou nos afetar, eu quero dizer, meus ilustres jovens, que a maneira de se manifestar, é válida, entendemos perfeitamente este momento.

Mas nós convidamos os senhores, senhoras e jovens para um repensar, não só nesta questão das universidades, que voltem depois de discutido tudo isto para as universidades, e de lá no dia-a-dia, na convivência com seus colegas, que voltem depois para a sua cidade e lá, na convivência com a sua família e com a sua sociedade, transmitam uma maneira de se viver com mais humanidade em busca de dias mais felizes para vocês e para os seus.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Ao encerrar o nosso pronunciamento queremos agradecer aqueles que, mesmo de costas, se mantiveram em silêncio para que pudessemos concluir as nossas palavras. Tudo o que estamos vivendo neste momento e tudo o que aqui presenciamos, certamente valerá a pena e servirá como lição para o futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Pedro Tonelli.

Vossa Excelência tem 60 minutos para proferir sua oração.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes.

Certamente não iremos usar todo o tem-

po, a não ser que seja necessário, pois a discussão dos que vieram antes já deve marcar com clareza as posições, os questionamentos que por certo irão nortear o nosso voto, aliás um voto decisivo, quando iremos votar hoje especialmente a constitucionalidade ou não desta mensagem do Governador e que interfere na comunidade universitária paranaense.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Pedro Tonelli, a propósito dos que vieram antes eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência um aparte ainda antes do Partido dos Trabalhadores, pelos seus lábios, proferir a defesa das instituições universitárias.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lhe concedo.

O Sr. Rafael Greca - É para dizer o seguinte, que eu gostaria muito que tivesse o povo do Paraná moderno, o dom que têm os índios. Os índios têm o dom de nunca esquecer. Aliás, os negros da África também. Este livro que é um ensaio sobre os tempos sombrios, de uma filósofa e professora universitária, reporta aqui esta frase num ensaio de uma professora universitária da Dinamarca que foi viver entre os índios da África. Ela diz que os índios têm um grande dom, de nunca esquecer.

Agora não lhe dou as costas, mas me viro para o Deputado Pedro Tonelli para dizer o seguinte, que a vida é essência e é elixir. Tanto a vida é essência, que ela nos possibilita avançar a cada momento. Se tomamos um cálice de amargura num tempo, se erramos num tempo, se defendemos o Ato-5 num tempo, podemos depois retomar as nossas posições e avançar. Por exemplo, eu que nunca defendi o Ato-5, eu que nunca defendi o Decreto-Lei 477, eu que fui estudante da Universidade de Engenharia, mantive um jornal generoso e libertário que aliás me deu muitas alegrias entre elas a de conhecer a minha atual companheira, a Margarita, porque ela se entusiasmou pelo meu jornal e me veio visitar no diretório acadêmico.

Muito bem, eu depois trabalhei com o Dr. Jaime Lerner traçando os caminhos da Cidade, talvez tenha errado em não discutir as elevadas questões nacionais, mas entrei no PDS no tempo em que a anistia já havia sido decretada, talvez tenha errado em só pensar na minha aldeia e não pensar no País inteiro. Mas eu na época tinha presente uma idéia de Tolstoi de que quem quer ser universal, deve cantar e deve cuidar da sua aldeia. E é da aldeia de Curitiba que quero falar. Por certo há índios enterrados, batizados, na Praça Tiradentes, ali embaixo do lugar sagrado onde a matriz foi construída e onde o PMDB premiou o Senhor Pedro Lauro com uma banqui-

nha de cafexinho. Eu não sei se estes índios, que têm o dom de nunca esquecer, incamodam a consciência peemedebista do Senhor Pedro Lauro. Agora, uma coisa eu sei; o Coronel Passarinho, o Senhor Antônio Carlos Magalhães e o atual Governador dos paranaenses o bacharel em História, Álvaro Dias, estiveram juntos no festejo da traição do povo e do adiamento das eleições, recentemente realizado em Brasília. Naquela ceia, nós não tivemos assento. Felizmente! Naquela ceia, muitos eram os traidores do povo. E talvez seja injusto um só ser chamado de Judas.

Há outra coisa que eu também sei: que a história fala em nome dos reis. Claro que a história fala em nome dos reis! Como os anúncios oficiais, hoje, falam em nome dos poderosos do PMDB, do Plano Cruzado. Como as câmaras de televisão hoje prestam mais atenção para as grandes bancadas, que o PMDB tem, nas mais elevadas esferas da Nação, da Constituinte até às Câmaras de Vereadores, decorrentes do Plano Cruzado. Mas, há que se fazer a pergunta do poeta antigo: "Porventura os reis carregaram as pedras?" Claro que não carregaram as pedras. Então, um dia a história há de falar em nome do povo. E quando é que a História falará em nome do povo? Ela vai falar em nome do povo a partir do momento em que exista um acesso às mesmas oportunidades, para todas as gerações.

Eu tinha e tenho o grande dom de nunca esquecer.

Eu não quero dos antigos fazer memória, nem dos senhores da erva-mate, nem dos da madeira, nem dos do café, nem de nenhuma das elites que atualmente ainda compõem o perfil econômico da injusta sociedade do Paraná.

Eu quero fazer memória, exatamente do passado tenebroso e sombrio, inteiro deste Brasil sem universidades autônomas, desde o tempo da Dona Maria "A Louca".

A América do Norte, a matriz do atual modelo colonial, já tinha universidades há três séculos passados.

A América espanhola em Lima, em São Francisco de Quito, em Assunção do Paraguai, em Buenos Aires, já tinha universidades há 4 séculos passados e nós, no entanto, só viemos a ter universidades, a partir de 1912 e nós no entanto, ainda temos um Governo proibindo em Maringá, um Curso de Odontologia e um Curso de Medicina.

Onde há democracia, quando ainda - ainda que todos os estudantes universitários sejam sinhozinhos, quando ainda o sinhozinho tem que estudar do outro lado do mar, distante da sua casa, para poder ser - transformador.

Onde há democracia, Deputado Pedro Tonelli? Tem mais. Tem mais uma coisa. Le-

vantou-se hoje uma grande injustiça contra o DCE da Universidade de Ponta Grossa. Os jovens estudantes representantes do DCE da Universidade de Ponta Grossa não estão ligados à União Democrática Ruralista.

Eles derrotaram ...

(Manifestação nas galerias).

(Assume a Presidência o Deputado Antônio Annibelli).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
(Faz soar os tímpanos).

Essa Presidência pede às galerias que se conduzam com dignidade, como essa Presidência tem levado com muita liberdade a sessão e não será através do Deputado Rafael Greca querendo jogar as galerias contra os Deputados, que nós vamos aceitar.

Então peço às galerias e ao Deputado Rafael Greca, que se conduzam para que possamos continuar tendo esse espetáculo democrático vivido neste dia.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - (Pela Ordem)

Apenas para esclarecer. Quando estava na tribuna eu afirmei que um grupo de estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa - não disse que eram os representantes do DCE e nem disse que aqueles estudantes representavam a maioria dos estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Eu apenas fiz uma memória daquilo que ocorreu em Brasília na Constituinte, onde este grupo de estudantes ligados às famílias tradicionais, ligados à terra estavam lá, no sentido de verem mantidas na futura Constituição o direito da propriedade do latifúndio improdutivo.

Foi isso. Portanto, o ilustre Deputado Rafael Greca, que faça uma retificação.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor

Presidente: a sua conduta, à frente desta Presidência, tem sido uma demonstração de democracia e de um espírito, realmente, de um Presidente que deve adotar a postura de imparcialidade e de independência, a nível de Bancada.

Eu não posso aceitar o que disse Vossa Excelência, imputando ao nobre Deputado Rafael Greca a culpa ou manobra, junto àqueles que se encontram nas galerias. A galeria se manifesta pelo inconformismo e por esta Mensagem que veio a esta Casa, não porque está sendo manobrada pelo Deputado Rafael Greca; ele faz o seu papel.

A manifestação é livre de cada um.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A

questão de ordem de Vossa Excelência, papel eu não vou responder, quem faz, Vossas Excelências, todos, sabem. Porém, esta Presidência, não admite, que tentem jogar

as galerias contra a Organização desta Casa, sob pena de marcarmos uma data negra nesta Casa. Jamais eu aceitarei que alguém queira desmoralizar a Assembléia Legislativa.

Continua com a palavra o Orador que se encontra na tribuna.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Pedro Tonelli, é para fazer a mais bela das homenagens que esta Assembléia merece, que eu vou concluir e usar ainda o seu tempo, concluindo o meu aparte.

Valha sobre esta Assembléia, o espírito luminoso dos Deputados corajosos de todos os partidos, que aos idos de 1912, fundaram aqui, em outro endereço por certo, no endereço da Rua da Liberdade, estando em outros partidos por certo, que não o PMDB do Plano Cruzado, fundaram aqui a Universidade do Paraná, a Universidade de Curitiba.

Valha sobre esta Assembléia, a luz dos tribunos, que nos antecederam, do Bento Munhoz da Rocha Neto, do velho Accioli Filho do ilustre e brilhante, pai do Deputado Antônio Annibelli.

Todos juntos, todos velhos, alguns mortos, outros ainda vivos. Nenhum deles, conseguiria ver no rasgar de uma lei injusta, algum ato de sublevação contra o império da lei e da democracia que aqui deve valer e valer sempre.

Cria sobre esta Assembléia da luz que vem do mais fundo dos tempos, da noite dos tempos que Platão recorda também na República, esta República, o livro predileto do Deputado Nestor Baptista. Venha sobre esta Assembléia, da noite dos tempos, o espírito universal, o espírito do Universo e este Deputado Pedro Tonelli, este será sempre radioso, luminoso, brilhante. Este será sempre pelas universidades, apesar do Príncipe, apesar do Poder, apesar do Palácio.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço as considerações do nobre Deputado Rafael Greca e espero realmente que esta marca fique registrada nas notas taquigráficas da Assembléia Legislativa porque isto nós poderemos, da mesma forma que fizemos na semana passada, avaliarmos, o comportamento do Governador Álvaro Dias, comparando sua prática no Poder com o seu discurso na Câmara Federal 10 anos atrás.

Então, eu faço questão que fique registrado porque amanhã o PDT, o PT, não sei quem estará no Poder. Daí sim a população terá um documento em mãos para confrontar a prática com o discurso do passado.

Quem diria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que 20 anos depois daquela

luta em 1968, luta na Universidade do Estado do Paraná, naquele tempo como hoje a comunidade universitária tem que ir para a rua sofrendo frio, chuva, enfrentar a ditadura militar.

Quem diria que 20 anos depois, 1988, a história se repetisse.

Vamos analisar esta mensagem.

Completamente, visivelmente inconstitucional.

A Lei Federal n. 5540, a lei da ditadura garante a autonomia didática, pedagógica, administrativa e financeira. Vinte anos atrás, graças à luta da comunidade universitária daquela época.

No artigo 8 da Constituição Federal, garante a autonomia didática, pedagógica, administrativa e financeira das instituições de ensino superior.

Qualquer cidadão que sabe ler a Constituição saberá também interpretá-la. Sabe-se também, que está a nossa Constituição Estadual contemplada com autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira exercida na forma da lei e do seu estatuto.

Já foi dito aqui e repito, para que todo mundo não esqueça da questão fundamental. E é de se perguntar Senhor Presidente e Senhores Deputados, mudou a hierarquia das leis? Pode o Governador tomar uma iniciativa contrária à lei maior, à lei que está contemplada na Constituição Federal? Não pode. A não ser que a água corra para cima. Não pode mudar. A hierarquia das leis continua. Nós não estamos num outro sistema. É o mesmo que vigora. É a mesma ordem institucional que prevalece.

Por isso, creio eu, que a nossa compreensão deverá ser de um voto contra a intenção de intervir ilegalmente, inconstitucionalmente contra a liberdade e autonomia da comunidade universitária que, aliás, continua sendo a luta não só delas, como de toda a sociedade.

Diz-se que um dos argumentos para intervir nas universidades é o problema financeiro do Estado do Paraná.

Nós não podemos concordar.

Reduzindo-se os gastos com a educação, iria-se sanar os problemas financeiros dos cofres públicos do Estado do Paraná, num governo sério, nós teríamos que ver que, a primeira coisa que deveria acontecer, seria acabar com a Secretaria Especial de Ensino Superior que foi estabelecida como disse muito bem o Parlamentar que me antecedeu, foi constituída não para gerir o ensino superior do Estado do Paraná, mas confusonar.

Portanto, a extinção dela seria o começo de uma sanidade financeira nos cofres públicos do Estado do Paraná.

Mas, não é isso que se propõe. Alega-se que temos que diminuir os gastos nas

universidades, por isso manda-se esta mensagem para a Assembléia Legislativa.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, certamente não podemos concordar com qualquer postura política corporativista que por ventura venha a ser defendida pela comunidade universitária. Não concordamos com o corporativismo, não.

Sabemos muito bem que a comunidade universitária do Paraná tem ciência que a autonomia que eles querem é uma autonomia em relação ao Estado, em relação a um poder; é uma autonomia em relação ao partido político que governa. Mas, em momento algum me consta que em todos os documentos, em todas as conversas que nós, do Partido dos Trabalhadores, tivemos com a comunidade independente em relação à sociedade como um todo.

Essa posição está firmada em todos os pronunciamentos da universidade, que ela tem um compromisso e deve explicações e deve prestação de contas para a sociedade que lhe sustenta e que precisa tanto das universidades.

Outro aspecto eu gostaria de chamar a atenção dos nobres Pares; estamos discutindo uma matéria, nesta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que daqui a 3, 4, 5 ou 6 meses, eu não sei, nós estaremos discutindo tudo de novo, com a Casa cheia, se o Regimento da futura Constituinte Estadual permitir, o que eu creio que será contemplada.

Por que vamos mexer, vamos mudar o organismo que controla, que administra, que faz funcionar as comunidades universitárias, se, possivelmente daqui a 3 meses, após a promulgação da Nova Constituição, nós estaremos aqui, discutindo tudo de novo? Portanto, eu tenho que concordar com a propositura do companheiro Deputado Edmar Luis Costa, do PMDB, que propõe, via requerimento, que se adiasse, que se retirasse o Regime de Urgência, discutíssemos isso daqui a 3 meses, e o que for aprovado vai valer por 50 anos, por 80 anos, por 100 anos, ou quem sabe para sempre!

Vamos levar em conta esta preocupação!

Creio eu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós não temos mais muitos argumentos para justificar a luta incansável, reconhecível da comunidade universitária, que vive viajando para cima e para baixo, que vive discutindo, que vive dialogando, que vive até pressionando, com sua justiça, com sua capacidade, com sua inteligência a sua luta por autonomia e liberdade!

Não é só a universidade! Quando o sindicalista, e esta luta continua, parte da sociedade, e os trabalhadores organizados na sua categoria, lutam, veementemente, por sua liberdade e sua autonomia sindical!

Este Parlamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, desde que aqui estou, há 14 meses, toda semana ouço Parlamentares dizerem que nós não temos autonomia, que nós não temos liberdade, que nós não temos prerrogativas, que nós somos dependentes de quem não tem direito de impor ordem a este Parlamento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Pedindo escusas ao Deputado Pedro Tonelli, nós queremos registrar a presença, em visita a esta Casa do componente da Casa Civil, do Palácio do Governo, o Veredor Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência registra com muita satisfação a presença do Vereador Neivo Beraldin, sub-chefe, que nos honra representando o Governador, na Administração Estadual.

Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta luta pela liberdade e autonomia é uma luta da sociedade, como um todo! É uma luta incansável? Sabem por quê? Porque este Legislativo, infelizmente tem demonstrado, sou testemunha disso, nestes 14 meses neste Parlamento, que está de joelhos diante do Palácio Iguagu, por sua vez o Palácio Iguagu está de joelhos diante do Governo José Sarney, que não foi eleito pelo povo, mas foi eleito por negociação da Aliança Democrática, e que por sua vez o Governo José Sarney está de joelhos diante de um Fundo Monetário Internacional. Que a sua última exigência para o Brasil continuar tendo crédito junto a este fundo é a privatização da saúde e a privatização da educação, e nós sabemos que o melhor caminho para privatizar a saúde e para privatizar a educação, é primeiro passar o controle do Estado e depois o Estado concede a quem ele quiser. Portanto, essa decisão que tomaremos hoje, não é uma decisão por liberdade e autonomia somente da comunidade universitária, mas é da sociedade como um todo, é de uma sociedade que tem um poder que se diz democrático, que é a Assembléia Legislativa. Então a nossa independência, o nosso levantar diante do executivo, levantar de pé e não ficar de joelhos, significa um degrau na conquista da democracia, na conquista das prerrogativas, que nós mesmos, lutamos e falamos muito em nossos discursos.

Vinte anos depois, ninguém imaginava que nós estaríamos no ponto de partida, retrocedendo em alguns pontos e avançando em alguns poucos. Mas, creio eu que a

consciência prevalecerá e a vontade da razão quebrará pedra, a vontade da razão superará todos os obstáculos impostos à sociedade brasileira e paranaense.

Quem diria? Quem diria que nesta data, nós estaríamos aqui neste Parlamento discutindo, lutando veementemente para garantir um direito de sobrevivência da comunidade universitária, provocada por aqueles que estiveram na Universidade de Londrina? O Governador Álvaro Dias esteve lá, o Secretário Ascêncio Garcia Lopes, esteve lá, Edson Gradiá esteve lá, Teófilo Bacha esteve lá, o Governo que Governa veio da Universidade de Londrina. Por isso, quem diria?

Isso nos preocupa e certamente teremos uma reflexão profunda, não quero culpar a Universidade de Londrina, porque se eles aprenderam isso na Universidade de Londrina, creio eu que Londrina teria que pedir desculpas, mas creio que não.

A força do autoritarismo, do imperialismo internacional e nacional, a força do Poder que domina todos os setores da sociedade contaminam e fazem com que as idéias elaboradas nos laboratórios ideológicos, que são as universidades, sejam jogadas no vazio. A dominação ideológica é o controle da sociedade como um todo. Não é à toa que o capitalismo internacional tem o interesse de controlar a comunicação, de controlar a religião, de controlar a educação, porque quem controla as idéias controla a economia, portanto tem que acabar com o controle da universidade pela sociedade, porque ela é um laboratório de idéias, e o Estado controlando esse laboratório de idéias, idéias que se reproduzem pela sociedade, serão aquelas que interessam ao capitalismo dominante.

Portanto, sem me alongar Senhor Presidente, Senhores Deputados e demais presentes, não quero repetir aqui a argumentação pronunciada pelo Deputado Rafael Greca, pelos Deputados Valderi Mendes Vilela, pelo Deputado Lindolfo Júnior, pelos Deputados do PMDB que, com toda liberdade, o fizeram, ouvimos atentamente porque é através do debate que se cresce. Certamente daqui alguns instantes nós, 54 Deputados no nosso gesto de levantar e sentar, estaremos traçando o futuro mais frio, mais triste, mais preocupante e menos preocupante para as quatro famílias universitárias do Estado do Paraná. As suas faculdades que certamente terão alegria em sair daqui e voltar para casa com aqueles seus cartazes não constando nenhum nome naquele cartaz dos traidores das universidades. Eles voltariam muito felizes, e a sociedade como um todo ficaria muito feliz em ver que ninguém quis colocar o seu nome, não foi preciso colocar o nome de ninguém naquele quadro branco do seu cartaz.

O Sr. Rafael Greca - Permita-me um aparte, Deputado?

É só para dizer Deputado Pedro Tonelli, que me informa, um integrante da comunidade universitária que vão fazer gravar em ferro em bronze, os nomes dos Deputados e as suas posições, em cada um dos vários campus universitários e das faculdades isoladas. Nós estamos diante de um impasse, ou o monumento às trevas e aos tempos sombrios e ao poder que quer permanecer autoritário, ou o monumento ao futuro a esperança e a possibilidade de termos uma Assembleia mais moderna ainda, mais brilhante, mas do agrado do Deputado Annibelli que tanto preza a Casa, do que a Assembleia de 1912 que enfrentou o Governo Federal e criou a primeira universidade do Brasil nas terras do Paraná.

Era isso.

O SR. PEDRO TONELLI - Portanto, Senhor

Presidente, Senhores Deputados, eu me sentiria triste em ver cenas como pude testemunhar e presenciar no ano passado, quando eu visitei a América Central. Visitei a Universidade de São Salvador, Capital de El Salvador, aonde senti uma comunidade inteira, uma universidade inteira atuando em desrespeito à lei, em desrespeito ao poder, comprometido num processo revolucionário com a população de El Salvador, desobedecendo o poder da democracia cristã do governo de Napoleão Duarte que segue a cartilha do Governo Reagan, dos Estados Unidos. Eu me sentiria triste em ver no futuro, a família universitária afirmando que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná foi conivente com a ditadura, com o imperialismo e com o autoritarismo.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

Vossa Excelência tem 60 minutos para discutir a matéria.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Vive a Assembleia Legislativa, na tarde de hoje, um de seus momentos de grande participação. Afinal de contas, exercer um mandato é tomar posições de acordo com a consciência de cada um. Poderia simplesmente, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, atendendo a ordem de comando da Mesa, levantar-me ou sentar-me na hora da votação do projeto, aprovando ou rejeitando.

Ouvi da tribuna, e ouvi há dias atrás, colocações antecipadas do nome, da foto-

grafia, em cartazes daqueles que traíssem a comunidade universitária. Ouço, agora, por parte do Deputado Rafael Greca, a informação de que nas universidades se gravará, no bronze, o nome daqueles traidores do ensino do nosso Estado e do nosso País; dos benfeitores também, por certo, seu nome constará como benfeitor.

Nasci num mundo estudantil, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Fui presidente de turma, fui Presidente de grêmio, fui presidente da União Municipal de Estudantes, participei de união estadual, participei da UPES, da UCHES, e de conclaves da UNE. Fiz citações aqui neste Plenário, de 1968, de 1969, garantindo a autonomia universitária. E vejo que as lutas de então, quando estudante, proclamávamos o direito nessa Nação, do cidadão brasileiro ter um ensino, foram todas equivocadas; porque pela assertiva de muitos Parlamentares que nos antecederam na tribuna, os diplomas de 1968, os diplomas de 1969, garantiam a autonomia universitária, que eu não consigo entender.

E me perdoem os estudantes, com quem pretendo conversar de frente, olho no olho, expondo minha posição certa ou errada, mas, com princípio de quem tem que decidir para votar.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares: eu me lembro, quando cursei a Universidade, que se introduziu no curso universitário uma matéria chamada Moral e Cívica. Introduziu-se também no curso secundário, a mesma matéria. O professor passava pelo crivo do SNI para poder lecionar Moral e Cívica. E isso, segundo a colocação de muitos, não feria a autonomia universitária. Os diretores foram nomeados após os currículos terem passado pelo SNI. Os professores na sala de aula, cerceados no direito de ir na profundidade das matérias, sob pena de responder IPMs, pela levianidade de colocar aos alunos a formação da Pátria que nós queríamos.

Estudantes, militantes políticos de associações de estudantes, presos, jubilados dos seus cursos, e vêm aqui Parlamentares me falar, que daquela época, nós tínhamos autonomia universitária, apenas porque esse projeto não estava votado.

Eu gostaria também de saber, a partir de segunda-feira, quando, pela última vez, for votado este projeto, e os nossos estudantes se adentrarem nas suas universidades, por causa dele será que o professor será cerceado de expor a matéria de acordo com o seu currículo, a sua competência? Será que será tirado alguma matéria do currículo escolar, ou serão acrescentadas matérias que não interessem ao mundo universitário de hoje?

Será que iremos proibir com isto aqui, que a universidade possa viver didática-

mente a sua própria vida? Ou será como houve afirmativas da outra tribuna que nós estamos diminuindo os recursos da educação? Eu perguntaria em que item, em que artigo, em que parágrafo, este projeto está diminuindo os recursos da educação? Está criando um conselho e um conselho que diz claramente: Senhores, a CRUESPAR é constituída por reitores das Fundações, Universidade Estadual de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual do Oeste, quatro Diretores das Instituições de Ensino Superior das Faculdades Isoladas, mantidas pelo Estado do Paraná e pelo Secretário Especial do Ensino Superior, Tecnologia e Planejamento. Na sua totalidade formada ...

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado, me permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA... por Reitores, na sequência, eu não estou conseguindo entender e gostaria de dialogar sobre isso. Aonde se tira autonomia universitária, a partir do momento que se forma um conselho para discutir as propostas estudantis, as propostas universitárias, as propostas de ensino? Aonde diz que é proibida a instalação do curso de medicina em Maringá e eu não quero me anteceder a uma emenda que, possivelmente, entrará amanhã e que ainda é discutida pela nossa Bancada. Onde diz não pode? Senhores, uma lei imperativa de proibição, quando ela diz não, não pode, é vedado. Nós estamos votando um projeto que pede o diálogo. E como aperfeiçoar o ensino no País se não for através da própria troca de experiência das Universidades e mais ainda, traidor do que? Assumo esta postura, aqui na tribuna, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, porque se agraciado for com minha fotografia num destes cartazes, eu quero que seja um ato consciente.

Prefiro não caminhar, não de cabeça baixa, porque de cabeça baixa eu não posso enxergar o céu. Prefiro caminhar com a cabeça empinada, porque, vendo o céu, não enxergarei os obstáculos da terra. Prefiro caminhar de frente, porque de costas eu não poderei enxergar os horizontes da vida futura.

Prefiro caminhar com a cabeça erguida, porque ela poderá me mostrar a dimensão dos meus atos e o futuro que eu espero poder conquistar para os meus e para os nossos companheiros brasileiros.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, de nada vale este festival de oratória e de conhecimentos. Em muitos e muitos momentos fugimos da discussão da questão universitária. Fizemos desta Assembleia, no dia de hoje, um cenário im-

portante para podermos extravasar os nossos pensamentos, para podermos tentar captivar a simpatia dos estudantes, que aqui estão e que eu respeito, e que não por ser Parlamentar hoje, que deixo de viver a condição de estudante. Porque recentemente, inclusive, fui enfrentar um vestibular na tentativa de poder estudar de novo. Mas, a educação num sentido mais amplo que precisa ser analisado e falo, aqui, pedindo vênias aos Deputados de outras regiões, aos professores e até mesmo aos estudantes, porque represento uma parcela do Paraná, que se chama Sudoeste. Sudoeste que não tem nenhuma escola estadual. Sudoeste que os alunos viajam 100, 200 quilômetros todas as noites pagando ônibus do próprio bolso para poderem chegar às faculdades isoladas. Sudoeste que os alunos levantariam as mãos aos céus agradecendo se tivessem conquistado os benefícios de Londrina, Maringá, Ponta Grossa já conquistaram, que é o ensino gratuito.

Falo também, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, porque o ensino universitário pressupõe uma formação anterior, falo e isso terá que ser dito por muitos Parlamentares da minha região, lá nas suas bases, quando o espetáculo for outro, quando a defesa do dinheiro público jogado à educação, tiver que responder nos distritos a falta de 2º grau, tantas e tantas vezes pleiteada por nós na Secretaria e que a resposta da Secretaria, é de dizer que não podemos instalar 2º grau enquanto milhares e milhares de crianças são analfabetas neste País, por falta de escola primária.

Falo em nome dos Distritos, do Faraday, do Centro Novo, da Esquina Gaúcha, de Marciánópolis, de tantos outros do meu Sudoeste que não têm escola de 2º grau, das crianças que estão sem aula por falta de escola e por falta de carteira; tem que haver um gerenciamento do recurso da educação para podermos contentar todos os segmentos num País que tem uma quantidade infinita de analfabetos.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares e porque não dizer também, irmãos, companheiros, estudantes que honram esta Casa no dia de hoje, com suas presenças, existe muita água à passar por debaixo da ponte, existe muita criança pedindo uma carteira, um quadro escolar, existe muito jovem agricultor que mora no distrito tolhido de fazer o 2º grau, porque não tem 2º grau nas suas comunidades, mas tudo isso é uma verdade crua, nacional, é uma verdade do País que nós vivemos, mas mesmo assim se tivesse consciência, eu, de se estar tirando a autonomia das universidades eu votaria contra o projeto, se tivesse consciência, eu, que o meu voto tivesse prejudicando um dia, uma matéria do curso

dos estudantes que aqui estão, eu votaria contra o projeto.

Mas nenhuma argumentação, nem as fantasiosas, nem as de poço de sabedoria, invocando gregos e romanos tão distantes da nossa realidade, nenhuma delas me convenceu de que nós estejamos tirando a autonomia universitária e não é neste Plenário, Senhor Presidente Senhores Parlamentares, nós discutimos muito isso, estudamos esse projeto, melhoramos esse projeto e aqui quero fazer uma ressalva ao Deputado Nereu Carlos Massignan, que com profundidade analisou, e com bravura defendeu melhorias e avanços neste projeto que estamos votando e no entanto a sua luta, o seu desagrado, por ter que enfrentar forças contrárias na modificação do projeto original, não mereceu sequer a atenção dos olhos voltados no momento da sua explanação.

Que força pode mover um político, se faz uma luta inteira para encaminhar pela sua consciência e só porque a sua consciência não se subjugou aos apelos de muitos que nem o projeto leram, não merece sequer o respeito, não merece sequer a atenção.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, a vida política é formada de aplausos, de vaias e de silêncios, os aplausos imerecidos são muito mais ofensivos do que as vaias pelas posições tomadas de acordo com a consciência. Nós queremos discutir toda a plenitude do ensino universitário. Eu poderia aqui, Deputado Nereu Carlos Massignan, Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, da região do Sudoeste, Deputado Pedro Tonelli.

Nós poderíamos, aqui, demagogicamente, sem análise da possibilidade entrar com uma emenda estadualizando a faculdade de Francisco Beltrão, de Pato Branco, de Palmas e tantas outras.

Receberíamos aplausos, mas queremos caminhar dentro da realidade, do possível daquilo que a administração orçamentária impõe a quem quer, com altivez, administrar um Governo do Estado.

Fere-me, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, e não posso atribuir aos estudantes que aqui vieram uma frase no início colocada: Fora lei do cão, fora Governo cachorrão.

Do Oeste do Paraná, Deputado Paulino José Delazeri, Sabino Campos, nem um estudante está aqui. Pela distância? Não. A facilidade do ônibus é a mesma de Ponta Grossa, Londrina ou Maringá.

Não está aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, porque viram coroada uma luta antiga firmada neste Parlamento pela estadualização da Faculdade do Oeste do Paraná.

Estão satisfeitos, porque este Governo tão atacado no instante em que estadualiz-

rou as faculdades de lá, deu-lhes e concedeu-lhes o benefício dessa lei da gratuidade do ensino superior.

Governo ofendido, Governo de lei de cão. Governo cachorrão. Governo que mandou neste ano, com as dificuldades orçamentárias que tem um projeto, a esta Casa assumindo um compromisso de 3º grau, pelo menos teórico, do Governo Federal e na pequenez do seu orçamento faz um esforço sobre-humano para que os estudantes das Universidades Estaduais do Paraná não paguem a mensalidade.

O que é que inspira a vida do político? Não são aplausos, mas é pelo menos o reconhecimento ao ato bom, como a crítica ao ato mau.

Mas nenhum daqueles que, aqui está acusando o projeto que esta Casa vota na tarde de hoje, usou uma vírgula na tribuna para dizer: Parabéns, Governador Álvaro Dias, pela instituição do ensino gratuito do 3º grau nas escolas estaduais do Estado do Paraná.

E sabem Vossas Excelências, o quanto custa o orçamento minguado, estreito, que obriga o Governo a uma medida antipática perante os seus próprios servidores que é a extinção da URP.

Nesse mesmo instante as universidades que levam 13% do orçamento no que diz respeito a arrecadação fiscal do Estado, dão a elas a gratuidade do ensino.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, a nossa voz não será ouvida. Não mereceremos palma alguma, mas eu espero que seja, pelo menos, analisado no instante em que nós saímos deste momento emocional em que estamos vivendo, Parlamentares de Situação, Oposição, Reitores, Professores, estudantes, na hora de voltarmos para casa, na hora em que pelo menos os mais pobres sentindo a dificuldade do orçamento doméstico, quando o pai, quando a mãe, preocupados, em poder colocar talvez, o alimento na mesa da sua família, nesta hora, pelo menos, contra todas as vaías lembrem também que o Governo atual do PMDB, o Governo Álvaro Dias, diminuiu a despesa familiar, porque a educação no 3º grau das escolas públicas do Estado é gratuita sob pena de não valer a pena praticar-se atos arrojados, na substituição, inclusive de responsabilidades que caberiam ao Governo Federal.

Na hora em que nós formos analisar em casa o comportamento dos Parlamentares aqui, haverá de, por certo, passar pela consciência daqueles que forem colocar o nome à execração pública de muitos parlamentares do PMDB. Deveria passar pelo menos um ponto de interrogação:

Será que este Parlamentar é traidor? Será que ele nos traiu? Será que ele traiu o ensino do Paraná? Será que não teve

preocupação nenhuma com os milhares de analfabetos, com as crianças sem escola, sem carteira, sem 2º grau?

Será que o estudante vai poder mostrar aonde nós estamos lhe tirando alguma coisa? E eu não quero aqui usar até como argumento demagógico, muitas e muitas vezes citado por alguns Parlamentares da Oposição nos relatórios do Tribunal de Contas sobre a Universidade de Londrina. Não quero ser indelicado ao Reitor de Londrina, aos componentes da direção daquela Universidade porque prefiro mil vezes, e tenho certeza que ocorrerá: as falhas apontadas devem ser falhas técnicas perfeitamente justificáveis. Não acredito. Não acredito que a Direção da Universidade tenha praticado atos que venham a denegrir a imagem do mundo universitário do Estado.

Não é esse o aspecto que levou a essa Lei. Não queiram fazer de pano de fundo como se o Governo, em represália aos atos que o Tribunal de Contas apontou na Universidade de Londrina, tenha feito essa Lei. Não é por aí. É a necessidade de gerenciamento, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Meus jovens estudantes, esta Lei garante às Universidades o seu orçamento, garante para o ano que vem um orçamento não inferior em dados reais ao orçamento de 1988. Portanto, nada se tira da educação. Mas vamos admitir que uma das nossas Universidades queira ampliar um curso. Aonde, nesta Lei, diz que é proibido? Esta Lei pede apenas que haja um conselho e que esse conselho analise junto com o Governador da eventualidade de se ter que instalar ou não. Não proíbe nada, não lhes tira o ensino, não prejudica a ciência, não restringe a capacidade didática da escola. Agora é evidente que o Poder Público é o recurso de todos nós paranaenses, é o recurso das crianças sem escolas do meu Sudoeste, é o recurso das crianças em 2º grau dos nosso distritos, é o recurso dos estudantes das faculdades da minha região que pagam o ensino todo fim do mês. E é importante que haja, um órgão fiscalizador das finanças universitárias porque lá é a geração do trabalho de quem faz 3º grau, ou daquele que ficou no 1º por não poder fazer o 2º.

Eu concedo o aparte ao Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado, meu companheiro e, principalmente, meu amigo Caíto Quintana. Eu quero colocar dois pontos a respeito do brilhante pronunciamento de Vossa Excelência.

Primeiro se falou em SNI e que o nome dos professores era obrigatoriamente enviado ao SNI para depois poderem lecionar

a matéria de Moral e Cívica. O campeão em ofícios ao SNI sem o SNI pedir foi o Senhor Aegênio Garcia Lopes, Reitor da Universidade de Londrina, em 1970, hoje Secretário de Ensino Superior para infelicidade de todos nós paranaenses.

Em segundo lugar, o nobre Companheiro e amigo admite que nós devemos debater - e eu faço um apelo ao amigo: vamos aprovar o requerimento de minha autoria e vamos ampliar esse debate e chegarmos a conclusões definitivas sobre uma política de ensino superior no Paraná e não apenas este episódio que é uma lei episódica e completamente desnecessária.

Muito obrigado, companheiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu só diria, Deputado Edmar Luiz Costa, e V.Exa. sabe do profundo respeito que lhe dedico como Parlamentar, e da amizade pessoal que nos une, a ponto de ser neste ano de 1988, uma das maiores tristezas políticas que vivi - o anúncio de V.Exa., pelo menos a disposição, de deixar o nosso Partido, porque lhe respeito e admiro.

Mas o fato, que eu não conheço, do atual Secretário de Ciência e Tecnologia ter enviado ou não relatórios ao SNI, não invalida a afirmativa que fiz que era condição "sine qua non" até porque o professor de Moral e Cívica, Estudos dos Problemas Brasileiros - mudou tanto de nome essa matéria -, uma vez eu fui levado ao exército por causa desta mesma matéria Sr. Deputado. Porque no meu carro quando bateu, tinha uma apostila da universidade e o primeiro ponto que citava era Potencial Nacional e o guarda de trânsito na sua "infinita sabedoria", interpretou que potencial nacional que eu tinha dentro do meu carro era um estudo do armamento do exército da época.

Mas eu continuo tentando alinhar este raciocínio do porquê da conduta nesta manhã, já nesta tarde, de primeira discussão, minha particular, e de outros Parlamentares, no coletivo. Se alguém tivesse usado a tribuna para nos mostrar que estamos prejudicando os estudantes, eu jamais faria isso, jamais votaria a favor. Se estivessem fazendo com que a universidade ficasse menor, eu jamais votaria a favor. Mas não vejo, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, restrição nenhuma ao que a oposição sabidamente classificou de perda de autonomia. Porque perder a autonomia é não poder gerenciar didaticamente uma faculdade. Perder a autonomia é ter que submeter o programa dessa universidade na sua essência didática ao crivo de autoridades censoras. Mas quando se é convidado a um debate por um conselho formado, na grande maioria, por universitários, por professores e por reitores, só se chama ao diálo-

go, só se chama à discussão, ao aperfeiçoamento do sistema. Concedo aparte ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Caíto Quintana, em primeiro lugar é imperioso que eu felicite a sua transparência que de resto é reflexo do seu caráter. Efetivamente V.Exa. defende o Governo que representa e que lhe deu a eleição para esse Parlamento.

A propósito da inexistência de faculdades ou de instituições de ensino superior estaduais gratuitas na região de Francisco Beltrão, de Pato Branco, eu acho que em Palmas há uma boa faculdade mas parece não ser estadual, não tenho certeza, a propósito desta inexistência eu sei que o orçamento atual já não comporta a criação dessa faculdade, mas sugiro a V. Exa. bom Deputado, que é da região que representa, que amanhã, no bojo dessa mensagem que cria a Faculdade de Medicina e Odontologia de Maringá e que faz a Assembléia avançar, enfim, nos diz V.Exa. que nem tudo serão trevas ao fim desse processo e eu me sinto um pouco orgulhoso por ter provocado essa revelação, da parte do Parlamentar do Poder, depois do que falei. A propósito da Faculdade de Odontologia e de Medicina de Maringá, eu sugiro que V.Exa., proponha a criação de uma instituição de ensino superior em Francisco Beltrão, em Pato Branco e em Palmas, nas três cidades ou em uma só, ou que atenda as três cidades, que atenda a sua região. Porque nós poderemos na próxima lei de meios, tirar um pouco de dinheiro de outras atividades e lançá-las em favor da sua região. Aí sim o Senhor será um Deputado por inteiro e aí sim o Senhor será um Deputado acima do Partido e aí sim o Senhor será uma alavanca de progresso. Aliás, sobre a lei de meios que votamos, nós votamos, e votou V.Exa., votei eu, contrariamente, mas votou esta Assembléia tão cara ao nobre Deputado Antônio Annibelli.

Sobre a Lei de Meios em vigor, Lei n° 252/87, eu tenho a lembrar que 43% está empenhado em despesas correntes que sustentam a máquina do Governo e os serviços do Governo; 50% está empenhado para investimento e 6,5% está empenhado para reserva de contingência.

Muito bem, nós sabemos que vem aí uma supersafra, nós temos visto a economia da URP, dos salários dos funcionários, inclusive esta economia em cima dos que ganham mais do que 49 mil cruzados. Que tal se essa reserva de contingência, esses 6,5% autorizados ao Governador fossem usados já para clarear o futuro do Paraná em benefício das instituições e do ensino, para que não falem carteira nem escola para criança descalça lá do Sudoeste, que V.Exa. tão

bem representa.

Por outro lado, Deputado Caíto Quintana, eu quero lhe felicitar pela justiça que faz ao Reitor da Universidade de Londrina confessando a sua lucidez de perceber que as 1757 irregularidades que o Governador proclamou informado por perseguidores das contas públicas, soltos lá na Universidade de Londrina, essas 1757 irregularidades podem ser falhas técnicas e podem não ser capazes de condenar aquele Reitor e aquele Conselho Universitário como malversadores do dinheiro público ou como detratores do interesse público ou do elevado interesse da Nação e do Estado.

Isto é muito bom de ouvir de V.Exa., ainda mais em sendo V.Exa. Deputado do Partido do Governo. E quero lembrar ainda que a sombra do passado, o que há de errado no passado, o que foi burro no passado - para dizer uma linguagem mais vil, mais chula -, não justifica nem a sombra, nem a burrice, nem a vileza no futuro.

Então, Deputado Caíto Quintana, vote conosco. O substitutivo fala aqui que "as Instituições de Ensino Superior terão assegurados recursos necessários à manutenção da Lei Orçamentária do exercício em montante não inferior em termos de valor real a do exercício imediatamente anterior". Eu entendo que vai ser assegurada a mesma proporção no orçamento. Mas, eu também entendo, que a capacidade de expansão está proibida. E se a capacidade de expansão está proibida não estará a universidade garroteada?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu solicito para que V.Exa. encerre o seu aparte...

O SR. FERRARI JÚNIOR - Deputado Caíto Quintana, conceda-me um aparte, por gentileza?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Na sequência, só pretendo colocar ao Deputado Rafael Greca que não há nenhum artigo imperativo que proíba a expansão, discute-se a expansão. E quando V.Exa. fala em gastar já a reserva de contingência, V.Exa. que gosta tanto de citar os egípcios, os gregos, os romanos, os hebreus, eu quero lembrar de um provérbio oriental que diz: o homem sensato, Deputado Rafael Greca, jamais gasta a última moeda, porque pode necessitar para uma eventualidade. Para isso é a reserva de contingência.

Concedo aparte ao Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior - Muito obrigado, meu caro Deputado Caíto Quintana.

Vossa Excelência reportou-se a uma emenda de minha autoria e de autoria do ilustre Deputado Antônio Bárbara a respei-

to dos cursos de Medicina e de Odontologia da Universidade Estadual de Maringá.

Dizia, Vossa Excelência, que nada impede a criação desses cursos. O ilustre Deputado Rafael Greca também referiu-se a esta emenda, contudo talvez com um ligeiro lapso, dizendo da criação dos cursos, que estaríamos propondo a criação dos cursos de Medicina e Odontologia em Maringá. Colocou bem V.Exa. quando diz da dificuldade da implantação de novos cursos.

Também não concordo com o Deputado Caíto Quintana quando diz que na lei original nada impede na criação de novos cursos. Se V.Exa. observar com atenção o artigo 4º do Substitutivo, V.Exa., vai encontrar que todos os cursos em implantação, ou em criação e implantação, deverão passar pelo crivo das autoridades competentes.

Por que então reapresentamos esta emenda, Deputado Caíto Quintana, eu e o Deputado Antônio Bárbara, e pedindo desde já o apoio dos ilustres Deputados desta Casa, da bancada do PMDB e das bancadas de oposição? Porque este curso já foi implantado. Foi implantado pela Prefeitura Municipal de Maringá.

Tenho em mãos, vou apresentar depois a V.Exa., não vou ler, porque não quero me tornar cansativo, nem tomar o tempo de V.Exa. Esta lei foi criada pela Câmara Municipal de Maringá, atendendo a uma proposta do Executivo e durante 6 anos estes cursos serão mantidos pela Prefeitura de Maringá. Então eu e o Deputado Antônio Bárbara, especialmente, e o Deputado José Alves, que assumiu o compromisso conosco, não temos como votar na proposta do Governador se esta emenda não for aprovada. Conversamos com o Governador Álvaro Dias e ele nos autorizou a apresentar esta emenda e sancioná-la, se a Casa entender que deve aprová-la. O que estamos propondo? É o parágrafo único ao artigo 4º quando diz: "fica assegurada a criação e implantação dos cursos de Medicina e Odontologia na Fundação Universidade Estadual de Maringá, nos moldes da Lei Municipal 2.319/87, de 29 de dezembro de 1987".

Concluindo, com a aprovação desta emenda e conto com o seu voto, com o seu apoio, com a sua inteligência, não precisará a mesma, ou pelo menos a criação destes cursos não precisarão passar pelo crivo das autoridades competentes. Estes cursos já estão criados, já estão em andamento e queremos que a Assembleia aprove. Aprovando esta emenda, não teremos nenhuma dificuldade em votar a matéria original proposta pelo Governador, ou o substitutivo da Comissão de Justiça desta Casa, porque acho que nada fere as universidades, absolutamente. A nossa preocupação é com a criação dos cursos de Medicina e

Odontologia de Maringá e contamos com o seu voto.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte e quero...

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - (Pela Ordem).

Senhor Presidente, eu, há minutos, estava em contato com a segurança da Casa e fomos notificados de que haveria entre os estudantes aqui presentes, um que estaria ameaçando de entrar neste recinto para agredir, ou tentar agredir, algum Deputado. Gostaria de pedir a colaboração dos senhores estudantes e os jovens que aqui estão, e que V.Exa. determinasse a todos os seguranças desta Casa, que se desarmem. Não existe clima nenhum para que seguranças continuem armados e, não podemos, diante da eventualidade ou da possibilidade remota de haver algum acidente aqui, fazer com que um segurança ou outro venha a praticar qualquer ato que possa denegrir ainda mais o nosso Parlamento. As manifestações da galeria são democráticas, aplaudindo ou vaiando, de frente ou de costas, tudo isto é normal. O que não podemos ver neste Parlamento é a precaução, muitas vezes exagerada, de um ou de outro, que trabalha nesta Casa e que possa vir eventualmente ocasionar um distúrbio, em função de algumas informações, que muitas vezes não são reais, e que chegam a este Parlamento. Eu gostaria que V.Exa. na qualidade de Presidente, pedisse aos seguranças que retirassem aqueles que estão armados ou que deixassem as suas armas em outro lugar, menos aqui neste recinto.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência responde à questão de ordem levantada por V.Exa. com muita tranquilidade. Não consta nesta Casa, até os dias de hoje, que algum segurança da Assembleia esteja armado ou ande armado. Inclusive, é proibido aos Senhores Deputados estarem armados em Plenário. Sabemos, inclusive que foram apreendidos pelos seguranças da Casa, tijolo, um litro de conhaque e uma corneta, que se jogada lá de cima, arremessada contra um dos Senhores Deputados, poderia ser fatal.

Por isso, o ambiente continua tranquilo e esta Presidência, com a maior tranquilidade assegura a V.Exa. que, tanto do lado das galerias, como do lado dos Parlamentares, o ambiente é tranquilo e de perfeita ordem. Continua com V.Exa., a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Ferrari Júnior, quando eu afirmei que não há impeditivo algum, eu volto a informar, é porque a lei não é imperativa no sentido

de "não pode". Agora, eu mesmo citei antes e não quis me antecipar e V.Exa. o fez no aparte, dizendo da emenda de vossa autoria e do nobre Deputado Antônio Bárbara, no sentido da instalação do curso de Medicina e de Odontologia na Universidade de Maringá. Independente da aprovação desta lei ou não, quero confessar publicamente a V.Exa., minha inclinação a votar favoravelmente a sua emenda, até porque, ela, reconhecendo as dificuldades orçamentárias do Estado, institui que o Poder Público de Maringá, em conjunto com a comunidade, venha a ter um curso de seis anos a arcar com as despesas da instalação destes dois cursos. Certamente, V.Exa. levará o voto deste Parlamentar solidário a sua emenda.

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, esta Casa não pode num dia como o de hoje sofrer a sombra da possibilidade de que um dos lados que a compõem, Parlamentares, seguranças, funcionários, visitantes, seja denegrida nesta imagem bonita que se percebe neste Parlamento. A colocação clara, simpática ou não, das posições a respeito das matérias que se vota, eu só invocaria o critério da consciência de cada um. Eu não posso ceder ao seu apelo, Deputado Rafael Greca, porque me seria fácil fazer um apelo contrário, que V.Exa. votasse pela matéria, para que o Governo, fiscalizando orçamentariamente os gastos das universidades estaduais, pudesse manter recursos maiores da educação para o 1º e o 2º graus ...

O Sr. Rafael Greca - Mas o Tribunal de Contas, Deputado Caíto Quintana; não está funcionando o Tribunal de Contas?

O SR. CAÍTO QUINTANA - O Tribunal de Contas dá um parecer...

O Sr. Rafael Greca - Não pode mandar para a Procuradoria e para a Justiça os que...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Nobre Deputado, eu citaria aqui para V.Exa. as colocações que fez, inclusive, V.Exa. no pronunciamento, dizendo que havendo o Tribunal de Contas não há necessidade alguma de que se faça o controle ou a participação e o controle de gastos.

Eu me perguntaria aqui: se há justiça, por que a polícia preventiva? Por que? Bastaria deixarmos a sociedade livre, a seu arbítrio, democrática, sem cerceamento, sem policiais caminhando na rua! Que se matem, que furem, que estuprem, porque há um Judiciário que vai condenar aquele que faltar. O Tribunal de Contas tem o parecer dado por ele, como dado técnico. É nada disso é cumulativo com a possibilidade de que o Governo do Estado, através de

em conselho, venha fiscalizar os atos financeiros das universidades. Não denigre a imagem da Reitoria, não denigre a imagem do estudante. Aonde há ofensa ao Reitor? Aonde há ofensa ao Conselho da Universidade? Aonde há ofensa ao DCE, dos estudantes? Se eventualmente o Governo do Estado participar junto com a universidade da vistoria das contas dos gastos do orçamento, onde está se diminuindo o poder didático da universidade? Será ofensivo? Não, Senhor Presidente. Eu, no meu modo de entender, acho esta história mal contada. Nós estamos configurando, tentando retirar da cabeça de todos aqueles que nos ouvem, uma expressão: "Tirar a autonomia universitária como um todo" e é evidente que se nós tivéssemos nos propondo a retirar a autonomia universitária, teriam plena razão os estudantes universitários em vaiarem, em execrarem perante a opinião pública, a imagem de todos os Parlamentares que votassem a favor da matéria.

Mas não há quebra de autonomia didática da universidade. Não há, nobre Deputado. Os estudantes que aqui vierem na semana que vem, no mês que vem, nas suas provas semestrais, bimestrais, vão sentir que a universidade em nada mudou, apenas um conselho foi criado para poder, junto com o Conselho formado pelos Reitores das Universidades, discutir o ensino superior do Paraná e esse Conselho, porque é ele o Governo, em nome do povo que contribui, que arca com os recursos da universidade, deve poder ter o direito de vistoriar a aplicação desses recursos.

Não se impede nada ao ensino, não se impede nada ao estudante, não se limita a capacidade do professor, nobres Parlamentares.

É esse o meu ponto de vista, e por isso eu acho que é democrático pensarmos cada um de uma forma. Os Senhores têm plena razão em ter o seu ponto de vista, em votar contra talvez, porque é um projeto do Governo. Não quero afirmar que seja por isso, mas que não haja levianidade de Vossas Excelências de querer dizer que nós votamos a favor porque é um projeto do Governo.

Vossa Excelência sabe da minha postura neste Parlamento e a minha Bancada, mais do que tudo, sabe que foi uma voz constante nas reuniões com o Governo e com os seus Secretários, contra a extinção da URP. Muito nós conseguimos progredir com a participação da Bancada peemedebista na modificação do projeto original de extinção da URP, inclusive com a garantia de que ela é paga integral até 10 salários, inclusive com o substitutivo garantindo que ela não seria retroativa a março.

Mas fomos nós que fomos ao Governo contrariando a sua própria vontade, e que-

ro confessar uma coisa a esse Plenário a votação da matéria de extinção da URP e que foi uma das razões que me levam a não concorrer à reeleição na Liderança do meu Partido.

A nossa bancada tem tomado atitudes independentes. Está aí o exemplo: Edmar Luiz Costa e tantos outros Parlamentares como Ferrari Júnior, Antônio Bárbara, que dizem aqui em plena voz, sem medo que ela venha ressoar no Palácio e que se a sua emenda não for aprovada, se sente impedido de votar no projeto que estamos analisando.

Não é do modo pejorativo como Vossas Excelências colocam da tribuna: "vacas de presépio", "ordem de príncipe". Não é com isso que nós vamos estudar o problema da Universidade Estadual do Paraná.

Não é com ironia, tentando macular o nome de uma administração, que tem procurado pelo menos ser séria, não é tentando jogar o mundo universitário contra o governador que menos de dois meses atrás à custa do sacrifício orçamentário instituiu a gratuidade do ensino de 3º grau.

Não é jogando o mundo universitário contra o governo, que iremos discutir a universidade do futuro.

A universidade do futuro Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, começa a ser construída, no instante em que nós diminuirmos os analfabetos do País, porque esses, pelo analfabetismo, já estão impedidos de participar dos exames seletivos universitários.

A universidade do futuro, será no dia que soubermos dar direcionamento as verbas da educação, para que os menos favorecidos para que os mais pobres estejam em plano de igualdade, nas disputas dos vestibulares.

A universidade do futuro será feita no dia em que se encontrar uma forma de extinguir essa parafernália de ensino paralelo de cursinhos, instalados no País, que só permite o ensinamento de macetes, aos filhos de cidadãos mais abastados, e não podendo frequentar os cursinhos, o filho do pobre, do trabalhador, chega em desvantagem no instante do vestibular.

A universidade do futuro, será construída no dia Narciso, e dos livros que você me emprestou, ecoar a voz de Martin Luther King, e o seu sonho for realidade. No dia que o filho do pobre, o filho do rico, o filho do branco e o filho do preto, possam sentar nos mesmos bancos escolares e receber a mesma orientação.

Hoje podem fazê-lo nessa Nação, pela cor da sua pele, não podem fazer pela capacidade econômica na formação de ensino particular, o que lhes priva o direito de igualdade de disputar as suas vagas.

Este ensino brasileiro, composto de 1º

e 3º graus, dos cursos de pós-graduação é que tem que ser discutido, se é importante para nós num país com uma quantidade enorme de analfabetos, não vistoriarmos a possibilidade ou não de um curso de pós-graduação, quando a custa dele, dezenas, centenas, milhares de crianças, filhos de pobres, não conseguem sequer terminar o 1º grau.

Vamos discutir o ensino da Nação, não separando em universitário, em curso secundário, em curso de 1º grau.

Vamos discutir como brasileiros, nesse Parlamento, sem demagogia, como filhos da Pátria, a possibilidade de termos uma Nação mais desenvolvida no futuro, pela qualidade do saber da sua gente.

Não vamos pensar que, porque se forma um quadro, onde serão execrados aqueles que querem que o ensino seja um direito do cidadão, venha nos atemorizar e tenhamos que votar contra.

Não importa Senhores, se a nossa voz não é entendida, a nossa consciência fala amanhã. Quando formos discutir em outras reuniões quando formos discutir em outros cenários, quando tivermos Deputado João Arruda lá no nosso Sudoeste, e tivermos que falar para as comunidades dos distritos interioranos, a respeito do ensino de 1º grau, que não tem - das escolas, que não podem ser construídas. Nessa hora eu mostrarei com orgulho o cartaz, onde levar o meu nome, por ter votado a favor dessa matéria, porque não serei falso, não estarei apenas cedendo à platéia eventual que me escute num dia, estarei seguindo os ditames da minha consciência, porque acho que educação nesse País, caminha desde o berço de infância, até os cursos de pós-graduação.

E conclamo aos professores, estudantes, à mocidade, como nós todos do País, sem sectarismos, sem divisão de classes e pensarmos no conjunto da nação que nós queremos para a frente. Na hora que nós deitarmos a cabeça no travesseiro nós temos que lembrar que as parcelas da sociedade que mendigam aquilo que na opulência sobra, para muitos de nós é uma necessidade para composição da nação que nós queremos.

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, não tenho procuração, não tenho porquê, da defesa do Governo do Estado do Paraná, mas acho que se nós quisermos atos praticados por homens públicos, não os podemos condenar por um ato mesmo que ele venha contrariar os nossos interesses, mas pelo conjunto das suas atitudes. E o PMDB execrado na tribuna da Oposição como partido que está procurando tirar das universidades a sua autonomia foi o mesmo PMDB que, quando elegeu o Governador José Richa, institui a eleição para os diretores

de escolas. Foi o mesmo PMDB que lutou lado a lado com os estudantes para as conquistas universitárias democráticas que hoje nós temos.

Será que todos esses companheiros nada valem? Será que nenhum merece o respeito? Será que as lutas de ontem, dos momentos duros não valem nada, apenas porque estamos votando hoje uma matéria que faz com que o Governo tenha participação na questão orçamentária das universidades? Será que aqueles todos que trabalharam contra durante muitos e muitos anos, são os que merecem, efetivamente no conjunto das suas vidas as nossas palmas e nossos regozijos? Não, Senhor Presidente, não, Senhores Parlamentares. Desço desta tribuna para voltar ao meu assento, votar com a nossa liderança a favor do substitutivo geral do Deputado Nereu Carlos Massignan porque acho que ele trouxe conquistas muito grandes ao projeto original e porque acho que devemos ao Paraná, como um todo para a educação, como um todo, um estudo mais aprofundado daquilo que nós queremos para o futuro do Brasil. Desço daqui com a certeza de que estou votando a favor de um projeto que traz a assinatura de um mesmo Governador, que há dois, 3 meses atrás, mandou uma mensagem a esta Casa instituindo o ensino gratuito ao 3º grau dos mesmos estudantes que lhes voltam as costas na tarde de hoje.

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, a grandeza do homem público não é se subjugar aos aplausos. A grandeza do homem público é ter coragem para defender os seus posicionamentos, independente das ameaças que, porventura, possam pairar sobre suas cabeças. Deus permita que nós possamos manter essa conduta até o fim da nossa vida pública para podermos fazer jus aos votos que recebemos, saídos das classes mais sofridas dos agricultores do sudoeste do Paraná.

Não me importa aqui, a encenação de um grande teatro; não me importa aqui falar com gesticulação para a platéia; não me importa aqui no último ato da minha apresentação encenada nesta tarde rasgar o projeto de lei como se ele rasgasse o posicionamento de cada um de nós.

Não Senhores, não vim aqui para representar, não viemos aqui para fazermos parte de um grande circo. Viemos aqui, todos nós, para com a consciência tranquila dos levantamentos e estudos feitos, vermos que para a própria sequência das universidades estaduais do nosso Estado, para a possibilidade de que amanhã possamos estender à nossa região também o ensino gratuito. É preciso tirar aquilo que sobra de alguns para contemplar aqueles que nada têm.

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares:

Que as minhas últimas palavras, sejam de agradecimento ao comportamento exemplar que nos dão na tarde de hoje, os estudantes do nosso Paraná, porque não encontrando outra forma de demonstrar o seu desagrado, ao invés de prejudicar a oratória daqueles que falam contra a sua vontade, num gesto, demonstram a sua reprovação.

Mas, eu tenho certeza que ultrapassa as cadeiras, que chega às galerias, de frente ou de costas. Na hora que nós sairmos daqui, muitas palavras serão tidas como demagógicas e outras serão vistas com altivez.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência tem 60 minutos para discutir a matéria.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Magníficos Reitores, Professores, Estudantes:

Digo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que tenho, por determinação do Regimento Interno, uma hora para utilizar esta tribuna, mas em respeito aos jovens estudantes, Reitores e professores, não usarei todo este tempo. Sei ainda que tem 11 Deputados inscritos, depois do meu pronunciamento, e acho que, para dizer a verdade...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria que Vossa Excelência nominasse os 11 Deputados inscritos para falar após o deputado Dirceu Manfrinato, porque o que eu pude constatar temos ainda o Deputado Nestor Baptista, o Deputado Paulo Furiatti, e mais um Deputado que não me lembro agora.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Paulino José Delazeri, Irondi Pugliesi, Pirajá Ferreira, Cândido Bastos, Raul Lopes e Tadeu Lúcio Machado que se inscreve por último.

Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Obrigado, Presidente.

E acho que, para dizer a verdade não é necessário tanto tempo. Nós que viemos a este Poder Legislativo, já pela segunda legislatura, e aqui, em todo o tempo, tivemos oportunidade de debater várias e várias matérias que geraram polêmicas, neste Parlamento. E os Senhores vejam, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a importância desta matéria que está sendo discutida hoje. Se ela não fosse uma matéria de responsabilidade, de importância, nós não estaríamos ainda discutindo esta matéria,

nós já teríamos votado na parte da manhã, encerrando os nossos compromissos, no dia de hoje, como Parlamentares que somos.

A vocês estudantes, que tiveram oportunidade de ouvir tantos e tantos, usando esta tribuna, e a tribuna da nossa frente. Sei que em cada cabeça, existe uma sentença, será que seria esse o caminho do avanço da democracia, ou será que todos estamos errados?

Tenho ramificação nessa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de familiares que vieram ao Parlamento em 1970, permanecendo no regime de ditadura, no regime de massacre. Fiquei assessorando meu irmão, Deputado Hélio Manfrinato, na sua chefia de gabinete durante dois anos neste Parlamento, e não me lembro da liberdade que este Parlamento propicia hoje, através da vitória conquistada do PMDB em 1982, que abriu as portas não só aos estudantes, abriu as portas para todos os segmentos da sociedade. E eu pergunto: será que nós, que debatemos no passado, combatendo o regime de ditadura, de opressão, principalmente você estudante, a Lei 477, que não deixava surgir as lideranças nas escolas, nas faculdades e nas universidades.

Sempre tive, desde a minha juventude, a inclinação pela vida pública, procurava buscar espaços, e esses espaços depois de 1964 eram cerceados pelo regime ditatorial, um regime que afogou as lideranças e a juventude nesse país. Quantos e quantos jovens, também tentaram como eu pelas caminhadas das estradas cheias de baionetas e de injustiças não tiveram a felicidade de estar na tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, ou até mesmo no Palácio Iguazu, como o Governador Álvaro Dias, que foi um jovem que enfrentou também a ditadura, porque eu acompanhei a sua vida pública.

Álvaro Dias, quando ia fazer um pronunciamento em minha cidade, em Cianorte, combatendo o regime, chegaram os oficiais a este Deputado, quando era ainda Presidente do ex-MDB, dizendo que havia uma determinação que se na época, o Deputado Federal Álvaro Dias, se atrevesse a falar contra o regime da ditadura, ele poderia ser preso no Cine Cianorte, na sua palestra.

Jovens, são marcas inesquecíveis, porque sei que alguns de vocês não acompanharam a caminhada do Governador Álvaro Dias, único líder jovem da época, enfrentando tudo, contra tudo, para defender a sociedade do Paraná e do Brasil.

Jovens, eu me orgulho nesse instante de ver essa juventude, que hoje tem a felicidade de cursar uma faculdade, uma universidade. Confesso a vocês, vim de uma família simples, uma família pobre, mas

tive a felicidade de ter um pai simples, mas sério e honesto, que ensinava seus filhos mesmo sem ter possibilidade de custear os nossos estudos, porque somos em oito irmãos. Quatro chegaram às universidades, os outros não tiveram a possibilidade porque não havia recursos financeiros e nós não tínhamos a felicidade, como temos hoje, graças ao Governo Álvaro Dias de ter o ensino gratuito no Paraná.

Mesmo sendo filho de um homem simples, soube dar educação aos seus filhos dizendo a nós que respeitássemos os nossos semelhantes porque a educação é acima de tudo, o nível da cultura de qualquer cidadão brasileiro.

E hoje neste Parlamento eu fico indignado. Não tive ainda a felicidade de conhecer os países avançados da Europa, conheço a Argentina e o Paraguai. Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não entendo quando um homem de cultura que cursou uma universidade, que viaja para a Europa todos os anos, agir da forma que agiu neste Parlamento. Aí eu digo a vocês estudantes se nós estamos caminhando certo ou errado, quando o ilustre Deputado Rafael Greca, que, com todo o respeito, está ausente neste momento neste Plenário, rasga a Ordem do Dia deste Parlamento.

Eu entendo que quem cursa uma universidade, ou quem já cursou uma universidade, cursou um grau superior, tem que ter evidentemente, acima de tudo, o respeito, a educação, em qualquer ambiente. Esta atitude para este Deputado é uma atitude que nem um humilde bóia-fria teria num Parlamento. Esta atitude do ilustre Deputado Rafael Greca me lembra o tempo do Império Romano, em que Nero incendiou Roma, mandou rasgar o ventre de sua mãe Agripina para saber as suas origens.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós não podemos vender ilusões para a juventude, porque a transição democrática neste país caberá ao futuro, aos jovens de hoje, à você jovem das galerias. Honrado me sentirei no futuro, de saber que alguns de vocês poderão, estar, também, nesta tribuna, defendendo os interesses dos jovens do nosso Estado e do nosso País.

Quando vim para este Parlamento, ingressei na vida pública, já sabia da caminhada que tinha pela frente. Assim, como sabe, também, o reitor de uma universidade quando ele propõe o seu nome a ser votado, ele está consciente das dificuldades e dos problemas que terá de enfrentar. Assim é o Deputado Estadual, Federal e Governo do Estado.

E digo mais, todos nós temos um estímulo.

Sei que todos, os jovens, cada um tem uma formação, cada um tem uma forma de agir, cada um tem um pensamento. Eu enten-

do que todos aqueles que assumem um compromisso através do voto secreto tem a sua forma de administrar. Assim como, tinha o ex-Reitor de UEM de Maringá, e hoje tem o nosso Reitor, Dr. Fernando Pontes de Souza, a quem tenho muito respeito, respeitando todas as universidades, todas as faculdades do meu Estado.

Mas, todos nós temos uma forma de administrar, de legislar, como assim teve o ex-Governador José Richa, e como tem hoje, o Governador Álvaro Dias. É bom que se saiba, que cargo de Governador, Deputado, não são cargos vitalícios. Ouvi muitas e muitas críticas em relação à Secretaria de Tecnologia. A Secretaria existe, continuará existindo. É normal que um dia, por razões pessoais ou não sei quais outras, o Secretário terá que deixá-la, e quem é que sabe se não poderá ser convidado até um dos Magníficos Reitores que aqui estão presentes, para assumir a Secretaria.

Os cargos não são vitalícios. Não adianta fazermos uma tempestade em um copo de água. Não sou contra as universidades, nunca fui, e talvez, vocês não saibam a luta, a dificuldade que passei neste Parlamento, com o apoio do ex-Governador José Richa, e do então, Presidente do PMDB, e Senador da República, e hoje Governo do Estado, para nós conseguirmos levar a extensão da Universidade de Maringá para Cianorte.

Confesso meus caros estudantes, passei muitas e muitas noites sem dormir, preocupado com os problemas, preocupado com as documentações, por sinal muito bem elaboradas, por uma comissão escolhida no Município de Cianorte.

E esta preocupação, ela não girava para o Deputado. Esta preocupação girava, e gira, pelos jovens da minha cidade, do meu Estado.

Quantas e quantas vezes preocupado que nós teríamos que ter o 3º grau em Cianorte. Encontrando resistências em alguns lugares, mas, não declinei da responsabilidade; não declinei do meu compromisso com a minha população, com a minha sociedade.

Através da luta, do suor, e com o apoio, também, da UEM, de Maringá, a quem sou muito grato, nós tivemos a grande conquista. E hoje, eu me orgulho dos jovens universitários de Cianorte; estão felizes, satisfeitos, porque não têm mais que transitar pelas estradas, correndo riscos de vida, deixando os seus familiares preocupados.

Aí está a prova de que nada tenho contra as universidades. Apenas acho, que não podemos ser levados, às vezes, por pressões, por desinformações.

Eu até acho, que este parlamento, hoje enriquecido por estes jovens, abre, inclusive, mais um avanço na transição de-

ocrática. Um Governo de um Estado, seja ele qual for, tem compromisso com todos os segmentos da sociedade. Não só os intelectuais, ele tem compromisso com o bóia-fria, com os profissionais liberais, com os jovens e os estudantes. Quem é que sabe se nesta data de hoje não se abre um grande avanço e que nem só os reitores e os professores tenham oportunidade de sentarem à mesa e discutir com o Governador Álvaro Dias? Os estudantes, também, têm o mesmo direito que os reitores e os professores.

Às vezes alguns desencontros, e esses desencontros são prejudiciais. É isto, meu jovem, hoje se caminha para mais uma abertura democrática e este avanço é um avanço importante. Quem é que sabe? Só o futuro dirá. Mas quem é que sabe se alguns Deputados, meus colegas de Bancada do PMDB, ao Partido que me orgulho de pertencer, receberam algumas vaias. Pois, quem é que nos garante com esta medida do Governo do Paraná se no futuro, quero acreditar bem próximo, os mesmos estudantes farão uma reflexão e dirão: caminhamos para a porta certa.

Acho que experimentar o setor administrativo, não só do Governo, até de uma empresa privada, é importante. Se nós temos alunos que querem colaborar, oferecer à Universidade, ou à sua faculdade, algum trabalho de relevância para a universidade ou até mesmo para o Governo, porque que nós iríamos desprezar este apoio?

Então, eu não sei, meu caro Presidente, meus caros Deputados, meus jovens, não sei, o que é preciso, é caminhar, buscarmos uma luz, não só para este problema que surge na Assembléia Legislativa do Paraná. Nós precisamos caminhar, buscando soluções em todos os problemas que existem no Paraná e no Brasil, para que nós possamos oferecer aos seus filhos, ao meu filho, um futuro de estabilidade, um futuro de segurança. Porque não adianta atropelar um processo democrático, um processo de Governo de austeridade. Seria muito cômodo o Governador Álvaro Dias, que deixará o Governo daqui há três anos, levar a coisa de barriga embolada, satisfazendo todo mundo e depois no futuro teremos um Estado comprometido. E a partir do momento que comprometemos o Estado para o futuro, estaremos comprometendo os nossos jovens. Foi isso, meus caros jovens, que fizeram com o Brasil.

O que é que fizeram com o Brasil? Foram contraindo empréstimos, quaisquer movimentos dos brasileiros, eram reprimidos. E os empréstimos eram contraídos, trazendo este país, que é o país mais rico do mundo, e não explorado pelos brasileiros, um país que vem sendo sacrificado, tirando todas as riquezas de nós brasileiros e levando as divisas do nosso País. Seria mui-

to cômodo contrair empréstimos e endividar o Estado. Mas, aí, é que nós temos que fazer uma reflexão se o Governador Álvaro Dias, que hoje tem ibope no Brasil inteiro, tivesse só pensando com seu objetivo político chegar à Presidência da República, não estaria talvez tomando as medidas de contenção de despesas do Estado e do Governo.

Mas, o Governador Álvaro Dias não está só preocupado com o presente, ele está preocupado com o futuro do Paraná, ele quer entregar o Estado ao seu sucessor, um Estado que seja governável, um Estado que não esteja comprometido com compromissos financeiros no exterior.

Então, aí cabe a nós, fazermos uma reflexão, Magníficos Reitores, professores, nós não podemos só atirar pedras, nós temos que também valorizar quando os nossos governantes tomam medidas que beneficiam a comunidade, a população.

Falaram tanto aqui no ensino gratuito, não vou persistir, nesta tecla, mas são coisas que um governante faz, em pouco tempo elas se tornam esquecidas. Senhores, Senhoras, professores, quem é que não se lembra da grande batalha de Álvaro Dias no Congresso: aposentadoria aos professores aos 25 anos e que pelo regime de ditadura, tentaram colocar outro homem em cima do trabalho do Governador Álvaro Dias, colocando Álvaro Valle, também Deputado na época, dizendo que Álvaro Dias não tinha feito nada pela classe dos professores.

Quanto isto não foi importante, quantos professores, professoras, que reconhecem que é um trabalho exaustivo, quem dedica 25 anos ao magistério, merece ser reconhecido, porque realmente é uma responsabilidade e não deixa também de ser um desgaste físico. Não podemos esquecer, que Álvaro Dias foi o grande responsável por esta conquista.

Às vezes, a preocupação em cada um de vocês, que eu estou defendendo o Governo e eu confesso, que quando vim a este Parlamento, eu não vim comprometido com ninguém, eu vim comprometido com meu povo, não tive posições diferentes na minha vida pública, mas quero dizer a vocês que nós estaremos coesos para encontrar a melhor posição, o melhor caminho; mas, encerrando, eu afirmo, jovens nunca usarei de demagogia, para ser apenas aplaudido, eu quero ser, às vezes, vaiado, mas ficando sempre ao lado da justiça e principalmente corrigindo os abusos e os desgastes financeiros do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

Vossa Excelência dispõe de 60 minutos.

O SR. ALGACI TÓLIO - Pretendo ser bem breve, Presidente, para não cansar a plateia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, com o meu linguajar simples, linguajar caboclo, simples e não aprendido nas universidades, mas aprendido na escola da vida, subo a esta tribuna com autoridade de quem sabe sempre, mesmo quando as galerias estão vazias, e até mesmo quando este plenário se apresenta com meia dúzia ou pouco mais de Parlamentares.

Curitiba, cidade universitária, amanheceu hoje fazendo justiça ao qualificativo, amanheceu hoje viva e palpitante pelo calor e pela garra dos estudantes universitários que se deslocaram de suas cidades para trazerem o seu protesto, de suas cidades, contra a proposta do Governo Álvaro Dias.

E nesta Assembléia Legislativa, hoje, a universidade, a casa do saber, luta pelo direito do livre pensar. A luta teimosa do Governador Álvaro Dias de se sobrepor às instituições de ensino superior, representa uma traição, uma ameaça às conquistas democráticas da sociedade paranaense.

Presidente José Sarney em conclusão com o Governador Álvaro Dias tenta, arditamente, obedecendo a pressão político-financeira do FMI, privatizar as estatais. A aprovação deste projeto de lei, representa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o primeiro passo para a privatização no País.

Curitiba, pelo seu conservadorismo é considerada cidade-teste para o mercado. O que se vende aqui, vende-se no Brasil inteiro. Curitiba é o berço do princípio da universidade brasileira. Se derrubarem a autonomia das universidades do Paraná aqui em Curitiba, fatalmente se derrubará no Brasil inteiro.

Portanto, lutemos juntos, ombro a ombro pela autonomia da universidade. É dever nosso, não só da Oposição, mas de todos os Deputados com assento nesta Casa, de lutar para que a casa do saber tenha o direito ao livre pensar.

Lamentavelmente, o Senhor Governador para atingir os seus fins, enlameia toda uma comunidade universitária e toda a cidade de Londrina e, não é justo, Senhor Governador, que toda a comunidade universitária arque com o ônus do erro de alguns.

De acordo com o discurso legal está escrito, Lei Federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior em todo o país.

Em seu Artigo 3º - "as universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da lei e dos seus esta-

tutos".

Não posso me calar contra o que está se arquitetando no Palácio do Planalto, para colocar o saber dentro de uma camisa de força.

Observo uma grande semelhança e rivalidade na teimosia entre José Sarney e Álvaro Dias. Sarney com a ferrovia. Álvaro Dias com a autonomia. Sarney teimando com a ferrovia, quer ter o seu trenzinho. Álvaro Dias teimando na tentativa de se sobrepor às instituições de ensino superior no Paraná, quer ter, ao que tudo indica, bonecos para brincar de marionetes.

A universidade no lugar de ser um plató de decisões sérias, vai ser transformada num "play-ground" de recorrência das frustrações de infância, onde se exercitará a brincadeira de polícia e de ladrão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tirar a autonomia das universidades, é a mais contundente prova de covardia democrática. Se todo poder emenda do povo e em nome dele será exercido, sugerimos ao Governador Álvaro Dias que, em nome deste Poder e com a mesma presteza e agilidade com que voa para Brasília aos acenos de Sarney para conluios e em busca de minguaos benesses, faça-o agora numa atitude nobre, como o fez há um ano atrás: libere a Bancada do PMDB para votar com o livre arbítrio de cada um. Desafiamos o Governador Álvaro Dias a se desencastelar e vir hoje nesta Casa explicar aos estudantes universitários para onde e de que forma o Paraná está avançando.

Sou paranaense, paranista, uso o meu livre arbítrio e sou a favor da autonomia das universidades. O que se pretende fazer é o mesmo do que ocorreu ... eu vou dar alguns exemplos aqui, na Câmara Municipal de Curitiba, em algumas Câmaras do Interior do Paraná também, o Tribunal de Contas apurou possíveis irregularidades de todos os Vereadores, não escaparam nem os do PMDB, nem o Deputado José Felinto, nem o Vereador Neivo Beraldin, hoje, que nos visitou nesta Casa como emissário do Governador, nem eu e nem o Deputado Rafael Greca porque tivemos um trabalho de assistência social.

Então, seria o caso de repentinamente o Senhor Prefeito de Curitiba, dentro da sua costumeira arbitrariedade, dizer que a Câmara Municipal de Curitiba seria fechada pelas falhas dos Senhores Vereadores. Seria o mesmo até, Senhores Deputados, Senhor Presidente...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar à Mesa que o Deputado que ocupa a tribuna está falando sobre a Prefeitura de Curitiba, quando nós estamos tratando de assunto do projeto das universidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Esquece o Deputado Dirceu Marfrinato que usou quase uma hora e não disse nada a respeito do projeto. Eu já disse pelo menos alguma coisa, Deputado.

Vejam, Senhor Presidente, Senhores Deputados, seria o mesmo que, hoje, o Senhor Governador do Estado, de repente, cortar a autonomia deste Legislativo, quando se fala em manchetes pela imprensa que nós, Deputados, ganhamos demais, que esta Casa gasta muito. Então, ao inverso, se colocarmos no banco de réus, quem sabe, os Senhores Deputados, fecha-se a Casa, então.

Parece-me que a coisa caminha neste sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Por decreto, de repente, o Senhor Governador acha por bem fechar a Assembleia porque paga demais aos Deputados e gasta muito dinheiro. É de estarrecer o parecer da Comissão de Educação com respeito aos seus integrantes: 15 linhas, um pouco mais. Nada diz, não questiona, não coloca qualquer dúvida à mensagem do Governador, um parecer que foi feito às pressas, assinado numa sexta-feira quando não tem ninguém nesta Casa. E eu sou testemunho disso: são pouquíssimos os Deputados que permanecem em Curitiba, e eu os respeito pelas suas situações e como Deputado de Curitiba eu testemunho que três ou quatro Deputados permanecem aqui numa sexta-feira e o resto da Casa é um verdadeiro deserto. E, no entanto, neste mesmo dia em que foi assinado este parecer, vamos dar um exemplo; o Deputado Paulino José Delazeri estava na sua região e nesse mesmo dia votou parecer aqui na Assembleia. Será que contrataram um jatinho para levar o parecer para que o Deputado assinasse? Será que fizeram assim com outros Deputados que também não estavam aqui no dia 29 de abril?

E se fala aí em perfumes, nos escândalos da universidade de Londrina. Perfumes, vem-me a lembrança dos cisnes, dos cisnes brancos e me fazem lembrar Banco Del Paraná, outro exemplo, Senhores Deputados, seria o caso então de fechar o Banco Del Paraná, vender o Banco Del Paraná como pretende, como colocou à venda o Senhor Governador ao invés de apurar as irregularidades e punir aqueles que acabaram lesando os cofres do Banco.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi pena que apenas um Deputado dos cinco da CPI do Banco Del Paraná tenha ouvido as explicações do ex-Presidente e fundador do Banco Del Paraná, Senhor Jucundino Furtado

aqui na CPI do Banco Del Paraná. Porque fechar o Banco não é bom negócio, é um mal negócio que pretende fazer Sua Excelência o Governador. Porque custa muito caro uma carta patente bancária, e o Paraná não pode se arriscar a perder quatro cartas patentes com relação ao Banco Del Paraná.

Será que o Caixa 2 do Banco Del Paraná usado para garantir a eleição de 1985 e de 1986 do PMDB, dá o direito a vender o Banco e não o direito de colocar na cadeia aqueles que lesaram os cofres do Banco?

Será que seria melhor então acabar com a FASPAR, por exemplo, que se criou em função da extinção do Instituto de Assistência ao Menor, o IAM e depois a PROMOPAR? Acabar com a FASPAR ao invés de colocar na cadeia aqueles que desviaram dinheiro e que foi dito que era para a caixinha 2 para fazer a campanha do PMDB! Será que seria melhor acabar com a FASPAR ou ir a fundo nesse processo na investigação, como foi Sua Excelência o Governador no caso da Universidade de Londrina? Porque, afinal de contas, no caso da FASPAR, lembro-me agora, está envolvido o irmão do Governador, Senhor Osmar Dias, Secretário da Agricultura! Será que não é interessante ir ao fundo para ver se de repente o irmão do Governador não tem nada com isso, que o Senhor Teófilo, também, não tem nada com isso, ou melhor, vender e cobrir tudo isso aí e fica como está, bota-se uma pedra em cima.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, seria mais interessante acabar também com a FASPAR, por exemplo, com a CLASPAR, por exemplo do Senhor Omar Karam que "botou a mão no jarro", também ficou 90 dias, recolhido no quartel do Corpo de Bombeiros e já está livre. Seria melhor acabar com a CLASPAR e não procurar descobrir onde é que estava a safadeza dentro da CLASPAR?

Seria, por exemplo, também, Sr. Presidente, Senhores Deputados, seria melhor acabar com a CAFÉ DO PARANÁ também, que hoje até mudou de nome, não chama mais CAFÉ DO PARANÁ! Porque se diz que o irmão do Governador Senhor Osmar Dias teve contra si algumas acusações de irregularidades? E não sou eu que digo.

Seria melhor acabar com o Banco do Estado do Paraná, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque o Senhor Finardi teria cometido algumas irregularidades e eu não sei quais são elas? Porque até agora apenas se sabe que o ex-Presidente perdeu o cargo e não se diz mais nada? Não sei se é porque ele contratou uma dupla sertaneja famosa do Brasil e gastou dinheiro demais na contratação desta dupla. E por falar em dupla sertaneja no domingo vai aparecer na Rede Globo, o Senhor Almir Pazzianotto, cantando e trovando, quem sabe vai cantar o "Luar do Sertão" ou coisa parecida, en-

quanto os operários e trabalhadores estão aí ganhando um salário de miséria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, falou-se muito esta tarde aqui na implantação da gratuidade do ensino de 3º grau, que coisa extraordinária! Parabéns ao Senhor Governador Álvaro Dias! Só que não fez mais do que a obrigação, afinal de contas é Governador, eu, como Deputado não posso implantar o ensino. Agora, ele como Governador tem a obrigação de fazer isto. O deputado Caíto Quintana pediu aplausos a Sua Excelência o Governador. Parece-me, Deputado, que mereceria aplausos se tivesse implantado com o seu próprio dinheiro, mas ele implantou com o nosso dinheiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - ... com o dinheiro do povo do Paraná, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas para Vossa Excelência não falsear as palavras que eu disse. Eu não pedi aplauso e coisa nenhuma. Eu acho que Vossa Excelência não entende.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu ouvi bem, Deputado. E se Vossa Excelência que não pediu aplauso, então Vossa Excelência está se contradizendo porque o Governador merece aplauso.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu não entendo Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - É difícil entender. Se tivesse implantado com o dinheiro dele aí eu iria aplaudir-lo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência está me dizendo que eu peço aplauso e me ironiza, então Vossa Excelência quer aplausos? Pois vamos aplaudir!

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Caíto Quintana, o Governo tem que ser um governo de realizações, não apenas um Governo de maquiagem, de "marketing", tem que ser um Governo de realizações. E eu não gostaria de ver o Governador Álvaro Dias, passados os quatro anos, não implantar alguma coisa boa para o nosso Estado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, vejam bem: poderia Sua Excelência implantar outros cursos com gratuidade, poderia manter a autonomia das universidades se agisse, Sua Excelência, o Governador, como agiu no caso da Universidade de Londrina e se tivesse agido, por exemplo, Deputado do PMDB, como nesta relação que aqui está, a lista dos devedores do ICM. Cadê a cobran-

ça em cima dos devedores de ICM? E este Paraná estaria melhor com o seu caixa, teria condições financeiras de aplicar melhores recursos para educação, para saúde e para a segurança deste Paraná, para a Polícia Militar, por exemplo, que tem apenas 15 mil homens e precisa, no mínimo, de 30 mil homens; uma Polícia Militar que tem apenas 15 viaturas volantes correndo a cidade depois dos módulos que foram desativados na cidade, Senhores Deputados.

Por que também não a cobrança de uma outra relação de frigoríficos, por exemplo, que são os maiores sonegadores de ICM neste Paraná e quem sabe neste Brasil, inclusive.

O Deputado Caíto Quintana criticou também, e eu tenho respeito extraordinário por Vossa Excelência, admiro a sua conduta, e até poderia reprovar a atitude da platéia em ficar de costas para Vossa Excelência, porque tem tido uma conduta exemplar neste Plenário, como Líder da Bancada aqui nesta Casa, mas criticou a maneira como a Oposição colocou o seu pensamento no presente projeto. Talvez tudo isso tivesse sido evitado, Deputado Caíto Quintana. Não houvesse essa tentativa desse rolo compressor desta pressa para se votar esta matéria, porque não atende ao apelo do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, retirar este projeto de votação, de discussão. Vamos discutir aqui a portas abertas, com a comunidade universitária. Vamos convocar os Senhores Reitores, os Professores, os estudantes! Vamos discutir abertamente dentro do espírito democrático que se diz nortear o PMDB! Por que não então retirá-lo de discussão, Senhores Deputados? Vejam bem, se há alguma coisa de errado na Universidade de Londrina que se cobre dos Reitores, dos professores de quem foi culpado das irregularidades. Não se pode condenar toda uma comunidade, repito, pelo erro de poucos, se é que realmente aconteceu e eu repito mais uma vez: este Deputado está aí as barras do Tribunal de Contas, sem contar as barras da Justiça em 12 processos também.

Ora, o Tribunal de Contas apontou possíveis irregularidades e até agora não condenou ninguém.

E é o mesmo caso de Londrina, quer dizer, se apressa a votação do processo.

Cada homem tem suas características próprias. Assim, também, os governos e as administrações. Temos visto aqui no Paraná nos governos recentes, que o Governador concentrou sua atenção no setor técnico, saindo das suas características. Outro no setor político, sendo seu Governo caracterizado por este prisma. E este atual Governo, como é que está se caracterizando? Onde é que está sendo concentrada a sua administração? No setor técnico, em geral?

Na cultura? Na agricultura? Não. Esta Casa é testemunha de que desde os primeiros momentos do Governo Álvaro Dias, tem ele se caracterizado pela centralização do poder.

Quando esta Casa aprovou a reforma administrativa, vimos o absurdo do Governador concentrar em seu Gabinete praticamente toda a Administração do Estado. E se não nos falha a memória, de quatro órgãos que existiam no Gabinete, ficou a Governadoria com mais de quinze órgãos, todos com "status" de Secretarias de Estado. E na ocasião, desta mesma tribuna, alertávamos para os perigos desta centralização. E recentemente viram os Deputados do PMDB os malefícios causados pela aprovação das administrações regionais, que dizíamos então, iriam esvaziar as lideranças regionais dos Deputados.

E o que vemos hoje, Senhores Deputados? Mais uma vez um projeto que vai concentrar ainda mais o poder do governo. Ora, se o controle administrativo financeiro das instituições de ensino superior vão passar a ser exercidos pelas Secretarias da Administração, Fazenda e Casa Civil, o que é que vão passar a ser as universidades, através de seus reitores, através da sua própria administração? É evidente que serão mandados e comandados diretamente pelo Gabinete do Senhor Governador.

Imaginem que para criar um novo curso, que é da natureza do ensino e do interesse, vamos dizer, da região, a universidade vai ter que consultar, pedir ao conjunto destes três órgãos. Se hoje a burocracia já mata tudo quanto é projeto, imaginem um projeto passando de mão em mão, os interesses políticos e não do ensino, serão consultados. Vai ser uma coisa terrível. É evidente que concordamos que as administrações das universidades devem ser fiscalizadas. Mas para isso é que existe o Tribunal de Contas, que é o órgão fiscalizador, auxiliar deste Poder Legislativo, de acordo com a Constituição do Estado. É o Tribunal de Contas que desempenha as funções de auxiliar deste Poder na fiscalização financeira e orçamentária.

Se as universidades não merecem a confiança do Governador, aí é outro departamento. As medidas deverão ser outras. Mas, se quiser mais uma vez centralizar órgãos que possuem por força de lei constitucional e legal a sua autonomia garantida, é massacrante, Senhores Deputados, Senhor Presidente.

Não vamos esquecer que vivemos num Estado em que uma cortina de fumaça é lançada por todos os lados, porque nunca em época alguma, aqui no Estado do Paraná, se investiu tanto na comunicação como agora. Até os suspiros do Governador são matéria para a imprensa divulgar. Aliás, não é ne-

nhuma surpresa isso, porque não podemos esquecer do que aqui levantamos quando aprovamos o orçamento de 1988. Só para gastar em comunicação, foi aprovado para o Gabinete do Governador, para a Governadoria, que centraliza a Administração do Estado, foi consignado no orçamento porque esta casa, vale dizer, não pode modificar nenhuma rubrica do orçamento, foram consignados mais de sessenta milhões por mês, o que vale dizer que a Governadoria pode gastar mais do que o equivalente, na época, a 800 salários mínimos por dia, só em comunicação.

Senhor Presidente...

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, Deputado. Senhor Presidente, Senhores Deputados, aqui estão centenas de jovens que venceram o frio da madrugada, que venceram a chuva para aqui chegar de Ponta Grossa, de Londrina, de Maringá e de outros recantos, porque sabemos do sacrifício destes jovens. Sabemos que muitos deles se deslocam diariamente de lugares distantes para frequentar uma faculdade em Londrina, em Ponta Grossa, ou Maringá. Com sacrifício aqui vieram. Será que muitos deles não estão usando o pouco que possuem para se manter, para pagarem as suas passagens? E por que vieram? Será que vieram passear? Será que vieram experimentar o inverno de Curitiba? Vieram fazer uma excursão de estudantes? Ou será que vieram reivindicar alguma coisa que vai ser de grande importância para eles e para as gerações futuras? Será que estes jovens todos estão sendo enganados por pessoas que defendem interesses antidemocráticos? É a pergunta que se faz. Será que estão sendo todos enganados? Será que nossos jovens estão sendo tão ingênuos assim? Ou será que estão todos enganados e só o Governo do Paraná é que está certo, querendo aumentar o seu raio de ação direta, tirando a autonomia das universidades?

Senhores Deputados, temos filhos universitários. Eu não pude frequentar, meu filho frequenta. E sabemos da luta e do valor desta juventude para conquistar um lugar ao sol, num país onde tantos lutam para apagar o sol. Não é fácil hoje um jovem que termina a sua faculdade conseguir um emprego digno. Para isto precisam estar muito bem preparados.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, pretendemos no dia de amanhã, sabemos que hoje seremos vencidos, amanhã talvez, não sei, mas pretendemos para amanhã apresentar algumas emendas para este projeto de lei. Por exemplo, o artigo 2º do proje-

to entendemos que poderia passar a ter a seguinte redação: "todos os recursos referentes a novos projetos de expansão para além dos já aprovados nos orçamentos vigentes, bem como os que as universidades querem incluir nas propostas dos orçamentos anuais, ficam dependentes da aprovação do chefe do Poder Executivo".

Parágrafo Único: "Entre os recursos previstos neste artigo incluem-se aqueles destinados à implantação de novos cursos, ampliação da infra-estrutura física, assim, como os decorrentes de instituição ou modificação de planos de carreira, dado de pessoal e tabelas de salários e vantagens".

Uma emenda modificativa, a emenda substitutiva geral ao projeto, modificando-se no artigo 4º do projeto a expressão "nas ações" por "nas espécies".

E por quê? Porque na esteira das alterações propostas no artigo 2º, em seu parágrafo único, haveria de, necessariamente, equacionar uma dimensão mais objetiva e de menor peso, e a incidência do mandamento governamental, contida na palavra "ações". Assim a notificação pretendida para "espécies" que denota uma imitação da forma como o pretendido pelo Governo do Estado. Uma sub-emenda supressiva, a emenda substitutiva geral ao projeto de lei: suprimam-se do projeto os artigos 5º, 6º, 7º e 8º e por quê? A supressão do pretendido Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Paraná, atende formalmente todo o contido nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º como uma unidade a ser justificada em seu todo, justamente porque tratam, os dispositivos de tais artigos da criação de desenvolvimento de seus propósitos.

Assim, como é dada a este conselho uma incumbência genérica, posto que para a decisão do Executivo Estadual, não prescreve o projeto a necessidade de que o mesmo seja ouvido ou levado em conta. Parece-nos completamente despropositada a criação e configuração dele através da pretendida lei estadual. Destaque-se mais, que as instituições de ensino superior do Estado do Paraná, sejam as universidades ou as faculdades isoladas, haveriam de consubstanciar-se em sua livre e autônoma consciência, fazendo resultar no interesse delas e do ensino superior do nosso Estado, se tal fosse o caso. Na criação de uma entidade aos moldes sugeridos sem no entanto, subordinar-se à autoridade - outra que não fosse constitutiva e segmentos de sua comunidade institucional.

Será que ao invés de tirar a autonomia das universidades, não deveria primeiro, o Governo, procurar dar condições de funcionamento ideal a elas? Será que não seria preferível investir na educação, que é o único caminho de liberdade para o Brasil?

Outro, sabemos, não existe, e aí está a luta dos estudantes das escolas particulares que não conseguem mais pagar as mensalidades exorbitantes que estão sendo aplicadas? Ou é melhor tudo centralizar e gastar em comunicação para tornar mais espessa a "cortina de fumaça?"

A Oposição, lamentavelmente, é minoritária. Apenas 13 Deputados na Oposição. Isto é consequência do logro, das falsas aparências que o Governo Federal proporcionou para o povo brasileiro. O desequilíbrio total de forças, enquanto o Governo tem nesta Casa, praticamente 41 Deputados. Fazer o quê? Numa situação destas em que vemos que as universidades aqui representadas por seus alunos, professores, Magníficos Reitores estão certas em não aceitar o garrote, a corda que as vai estrangular. Fazer o quê, se não apelar aos Deputados do PMDB. Que ponham as mãos na consciência, e eu tenho certeza que muitos deles vão votar contra as suas próprias consciências, mas o pedido é mais forte.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, poderia me estender mais neste assunto. Falou-se que Hitler queimou, falou-se depois que mais alguém queimou e eu me lembro que é voz corrente nos corredores da Secretaria de Educação do Paraná, que a Senhora Gilda Poli, aquela que não gostava de ser chamada de professora, mas só de Secretária, de que ela teria queimado todo o Programa de Educação do Paraná, dias antes de deixar aquela Pasta.

Não sou eu que afirmo. São vozes correntes na própria Secretaria de Educação.

Senhor Presidente, evidentemente que vamos analisar com mais profundidade esta mensagem para a votação de amanhã, também porque no meu entendimento simples, parece-me que fere o Artigo 26 da Constituição do Estado.

Vamos aguardar porque parece-me que esta Mensagem exigiria até a maioria absoluta dos membros da Assembléia para a sua aprovação.

Fica aqui a minha posição, a posição deste Deputado do PDT, Partido Democrático Trabalhista, que traz o exemplo de educação do Governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro, com a construção dos CIEPs, que trás no exemplo do Governador Leonel Brizola, o seu passado como Governador do Rio Grande do Sul, que construiu escolas e mais escolas.

E por isso, hoje, o Rio Grande do Sul é um grande Estado cultural. Fica esta a minha posição, votando contrariamente a esta mensagem, Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ FELINTO - Para esclarecimentos Sr. Presidente, como foi tocado no as-

sunto, dei entrada no requerimento nesta Casa, pedindo as notas taquigráficas dos Deputados que, na ocasião, foram presos, as pessoas que roubaram e assaltaram a PROMOPAR, quais foram os Deputados que foram seus advogados nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu gostaria de fazer um apelo, especialmente a todos os que fazem parte das galerias desta Casa, que estamos vivendo exatamente um momento de cansaço, mas é um momento importante, e chegaram agora denúncias de que supostos membros da UDR de Ponta Grossa, ou supostos policiais, estão exercendo provocações nas galerias.

Então eu peço a todos a compreensão, não aceitem provocações, e vamos continuar com a sessão, que nós chegaremos a bom termo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência informa ao Plenário, que o Deputado Pedro Tonelli, é useiro e vezeiro em demagogia, e jamais o PMDB, aceitará ou a Presidência aceitará, esta pecha que V.Exa. está querendo impor a nós.

O Deputado Antônio Belinati tem a palavra, antes porém, pela ordem concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, este Parlamentar não se amedronta em entregar as cópias taquigráficas do seu pronunciamento, a quem quer que seja. Porém deixa bem claro, que não apontou Deputados que foram beneficiados. Se a carapuça serve ao Deputado José Felinto, ele que a leve.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Deputado Antônio Belinati, com a palavra.

O SR. ANTÔNIO BELINATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Reitores, Diretores de Departamentos, Professores, funcionários, alunos, Srs. Deputados e Deputadas.

Queremos, Sr. Presidente, no rápido pronunciamento, já que a grande expectativa desta galeria, é a votação do projeto do Sr. Governador sobre autonomia.

Gostaríamos de enaltecer o esforço, de alunos, funcionários e Professores que vieram à Assembléia Legislativa.

Sabemos de alunos, que fretaram ônibus, até com dificuldade, alguns até com cheque pré-datado, para poder chegar aqui, outros, até, sem recurso para alimentação. Mas esta juventude, dá uma grande lição de civismo, de democracia, eles que chegaram aqui às 6:00 ou 7:00 horas da manhã, e estão até agora acompanhando atentamente os trabalhos desta Casa.

E lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu fui eleito, Deputado a primeira vez em 1970, compondo uma Bancada de Oposição aqui, eu, Álvaro Dias, Hélio Manfrinato, Sebastião Rodrigues, Mugiatti Filho, saudoso Domício Scaramella e Maurício Fruet.

E num dia, esta nossa Bancada, pequena minoritária, conseguiu, levar os debates até às 4:00 horas da manhã, porque o então, Governador do arbítrio Haroldo Leon Peres, queria votar e votou uma Constituição "a toque de caixa". E como foi "a toque de caixa", a nossa Bancada, eu, Álvaro Dias, Sebastião Rodrigues, Mugiatti Filho, Domício Scaramella, Maurício Fruet, contratamos um Advogado, pagamos do bolso, fomos ao Poder Judiciário, e conseguimos uma vitória e conseguimos tornar sem efeito aquela lei votada.

E é por essa razão, Sr. Presidente, que hoje ocupando a tribuna, queremos reafirmar a posição de apoio à autonomia das universidades. Normalmente, a título de esclarecimento às galerias, a sessão de quinta-feira, nesta Casa, termina no máximo às 11 horas da manhã, porém, quando vai até mais tarde, termina às 12:00 horas.

E dentro dessa previsão minha família, me aguardava desde às 13:00 horas da tarde para viajar para Londrina onde deveria preparar a visita que o Líder maior do meu Partido, nosso candidato a Presidente da República Leonel Brizola, fará sábado a Londrina. Mas, em determinado momento comuniquei minha família que entre o compromisso com o meu candidato a presidente Leonel Brizola, em Londrina, e votar este projeto, pela manutenção da autonomia das universidades, eu cancelava a viagem a Londrina para ficar aqui até a hora que for votado este nosso projeto.

E também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para alertar os Senhores Deputados do PMDB eu tenho em mãos um documento assinado pelo Dr. Ascêncio Garcia Lopes, datado de 09.07.73. Este documento foi uma punição que o Doutor Ascêncio Garcia Lopes aplicou a um irmão meu, médico, então aluno da Universidade de Londrina, e, na época Vereador na Câmara Municipal de Londrina.

Meu irmão, Senhor Presidente e Senhores Deputados de todos os Partidos, um médico brilhante que acaba de fazer um curso nos Estados Unidos, onde tirou o primeiro lugar, um grande Cardiologista, foi punido pelo então Reitor da Universidade de Londrina, Doutor Ascêncio Garcia Lopes, porque usando da condição de Vereador foi à tribuna da Câmara, estão aqui todos os documentos assinados pelo doutor Ascêncio e passarei também ao nobres Deputados, uma cópia, denunciou que um garoto chamado Maurício Rodrigues tinha sido preso pela

polícia de Londrina, um garoto de menos de 14 anos de idade, acusado de ter furtado uma bicicleta. E este garoto Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi violentamente espancado, torturado pela polícia de Londrina até ser morto. Foi levado ao hospital universitário e meu irmão que ali fazia estágio, ao tomar conhecimento do fato, denunciou.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, professores e alunos, ao invés do torturador estar na cadeia, está aqui a resposta que Doutor Ascêncio mandou, até malcriada, para a Assembléia Legislativa respondendo um pedido de informações do então Deputado Olivir Gabardo que é do PMDB, foi Presidente do Tribunal de Contas, onde é conselheiro, o Dr. Ascêncio Garcia Lopes tentou justificar Senhor Presidente, porque puniu com 5 dias de suspensão o aluno da Faculdade de Medicina de Londrina, e chegou até a ser mal educado com esta Assembléia, está aqui a resposta dele.

Por isso, Senhor Presidente Senhores Deputados, isso caracteriza mais uma prova de autoritarismo e é este homem, se esta Casa aprovar o projeto do Governador, que vai usar do mesmo autoritarismo, da mesma prepotência e quando alguém denunciar um fato grave, como meu irmão denunciou, a morte de uma criança, certamente este aluno será punido, certamente será, quem sabe, colocado para fora da Universidade.

Estou com o coração ainda partido Senhor Presidente, porque eu não vi o torturador ir para a cadeia. Eu vi, isto sim, o currículo do meu irmão ser manchado por um ato prepotente de um Reitor que puniu pelo fato dele contar à opinião pública um fato provado e comprovado, a tortura e morte de uma criança morta pelas mãos assassinas de um policial.

Por não concordar com esse autoritarismo de Ascêncio Garcia Lopes, que quer ser o super-Reitor, que traz no coração mágoa, ressentimento, ódio do atual Reitor, Professores, Diretores de Departamentos da Universidade de Londrina, porque a bronca dele não é contra Maringá, nem contra Ponta Grossa, é toda ela dirigida a Londrina.

Por isso, Senhor Presidente, eu temo até que amanhã os Senhores Deputados serão ofendidos, como foi, neste documento o Deputado Olivir Gabardo e toda esta Casa, que pedia informações da tortura e da morte daquela criança. Por ser contra o homem autoritário, que não estando mais na Diretoria ele quer continuar como poderoso Reitor, e se este projeto for aprovado, eu tenho certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Reitor de Universidade vai ser cargo simbólico.

Disseram aqui, vários Senhores Deputados, que não vai ser quebrada a autonomia

das Universidades. Se não vai ser quebrada a autonomia, eis a pergunta: Porque tanta pressa para aprovar este projeto? Vamos colocar em debate, ouvir o DCE, os Diretores de Departamentos, Professores, alunos, Reitores, vamos promover um amplo debate com a comunidade, e eu tenho certeza que se e Casa for ouvir a comunidade, a resposta vai ser não a este Projeto que vai dar força a um homem autoritário, chamado Ascêncio Garcia Lopes, que quer interferir, pela força, quebrando a autonomia das nossas universidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Encerrada a Discussão.

Sobre o mesmo projeto existem dois requerimentos, do Deputado Edmar Luiz Costa e do Deputado Valderi Mendes Vilela, devidamente assinado pelos Deputados da Oposição pedindo Votação Nominal ao Projeto 74/88.

Em votação o requerimento.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Esta Presidência defere e fará a verificação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Esta Presidência indefere em virtude de ser evidente a presença de "quorum".
Deputados que votam a favor do requerimento, queiram levantar-se.

Doze Senhores Deputados aprovam.

Deputados, que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Trinta e seis Senhores Deputados rejeitam. Está Rejeitado o requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Gostaria de saber de Vossa Excelência se contou entre os 12 votos o do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que permaneceu de pé no corredor?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Foi computado na posição em que ele estava.

Votou favorável ao requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa.

Em votação o Projeto 74/88.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere o requerimento do Deputado Valderi Mendes Vilela e indefere o do Deputado Pedro Tonelli, que já está comprovada a presença de mais de 50 Deputados nesta Casa, porém acredito que Vossa Excelência não entende de números e deixa de acatar o vosso requerimento.

Deputados que aprovam o Projeto 74/88 queiram levantar-se.

Trinta e seis Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Treze Deputados rejeitam.

Está Aprovado o projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Apenas para esclarecer, que a Bancada das Oposições está ocupada por alguns Senhores Deputados do PMDB e também do PTB, e que as bancadas que votaram contrário ao projeto, são as bancadas do PDT, do PFL, do PL, do PT.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requeiro que conste na Ata o meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta presidência mandará inserir na Ata dos trabalhos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Eu vou fazer uma retificação, que o Deputado Algaci Túlio disse, para que se faça justiça. O Deputado Lindolfo Júnior, do PTB, também votou contra o Projeto do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para não ficar esse emaranhado de dúvidas.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Primeira Discussão do Projeto de Lei n. 324/87, de autoria do Deputado José Felinto. Em discussão. Em votação. Aprovado. Primeira Discussão do Projeto de Lei 358/87, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini. Em discussão. Em votação. Aprovado.

1. - Discussão do Projeto de Lei n. 360/87, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Em discussão. Em votação. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 324/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública, o LAR EBEN-EZER, com sede e foro no Município de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 131 de 11.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 324/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado José Felinto, objetiva seja declarado de Utilidade Pública, o Lar Eben-ezer, com sede e foro na cidade de Apucarana - PR.

Analisado o plano de lei sob a orientação da Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que trata da matéria, foi vislumbrado em seus Estatutos Sociais, a inexistência de cláusula versando sobre a não remuneração dos membros de sua diretoria, motivando o requerimento de fls. 22, para cumprimento daquela exigência e omissão.

As fls. 26, verso, encontra-se sanada aquela omissão, através de certidão expedida pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Protestos, de Apucarana, mencionando averbação com alteração do art. 26 dos Estatutos, onde consta:

Art. 26 - Os serviços prestados pelos Diretoria, pelo Conselho Administrativo e por todos os diretores são inteiramente grátis, não distribuindo lucros de forma nenhuma a qualquer de seus membros ou associados.

Nestas condições, o projeto encontra-se devidamente instruído com os demais documentos juntados, em consonância com a supra citada lei, razão porque o nosso parecer lhe é favorável.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 358/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ESPIRITUALISTA LUZES DE ARUANDA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 139 de 24.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 358/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Domingos Scarpellini, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade Pública a Associação Espiritualista Luzes de Aruanda,

com sede e foro nesta capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental a sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERNAN BRANDÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 360/87, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina de Hans Lapuse, o acesso rodoviário que liga a sede do Município de Ivaiporã à BR-466, ao Município de Jardim Alegre. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140, de 25.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 360/87

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade denominar de Hans Lapuse, o acesso rodoviário, que liga a sede do Município de Ivaiporã à BR-466, ao Município de Jardim Alegre.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 360/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, objetiva denominar de Hans Lapuse, o acesso rodoviário que liga a sede do Município de Ivaiporã à BR-466, no Município de Jardim Alegre.

O projeto de lei em exame, encontra-se devidamente justificado pelos termos do Regimento Interno e em plena conformidade com as normas vigentes, não existindo, pois, nenhuma óbice que possa vir a prejudicar o seu trâmite normal por esta Augusta Casa de Leis.

Assim sendo, e nestas condições, o

nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO- Presidente
DAVID CHERFEGATE - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 375/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DOS BAIRROS JARDIM CASTELO E PARQUE SÃO PEDRO, no Município de Sarandi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 147, de 02.12.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 375/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Lindolfo Júnior, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Castelo Branco e Parque São Pedro" no Município de Sarandi.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria- Lei n° 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
BASÍLIO ZANUSSI - Relator.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli)- Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - (12): Gostaria de iniciar enfatizando a tradição de destaque que o nosso Estado mantém em inúmeros setores da vida nacional, nos quais ao longo dos anos nossa gente, com seu trabalho e sua capacidade de luta, tenacidade, obstinação e esperança em dias melhores, tem contribuído indubitavelmente para ganharmos posições de relevância no que diz respeito à busca do verdadeiro progresso e da justiça social.

Já não é novidade o pioneirismo do Paraná em termos de iniciativas criativas, novas, e de resultados os mais positivos, onde o poder de realização supera muitas

vezes obstáculos e dificuldades aparentemente intransponíveis.

Assim é que devemos procurar incessantemente situarmo-nos no cenário nacional de acordo com nossa justa participação na solução de problemas que afetam não somente a nós, mas a todo o País. Cabe, pois aos governantes um trabalho na devida medida, visando sempre o reconhecimento de tudo o que o Estado do Paraná e os paranaenses representam.

Esse reconhecimento se materializa cada vez que um de nossos projetos serve de modelo para ações semelhantes nos mais diversos pontos do Brasil. Situações como esta se repetem com uma frequência extraordinária, e já podemos nos considerar exportadores de eficiência.

É dessa eficiência que tenho a obrigação, como cidadão e como representante legítimo do povo paranaense, de salientar.

Eficiência, dinamismo, competência e dedicação são algumas das qualidades que marcam a força de trabalho de nossa gente, embasadas e fundamentadas numa dotação intelectual ímpar.

E é justamente de um exemplo desta eficiência, dinamismo, competência e dedicação que desejo falar, porque torna-se muito comum a nossa convivência diária com esse tipo de experiência, e no cotidiano acabamos por quase não percebê-la.

Trata-se do Banco do Estado do Paraná, cuja imagem hoje reflete fielmente toda uma filosofia administrativa preconizada pelo Governador Álvaro Dias.

Nos últimos anos, e sobretudo nos 5 últimos meses, sentimos que o BANESTADO passou a ser visto pelo público em geral de modo diferente, desfrutando de total confiabilidade de clientes, obtendo índices de produtividade dignos de registro e situando-se entre os maiores bancos do País.

Sabemos e acompanhamos de perto o trabalho realizado hoje naquela que é nossa principal instituição financeira estadual. Portanto, estamos à vontade para afirmar que a mudança radical havida na imagem desfrutada pelo Banestado se deve principalmente ao trabalho altamente profissional desenvolvido pelos seus técnicos no setor de comunicação e "marketing".

O nível de excelência atingido pelas atividades dessa área no "Banco de todos nós", é comparável ao que há de melhor não só entre as principais empresas estatais, como também entre as da iniciativa privada, no setor.

E não se isso a uma possível conotação acadêmica na execução das atividades, mas sim a uma prática onde prevalece o bom senso, ao lado do conhecimento indispensável a um bom desempenho nesse que é um campo de real importância quando se visa a

permanência em lugar de destaque dentro do mercado.

Hoje, o conceito do BANESTADO entre aqueles que usam seus servidores, dentro e fora do Paraná, e até do País, demonstra uma vez mais o que se faz aqui, plantando para o futuro. Somos semeadores por natureza e vocação, e o Banestado se encontra na vanguarda desse trabalho.

A imagem do Banco é porta-voz de tudo que podemos realizar de positivo e se reveste de um significado especial, motivo de orgulho para todos que aqui vivem, aquele relacionado ao bem fazer.

Aliando a divulgação institucional do Banco, com as próprias diretrizes administrativas traçadas em conformidade às necessidades crescentes de modernização, de aprimoramento de técnicas e de profissionalismo, a área de comunicação e "Marketing", do BANESTADO vem obtendo constantes e excelentes resultados em suas atribuições.

Um deles é o destaque que repeceute de modo intenso junto aos meios econômicos e políticos do Paraná e, num âmbito maior, do País.

Pudemos constatar pessoalmente este fato, ainda recentemente, quando participamos da inauguração da nova agência do Banco do Estado do Paraná em Brasília.

Entre os mais diversos segmentos que integram a totalidade de nossa economia, sejam ligados diretamente ao setor produtor, ou à área financeira, o Banestado tem conceituação das mais elevadas.

Levando em consideração esse posicionamento alcançado, verificamos que há uma tendência necessária da manutenção de orientações adotadas para a comunicação e para o marketing da instituição, como alicerces para a execução de uma política administrativa cada vez mais sólida.

Temos a certeza de que os objetivos do Presidente Carlos Antônio de Almeida Ferreira e do Presidente do Conselho de Administração, Secretário da Fazenda Luiz Carlos Jorge Hauly, que representam com exatidão o espírito do Governo Álvaro Dias, estão cumpridos e com certeza novos desafios surgirão, uma vez que o sucesso não deixa lugar para a acomodação. Pelo contrário, faz com que surjam sempre novos horizontes que representam espaços a serem preenchidos.

E o BANESTADO, com estratégias adequadas de comunicação e "Marketing", vai efetivamente preenchê-los. Para tanto conta, como já frisamos, com a eficiência, dinamismo, competência e dedicação de seus funcionários, instrumentos essenciais para qualquer empreitada, os quais felizmente existem em abundância entre os paranaenses.

Muito obrigado.

(suspensa a Sessão por tumulto nas galerias).

(Reaberta a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Por motivo de distúrbios gerais essa Presidência dá por encerrada a Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para sexta-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 74/88.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA N. 02
DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 1988

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Senhora Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Eduardo Baggio.

Às vinte horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Ale-

xandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Lossó, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Herma Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

O Senhor Presidente deixou de abrir os trabalhos da presente Sessão Extraordinária em face de tumulto no Plenário e Galerias.

Marcando outra para sexta-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia anteriormente anunciada.

Levanta-se a sessão.